



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL -
PPGAS

THAYNÁ DA SILVA SANTOS

**TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE FAMILIARES DE PESSOAS
DESAPARECIDAS**

CAMPO GRANDE
2025

THAYNÁ DA SILVA SANTOS

**TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE FAMILIARES DE PESSOAS
DESAPARECIDAS**

Dissertação apresentada à defesa de mestrado acadêmico, como requisito parcial, para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), sob a orientação do Prof. Dr. Aparecido Francisco dos Reis e coorientação da Profª. Drª. Thaize de Souza Reis.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória de meu avô: “Seu” Newton Da Silva. Que me ensinou muito a partir de, leituras, conversas e vivências, que a educação salva e muda qualquer realidade e vida para melhor. E ah memória de meu amigo: Bruno Lira. Que foi meu amigo no ensino médio, na universidade e na vida, e para além disso foi um grande pesquisador, cientista social e político e me ensinou que a vida pulsa pra sempre ao som de Metallica.

AMO VOCÊS INFINITO E PRA SEMPRE.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aqui há algumas pessoas que estiveram comigo nesta jornada que é o mestrado. Primeiramente agradeço a Leonardo vilalba que é meu grande laço da vida e esteve comigo desde a inscrição para o mestrado, Depois agradeço meus pais e minha avó que mais uma vez me deram um voto de confiança para seguir na vida acadêmica e de pesquisa. Agradeço a meu tio Henrique, meu tio mais velho e pra mim exemplo em relação a estudo e responsabilidade. Um Agradecimento mais que especial para meu grande amigo Manoel Pimenta (Manuzito) por estar comigo em toda a jornada e por ser meu lado racional e meu melhor parceiro de estudo. Por fim agradeço ao Pedro que nos últimos dois meses me deu uma visão diferente sobre companheirismo, amor e crer.

RESUMO

Esta dissertação examina o desaparecimento de pessoas no Brasil a partir das experiências, narrativas e estratégias de resistência dos familiares que convivem cotidianamente com a ausência, a espera e a busca. Ancorado em abordagem qualitativa de caráter etnográfico, o estudo investiga como o desaparecimento se produz e se reproduz em contextos marcados por desigualdades sociais, hierarquias raciais, vulnerabilidades territoriais e lacunas institucionais. A pesquisa se desenvolveu por meio de observação participante, entrevistas em profundidade, registros de campo e acompanhamento de atividades formativas, mobilizações públicas e encontros entre familiares, privilegiando a escuta sensível como ferramenta analítica e ética. A dissertação explora os modos pelos quais a memória, o sofrimento, o cuidado e a luta por reconhecimento moldam práticas individuais e coletivas frente à ausência, evidenciando a emergência de redes de solidariedade, ações simbólicas e repertórios de resistência. Ao mesmo tempo, analisa os limites estruturais enfrentados pelas famílias — como a fragmentação das políticas públicas, a demora investigativa, a insuficiência de protocolos e a negligência estatal — destacando como esses fatores aprofundam desigualdades e produzem formas de violência continuada. Dialogando com literatura nacional e internacional sobre desaparecimento, sofrimento social, direitos humanos e reparação, o trabalho propõe compreender o desaparecimento não apenas como evento, mas como processo que reorganiza temporalidades, relações e subjetividades. A partir dessa perspectiva, procuro argumentar que a escuta antropológica pode contribuir para renovar práticas institucionais, fortalecer políticas públicas e promover caminhos de dignificação, memória e justiça para as famílias.

Palavras-chave: *desaparecimento; memória; familiares; antropologia;*

ABSTRACT

This dissertation examines the disappearance of people in Brazil from the experiences, narratives, and resistance strategies of family members who live daily with absence, waiting, and searching. Anchored in a qualitative approach of an ethnographic nature, the study investigates how disappearance is produced and reproduced in contexts marked by social inequalities, racial hierarchies, territorial vulnerabilities, and institutional gaps. The research was developed through participant observation, in-depth interviews, field records, and monitoring of formative activities, public mobilizations, and meetings between family members, privileging sensitive listening as an analytical and ethical tool. The dissertation explores the ways in which memory, suffering, care, and the struggle for recognition shape individual and collective practices in the face of absence, highlighting the emergence of solidarity networks, symbolic actions, and repertoires of resistance. At the same time, it analyzes the structural limitations faced by families—such as the fragmentation of public policies, investigative delays, insufficient protocols, and state negligence—highlighting how these factors deepen inequalities and produce forms of continued violence. Engaging with national and international literature on disappearance, social suffering, human rights, and reparation, this work proposes to understand disappearance not only as an event, but as a process that reorganizes temporalities, relationships, and subjectivities. From this perspective, I seek to argue that anthropological listening can contribute to renewing institutional practices, strengthening public policies, and promoting paths of dignity, memory, and justice for families.

Keywords: disappearance; memory; families; anthropology;

RESUMEN

Esta tesis examina la desaparición de personas en Brasil a partir de las experiencias, narrativas y estrategias de resistencia de familiares que conviven cotidianamente con la ausencia, la espera y la búsqueda. Basado en un enfoque cualitativo de carácter etnográfico, el estudio investiga cómo se produce y reproduce la desaparición en contextos marcados por desigualdades sociales, jerarquías raciales, vulnerabilidades territoriales y brechas institucionales. La investigación se desarrolló mediante observación participante, entrevistas en profundidad, registros de campo y el seguimiento de actividades formativas, movilizaciones públicas y encuentros entre familiares, privilegiando la escucha sensible como herramienta analítica y ética. La tesis explora cómo la memoria, el sufrimiento, el cuidado y la lucha por el reconocimiento configuran las prácticas individuales y colectivas ante la ausencia, destacando el surgimiento de redes de solidaridad, acciones simbólicas y repertorios de resistencia. Al mismo tiempo, analiza las limitaciones estructurales que enfrentan las familias —como la fragmentación de las políticas públicas, los retrasos en las investigaciones, los protocolos insuficientes y la negligencia estatal—, destacando cómo estos factores profundizan las desigualdades y generan formas de violencia continua. A partir de la literatura nacional e internacional sobre desaparición, sufrimiento social, derechos humanos y reparación, este trabajo propone comprender la desaparición no solo como un evento, sino como un proceso que reorganiza temporalidades, relaciones y subjetividades. Desde esta perspectiva, busco argumentar que la escucha antropológica puede contribuir a renovar las prácticas institucionales, fortalecer las políticas públicas y promover caminos de dignidad, memoria y justicia para las familias.

Palabras clave: desaparición; memoria; familias; antropología;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1.1 Memória, desmemorização e taciturnidade: bases antropológicas para compreender o desaparecimento	14
1.2 Classificações e dimensões do desaparecimento	15
Figura 01 - Mural de desaparecidos da ditadura no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) tirada por mim no campo em São paulo	17
1.3 A presença da ausência: memória, trauma e narrativas	17
1.4 A memória como resistência e reparação	18
1.5 Antropologia contemporânea e reconfigurações da memória	18
1.6 Considerações Sobre o Capítulo.....	19
CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO: ENTRE AUSÊNCIAS, MEMÓRIAS E ESCUTAS	21
2.1 Caminhos da pesquisa: a abordagem qualitativa e o olhar etnográfico	21
Figura 2- Apresentação sobre Familiares de pessoas desaparecidas no Integra UFMS evento anual de ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).....	22
Figura 3- Apresentação do desenvolvimento do meu trabalho no seminário VII SEMINÁRIO DE PESQUISA – PPGAS	23
2.2 O campo e os interlocutores: familiares, redes e territórios.....	23
2.3 Registros, materiais e cultura da ausência.....	23
2.4 Ética, escuta e compromisso político	24
2.5 Análise e construção das categorias.....	24
2.6 Finalização do percurso metodológico	25
CAPÍTULO 3 — Descrição Etnográfica: Famílias de Pessoas Desaparecidas em São Paulo (SP)	26
3.1 Introdução ao Campo e à Escolha do Terreno Etnográfico	26
3.2 O Acesso ao Campo e a “Teoria do Contato”	27
3.3 As Interlocutoras e o Cotidiano da Busca.....	28
3.4 Reflexividade e Ética da Presença no Campo.....	28
3.5 O Campo Ampliado: A UNIFESP e o Debate sobre Reparação....	28
3.6 A Reparação Integral e seus Desdobramentos	29
3.7 Reparação Simbólica, Memória e Reconhecimento	29
CAPÍTULO 4. – FAMILIARES, MEMÓRIA E AS MARCAS SOCIAIS DO DESAPARECIMENTO	31
4.1 - As famílias que ficam: gênero, raça e economia da ausência....	31
Figura 4- Zilda Maria de Paula Fundadora do Mães de Osasco	32
Figura 5- Bandeira do movimento Mães de Osasco, reunião na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	33

4.2 – Vozes da resistência: a emergência das “Mães” e o legado da violência de Estado.....	34
Figura 6- Débora Silva Fundadora do movimento Mães de Maio.....	35
Imagem 7- Bandeira do movimento Mães de Maio, reunião na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (Tirada por mim)	36
4.3 - Desaparecimento e memória: uma perspectiva latino-americana (evento)	37
Figura 8- coletivo Mujeres de Frente do Equador	38
4.4 – Centralidade etnográfica: o campo como lugar de escuta e revelação	38
4.5 - o desaparecimento como espelho da sociedade	39
4.6 - O Desaparecimento, a Procura e o que se Implica Culturalmente: o Campo e suas Dimensões.....	40
Figura- 9 Restos Mortais (osteologia forense) laboratório Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) de pessoa desaparecida e assassinada na ditadura encontrada em vala de perus.....	42
Figura- 10 Base de dados para Antropologia Forense Centro de Antropologia e Arqueologia Forense.....	43
4.7 - Um pouco sobre as mães da sé.....	46
4.8- Instituições, Resistências e Memórias: entre a ausência e a busca por justiça	49
4.9- Narrativas, Memória e Resistência: a ausência como presença .	53
CAPÍTULO 5 — Análise dos Dados: Escutas, Trajetórias e Categorias Emergentes nas Entrevistas	57
5.1.1- A ausência como presença.....	61
5.1.2 - O gênero da procura.....	62
5.1.3 - Raça e território	62
5.1.4 - Como desapareceram e o que mudou na rotina e trajetória das famílias	63
5.1.5. - Resistência e redes de solidariedade.....	64
5.1.6 - A busca e as práticas culturais da procura.....	65
5.2.1. - Apresentação contextual da interlocutora	67
5.2.2 - A experiência do desaparecimento e a ruptura do cotidiano....	68
5.2.3 Sofrimento psíquico, estigmas e agência	68
5.2.4 - Infância vulnerabilizada, violência e desamparo	69
5.2.5 - A memória como cuidado e como fardo.....	69
5.3.1 A figura feminina como eixo moral da família	70
5.3.2 O desaparecimento como erosão da ordem cotidiana	70
5.3.3 Narrativas permeadas por sofrimento intergeracional	70
5.3.4 A busca como prática feminina	70
5.4.1 - O desaparecimento e suas implicações culturais e políticas....	70
5.4.2 - A ausência como categoria relacional.....	71
5. 4.3 - A busca e as práticas culturais da procura.....	71

5. 4.4 - Gênero, sofrimento e engajamento político	71
5.4.5 - Cultura da memória e produção de provas	71
5.4.6 - Escuta antropológica e ética da presença	71
5.5.1. O nascimento silenciado: a origem do desaparecimento	72
5.5.2.- O “segredo herdado”: silêncio como mecanismo de sobrevivência	73
5.5.3.- A revelação inesperada: o homem da lanchonete.....	73
5.5.4.- Início da busca: “Foi como uma explosão”.....	74
5.5.5 - A violência histórica e normalizada	74
5.5.6. - Rupturas familiares: vergonha, negação, conflitos.....	75
5.5.7.- O impacto psicológico: ansiedade, dor física, adoecimento	75
5.5.8.- A busca como missão e identidade	75
5.5.9. - O trauma relacional e a reconstrução das relações familiares	75
5.6.1. - A ausência ambígua: vivências compartilhadas do “luto suspenso”	76
5.6.2. - Desconfiança, suspeita e narrativas interrompidas	77
5.6.3. - A busca como uma prática persistente e coletiva	77
5.6.4. - As diferenças de gênero: maternidade, irmandade e masculinidades feridas	78
5.6.5. - Mulheres que carregam o trabalho do cuidado da ausência... ..	78
5.6.6 - O lugar do homem: a masculinidade interrompida	78
5.6.7. - Memória, contra-arquivos e a disputa narrativa	78
5.6.8 - O que o cruzamento revela sobre o fenômeno do desaparecimento no Brasil	79
O exame de DNA e a relação ambígua com o Estado	81
5.7.2 - O sofrimento moral e os sonhos: mundos visíveis e invisíveis	81
5.7.3 - Dimensões Analíticas	82
Família e cuidado invertido (“eu era a mãe dela”).....	82
Gênero e vulnerabilidade	83
Espiritualidade como suporte emocional, mas também como lugar de culpa e vigilância moral.....	83
Exaustão cotidiana e precarização da vida	84
Julgamento social e sofrimento moral	84
O medo, o pressentimento e a antecipação da notícia.....	86
5.8.1. - Apresentação contextual da interlocutora	86
5.8.2. - Análise antropológica dos principais pontos	87
A responsabilização materna e a moralidade do cuidado	87
O corpo feminino como campo moral e de risco	88
Estado, violência burocrática e sofrimento social.....	88
A busca solitária e a decomposição do corpo-mãe	88
A temporalidade da dor e a impossibilidade da conclusão.....	89

Capítulo 6 - A Importância do Apoio Psicossocial e Institucional: entre o

sofrimento, o cuidado e a luta por reconhecimento	97
6.1 - Impactos Psicológicos e Sociais nos Familiares de Pessoas Desaparecidas	100
6.2 Entre o sofrimento, o cuidado e a luta por reconhecimento.....	103
6.2.1 - O Luto sem Corpo: Sofrimento Psíquico, Saúde Mental e o Cuidado Possível.....	103
Adoecimento psíquico e as doenças de saúde mental	104
O luto sem corpo e a impossibilidade de encerramento	105
A importância da terapia e do acolhimento acessível.....	106
Cuidar como ato ético e político	107
CAPÍTULO 7 - Instituições e Políticas Públicas de Apoio: lacunas, práticas necessárias e recomendações operacionais	108
7.1. Estruturar redes intersetoriais de atenção e criar protocolos integrados	108
7.2.- Garantir acesso contínuo e especializado à saúde mental — do acolhimento de crise à terapia de longo prazo.....	109
7.3. - Criar políticas de reparação emocional e jurídica combinadas	111
7.4.- Fortalecer capacidades forenses e integração com as famílias	111
7.5. - Produzir e disponibilizar dados desagregados com enfoque interseccional.....	112
7.6. - Ampliar a atuação comunitária e universitária: redes de cuidado e pesquisa aplicada	113
7.7. - Protocolos clínicos e de prática recomendada para profissionais.....	113
7.8. - Financiamento, governança e responsabilização.....	114
7.9. - Síntese e conexão	114
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

INTRODUÇÃO

O desaparecimento de pessoas constitui uma das experiências sociais e emocionais mais profundas e devastadoras que atravessam as sociedades contemporâneas. No Brasil, trata-se de um fenômeno complexo, multifacetado e ainda pouco explorado pelo estado, apesar de sua incidência crescente e de seus impactos duradouros sobre as famílias, as comunidades e as instituições estatais. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), mais de 80 mil pessoas são registradas como desaparecidas anualmente no país, número que reflete não apenas a falha de mecanismos de proteção e de investigação, mas também processos de exclusão social, desigualdade de gênero e marginalização territorial. O desaparecimento, portanto, não é apenas um evento individual, mas uma experiência coletiva que mobiliza afetos, saberes, redes e instituições, exigindo uma análise antropológica atenta às dimensões culturais, políticas e simbólicas que o constituem.

Ao longo da última década, observa-se a emergência de uma mobilização crescente de familiares de pessoas desaparecidas, sobretudo de mulheres — mães, irmãs, esposas —, que transformam a dor da perda em luta pública e política (VIANNA; FARIAS, 2011; LEITE, 2015). Esses familiares constroem redes de solidariedade, movimentos sociais e práticas cotidianas de busca que desafiam tanto o silêncio institucional quanto às narrativas oficiais sobre segurança pública. Suas ações materializam o que Adriana Vianna (2019) denomina “politização do sofrimento”, processo pelo qual a experiência do trauma se converte em forma de reivindicação de justiça, memória e reconhecimento. Assim, as famílias tornam-se protagonistas de uma cultura da procura, na qual se articulam dimensões afetivas, morais e políticas.

O desaparecimento, quando analisado a partir da antropologia, ultrapassa a dimensão jurídica ou criminal, sendo compreendido como fato social total (no sentido maussiano), pois mobiliza a vida social em múltiplos níveis: familiar, institucional, simbólico e emocional. Nesse contexto, a memória assume papel central. Como destacam Jelin (2002) e Catela (2001), a memória é o terreno onde se disputam significados sobre o passado, o presente e o futuro, e onde as famílias constroem modos de enfrentar a ausência. No caso dos desaparecidos, a memória não é apenas

lembrança: é resistência e ação política. As práticas de rememoração, os altares domésticos, as fotografias, os boletins de ocorrência e as marchas públicas tornam-se expressões daquilo que se pode chamar de cultura material da ausência (CATELA, 2001; JELIN, 2002). Por meio desses objetos e gestos, as famílias dão visibilidade à ausência e constroem uma presença simbólica para aqueles que lhes foram retirados.

A dissertação parte da hipótese de que o desaparecimento, longe de ser apenas uma lacuna biográfica, é um processo social que reconfigura laços, papéis de gênero e identidades familiares. A ausência prolongada de um ente querido provoca a reorganização de espaços domésticos e públicos, transforma as famílias em figuras centrais da busca e cria novas formas de sociabilidade marcadas pela dor e pela resistência. Essa perspectiva dialoga com autores da antropologia urbana e da vida cotidiana, como Whyte (2005), Caldeira (2000) e Magnani (2002), que demonstram como os sujeitos em contextos de marginalização produzem estratégias criativas para lidar com o controle, o medo e a exclusão. No caso dos familiares de desaparecidos, tais estratégias se expressam nas redes informais de busca, nas trocas de informações com outras famílias e nas tentativas de interpelar o Estado.

Além disso, este trabalho compreende o desaparecimento como uma categoria relacional: ele só se torna plenamente inteligível quando se observa quem procura, quem é procurado e quem silencia. O ato de buscar revela as relações de poder que definem quem é visível ou invisível no espaço público. Em muitos casos, a ausência é também produto da desigualdade — pessoas pobres, negras, jovens e periféricas desaparecem mais, e suas famílias enfrentam maiores obstáculos para acessar a justiça (CUNHA, 2021). Assim, discutir o desaparecimento no Brasil é discutir também a produção social da ausência e os modos pelos quais determinadas vidas são consideradas menos lamentáveis ou menos dignas de procura (BUTLER, 2015).

Ao propor uma análise antropológica das experiências dos familiares de pessoas desaparecidas, esta dissertação busca compreender como o desaparecimento é vivido, narrado e politizado no cotidiano dessas famílias. O estudo parte da etnografia como método central, acompanhando práticas de busca, encontros entre familiares, redes de apoio e eventos públicos de memória. Pretende-se, com isso, evidenciar como as famílias constroem sentidos para a ausência e

produzem formas de resistência que desafiam o esquecimento e a indiferença institucional.

A partir dessa perspectiva, esta dissertação tem como objetivo compreender como familiares de pessoas desaparecidas vivenciam, elaboram e resistem a essas ausências, situando o desaparecimento como um fenômeno territorializado que reflete e reproduz desigualdades raciais, sociais e institucionais no Brasil.

Por fim, a presente pesquisa insere-se em um estudo antropológico comprometido com a escuta do sofrimento social e com a produção de conhecimento situado (DAS, 2007; VIANNA, 2019). Ao analisar o desaparecimento como fenômeno social, busca-se contribuir para uma reflexão crítica sobre o Estado, a cidadania e as formas de viver o luto sem corpo e em contextos de violência estrutural. Acredita-se que compreender as práticas e narrativas dos familiares de desaparecidos é também reconhecer o poder político da memória e das emoções, e afirmar que, mesmo diante da ausência, há presença, resistência e vida.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Memória, desmemorização e taciturnidade: bases antropológicas para compreender o desaparecimento

O desaparecimento de pessoas pode ser considerado um dos traumas mais profundos e duradouros que as sociedades podem vivenciar. Esse evento afeta não apenas a vida das pessoas desaparecidas, mas também de suas famílias e amigos, que enfrentam a dor da ausência e a constante procura por respostas. No Brasil, apesar do aumento de casos registrados, observa-se ainda uma escassez de pesquisas aprofundadas sobre o impacto social e simbólico desses desaparecimentos, bem como uma insuficiência de políticas públicas voltadas à memória e à reparação (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

No campo da antropologia, a análise dessas experiências está profundamente relacionada às dinâmicas da memorização, da desmemorização e da taciturnidade.

A memorização, segundo a perspectiva antropológica, refere-se ao ato coletivo e cultural de lembrar — um processo social e simbólico por meio do qual grupos constroem, mantêm e transmitem lembranças sobre eventos e pessoas significativas. Não se trata apenas de recordar fatos passados, mas de produzir sentido sobre o passado no presente, por meio de práticas rituais, narrativas, monumentos e performances. A memorização expressa disputas em torno do reconhecimento e da continuidade da memória social.

Em contrapartida, a desmemorização designa os processos sociais e políticos de apagamento da memória — práticas que silenciam ou negam determinadas lembranças e sujeitos. Trata-se, como observam autores que analisam regimes autoritários e suas heranças (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 1990), de um ato político e institucional de controle da memória coletiva.

A taciturnidade, por sua vez, descreve o silêncio denso e ritualizado que emerge em contextos de trauma e perda. Não é a simples ausência de fala, mas uma forma social de comunicação e resistência. O silêncio, nesse caso, torna-se um modo de preservar a dignidade, evitar a revitimização e guardar a memória de forma íntima. Essa noção é particularmente importante no contexto das famílias de desaparecidos, para as quais o silêncio é, simultaneamente, proteção e denúncia.

Esses conceitos, articulados, permitem compreender as experiências dos familiares e as estruturas sociais e políticas que moldam suas narrativas. A memória, nesse contexto, torna-se um espaço de resistência, em que as famílias buscam não apenas honrar seus entes queridos, mas desafiar as narrativas hegemônicas — isto é, aquelas versões dominantes e institucionalizadas da realidade, produzidas por agentes de poder, como o Estado, a mídia e as elites (GRAMSCI, 1978). Essas narrativas tendem a naturalizar visões de mundo que excluem ou minimizam as vozes de grupos marginalizados, como os familiares de desaparecidos.

1.2 Classificações e dimensões do desaparecimento

O desaparecimento é um fenômeno multicausal, que pode ser classificado em três grandes categorias (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019): Desaparecimento Voluntário, quando uma pessoa maior de idade e capaz decide sair de casa e cortar os vínculos familiares e sociais, sem avisar ninguém. Exemplos: Fugir de conflitos familiares, problemas financeiros ou pressão social. O Desaparecimento Involuntário, que ocorre por motivos externos à vontade da pessoa, sem que outra pessoa tenha tido a intenção de tirá-la do local. Exemplos: Acidentes de carro ou de trabalho, desastres naturais, crises de saúde mental (como demência, Alzheimer ou crises psiquiátricas), ou crianças que se perdem de seus responsáveis; e o Desaparecimento Forçado, quando a pessoa é afastada contra sua vontade, geralmente por ação de terceiros, com uso de violência, coação, abuso de poder ou fraude. Exemplos: Sequestro, tráfico de pessoas, trabalho escravo, abuso sexual, violência doméstica ou desaparecimentos causados pelo próprio Estado. Esse tipo de desaparecimento é definido pela Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (ONU, 2006, art. 2), ratificada pelo Brasil em 2010, como:

“A prisão, detenção, sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade cometida por agentes do Estado, ou por pessoas ou grupos que ajam com sua autorização, apoio ou aquiescência, seguida da recusa em reconhecer tal privação de liberdade ou de revelar o destino ou paradeiro da pessoa desaparecida.”

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade (2014) identificou 434 mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar (1964-1985), responsabilizando

agentes estatais — civis e militares — por práticas como prisões ilegais, tortura e ocultação de cadáveres. Segundo o relatório, “O desaparecimento forçado foi um instrumento de terror de Estado, utilizado para eliminar opositores e negar às famílias o direito à verdade” (CNV, 2014, v. 1, p. 75).

Figura 01 - Mural de desaparecidos da ditadura no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) tirada por mim no campo em São paulo.



Fonte: Autoria Própria (2024)

1.3 A presença da ausência: memória, trauma e narrativas

A antropóloga Grace M. Cho (2008), em *Haunting the Korean Diaspora* (Assombrando a diáspora coreana), propõe o conceito de “fantasmas sociais” para descrever as memórias que assombram famílias e coletividades após eventos traumáticos, como guerras ou ditaduras. Esses fantasmas representam ausências não resolvidas, lacunas simbólicas que atravessam gerações. Assim como as famílias coreanas afetadas pela separação e pela guerra, os familiares de desaparecidos forçados convivem com o “não-dito” e com o luto interrompido, vivenciando o que Cho chama de “presença ausente”.

Essas memórias intergeracionais revelam que o trauma coletivo não é apenas individual, mas socialmente transmitido. O desaparecimento forçado, nesse sentido,

torna-se também uma experiência de herança da dor, que demanda elaboração pública e coletiva.

Em diálogo com Cho, David Berliner (2005), em *The Abuses of Memory* (Os abusos da memória), alerta para o uso estratégico e político da memória. Segundo o autor, as memórias coletivas são frequentemente apropriadas por narrativas oficiais que buscam controlar o passado. Essa tensão é evidente entre o discurso estatal — que tende ao apagamento — e a memória familiar, que resiste e insiste em lembrar.

Berliner argumenta que a memória é um campo de disputa simbólica, onde se entrelaçam narrativas pessoais, políticas e históricas. No caso das famílias de desaparecidos, lembrar é resistir: é um ato político de enfrentamento à negação e ao esquecimento institucional.

1.4 A memória como resistência e reparação

A obra de Michael Pollak (1992), *Memória, Esquecimento e Silêncio*, reforça essa perspectiva ao evidenciar que o ato de lembrar é, em si, um processo de construção social. Pollak observa que o silêncio, frequentemente, é também uma forma de comunicação e de autopreservação diante da violência. Entre os familiares de desaparecidos, o silêncio aparece tanto como mecanismo de sobrevivência quanto como marca da dor.

A luta dessas famílias pela memória é, portanto, uma luta por identidade e reconhecimento. Cada lembrança recuperada torna-se um ato político e simbólico de resistência. Como afirma Pollak (1992, p. 207), “A luta pela memória é, ao mesmo tempo, uma luta por identidade e por reconhecimento.”

Essa dimensão coletiva é reforçada por Maurice Halbwachs (1990), que define a memória como uma construção social, sustentada pelos grupos aos quais pertencemos. Para os familiares de desaparecidos, a memória pessoal e a memória coletiva se entrelaçam na tentativa de reconstruir histórias interrompidas e reafirmar a dignidade dos ausentes.

1.5 Antropologia contemporânea e reconfigurações da memória

Bela Feldman-Bianco (2010) propõe uma leitura da antropologia contemporânea como campo atento às transformações nas práticas culturais e nas formas de resistência em sociedades marcadas pela violência e pela desigualdade. A autora destaca a importância de analisar os processos pelos quais as identidades e memórias são construídas e transformadas — questão central para compreender as famílias de desaparecidos.

Nessa mesma perspectiva, Claude Lévi-Strauss (1908) fornece uma chave interpretativa para compreender as narrativas dessas famílias. Assim como os mitos organizam o pensamento humano em torno de oposições (vida/morte, presença/ausência), as narrativas sobre o desaparecimento funcionam como formas simbólicas de dar sentido ao indizível. Cada história contada torna-se um modo de resolver, simbolicamente, o conflito entre vida e morte — uma tentativa de reintegrar o ausente ao tecido social e à memória coletiva.

Lévi-Strauss mostra que, tal como na linguagem, as culturas operam por meio de sistemas de significação que se estruturam em relações. Assim, cada experiência individual de perda se conecta a um sistema mais amplo de sentido — uma estrutura social de luto, memória e resistência.

1.6 Considerações Sobre o Capítulo

Refletir sobre o desaparecimento, a memória e a ausência é também refletir sobre as formas pelas quais a humanidade se reinventa diante do indizível. As famílias dos desaparecidos, ao se colocarem em movimento por respostas, constroem espaços de resistência e de memória que desafiam o esquecimento imposto por estruturas de poder. Nessa travessia entre o silêncio e a palavra, entre a ausência e a presença, a memória surge como uma forma de existir politicamente.

A antropologia, ao se debruçar sobre essas experiências, amplia a compreensão do desaparecimento para além dos números e das estatísticas: ela revela o tecido simbólico e afetivo que se forma quando o Estado falha em garantir o direito à vida e à verdade. Como mostram Cho (2008) e Pollak (1992), lembrar é sempre um ato político — um gesto de reconstrução que se opõe às forças da desmemorização e do apagamento.

Os conceitos de memorização, desmemorização e taciturnidade, quando articulados, evidenciam o caráter paradoxal da experiência da ausência: o silêncio que protege, a lembrança que insiste, o luto que se transforma em luta. Nessa confluência, as famílias fazem da dor uma linguagem e da memória um território de disputa, transformando o sofrimento em prática de resistência e afirmação de humanidade.

Assim, compreender o desaparecimento sob a ótica antropológica é reconhecer que a ausência também fala, e que essa fala, embora marcada pela dor, carrega potência política e ética. É nesse lugar de intersecção entre memória e silêncio que se desenha uma das dimensões mais sensíveis e urgentes da contemporaneidade: o direito de lembrar, de existir e de ser reconhecido.

Começo, portanto, convidando a perceber que a memória não é apenas recordação do que foi, mas construção ativa do que ainda pode ser. Ao articular teoria e experiência, o campo e o afeto, delineia-se o fundamento para os capítulos seguintes desta pesquisa — onde o encontro com as famílias, as políticas de Estado e as vozes das famílias revelarão, de forma ainda mais viva, as camadas humanas e sociais que constituem o fenômeno do desaparecimento no Brasil.

CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO: ENTRE AUSÊNCIAS, MEMÓRIAS E ESCUTAS

2.1 Caminhos da pesquisa: a abordagem qualitativa e o olhar etnográfico

Esta pesquisa desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa e etnográfica, privilegiando a convivência, a observação e a interpretação densa dos significados atribuídos pelas pessoas aos seus modos de vida, experiências e práticas sociais (GEERTZ, 1989). O fenômeno do desaparecimento, por sua complexidade e caráter multicausal, exigiu um método sensível às nuances da memória, da dor, da ausência e da luta por justiça, o que implicou na construção de um campo de pesquisa ético, afetivo e reflexivo.

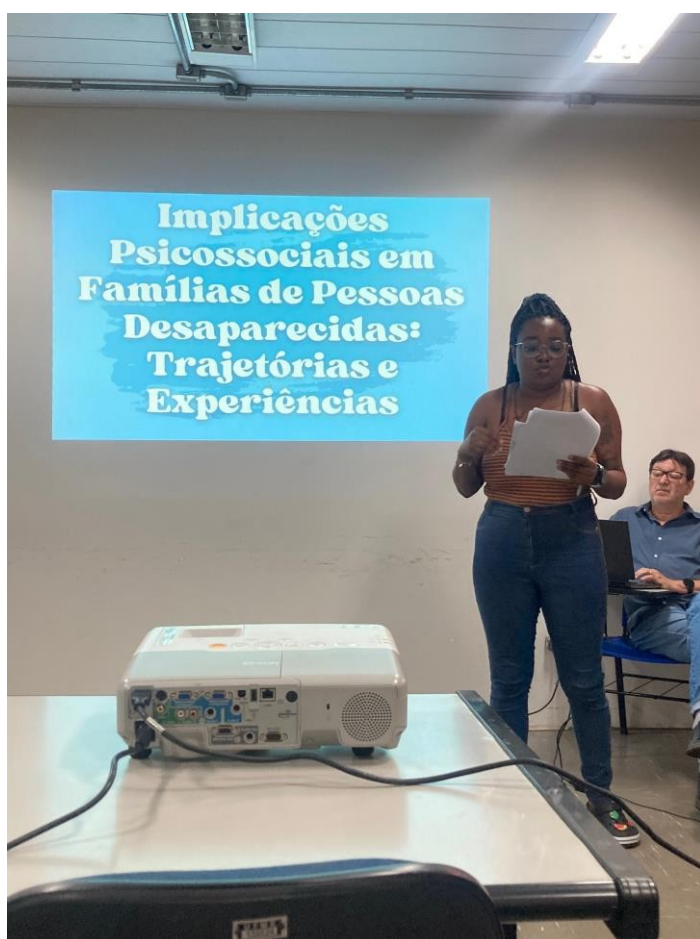
A etnografia, neste trabalho, foi compreendida não apenas como técnica de coleta de dados, mas como uma postura epistemológica e ética que valoriza a experiência situada, a escuta comprometida e a observação atenta. A perspectiva do “olhar, ouvir e escrever”, proposta por Oliveira (1996), isso orientou a minha presença enquanto pesquisadora no campo como uma prática relacional, em que a produção de conhecimento emerge do encontro entre pesquisador e interlocutores, permeado por afetos, assimetrias e aprendizados mútuos.

Inspirada em autores como Peirano (2014) e Magnani (2002), esta pesquisa buscou compreender o campo como um espaço de trocas, tensões e traduções culturais, onde a antropóloga se faz mediadora entre mundos distintos. Assim, o trabalho de campo se constituiu em meio a atividades, espaços e encontros ligados à temática — simpósios, oficinas, atos públicos, reuniões de movimentos sociais e formações em Antropologia Forense, campo na cidade de São Paulo, entrevistas presenciais e online, estudo de bibliografias, vivências e momentos com familiares de desaparecidos —, fundamentais para acessar os circuitos de memória, mobilização e solidariedade formados pelos familiares de pessoas desaparecidas.

Figura 2- Apresentação sobre Familiares de pessoas desaparecidas no Integra UFMS evento anual de ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).



Fonte: Autoria Própria (2024)



Fonte: Autoria Própria (2024)

Figura 3- Apresentação do desenvolvimento do meu trabalho no seminário VII SEMINÁRIO DE PESQUISA – PPGAS

2.2 O campo e os interlocutores: familiares, redes e territórios

A pesquisa envolveu a realização de entrevistas em profundidade com familiares de pessoas desaparecidas — em sua maioria mulheres —, priorizando escutas abertas e narrativas livres, sem roteiros rígidos, de modo a respeitar o tempo, o silêncio e a escolha das palavras dos interlocutores.

As entrevistas ocorreram em diferentes cidades brasileiras, algumas realizadas online (à distância) e outras presenciais, considerando a dispersão territorial dos casos e das redes de mobilização, com ênfase em contextos urbanos marcados por vulnerabilidade social e conflitos ligados à segurança pública.

Os critérios de seleção dos interlocutores buscaram refletir a diversidade das experiências — tempo de desaparecimento, relação com o desaparecido, inserção em movimentos sociais — e também a disposição afetiva e ética de compartilhar suas histórias com a pesquisadora. As cidades e estados das entrevistadas foram: Campo Grande (MS), Goiânia (GO), São Bernardo do Campo (SP), João Pessoa (PB) e São Paulo (SP).

Como destaca Das (2007, p. 154), a escuta da dor e da perda exige um “habitar o silêncio” e reconhecer que a violência se inscreve nas relações e nas linguagens. Assim, a etnografia aqui se fez a partir da atenção aos gestos, pausas e hesitações — elementos fundamentais para compreender as dimensões subjetivas e coletivas do desaparecimento.

2.3 Registros, materiais e cultura da ausência

Além das entrevistas, foram produzidos registros de campo extensivos, com anotações sistemáticas de observações, interações e impressões cotidianas. Esses registros compõem um diário de campo, articulando descrição densa (GEERTZ, 1989) e interpretação situada.

Fotografias de altares domésticos, faixas, murais e homenagens públicas, bem como documentos institucionais e jurídicos (boletins de ocorrência, relatórios de busca, processos judiciais) e materiais midiáticos (reportagens, campanhas, perfis em redes sociais), integraram o corpus empírico da pesquisa, compondo uma análise

sobre a cultura material da ausência — isto é, os objetos, imagens e práticas que tornam visível o invisível, e presentificam a falta. (EDWARDS, 2001)

Como lembra Gonçalves (2007), os objetos carregam memórias e afetos, constituindo formas materiais de resistência e de elaboração do luto. Assim, cada fotografia, vela ou faixa de protesto foi compreendida como vestígio de uma presença interrompida, que ajuda a reconstruir as tramas de sentido e esperança.

2.4 Ética, escuta e compromisso político

O trabalho foi conduzido a partir de uma perspectiva crítica e decolonial da antropologia, reconhecendo as implicações políticas e éticas do fazer etnográfico em contextos de sofrimento social (SCHEPER-HUGHES, 1995; FASSIN, 2018).

A escuta foi exercida como uma prática ética e epistemológica, comprometida não apenas com o registro da dor, mas com a dignidade das narrativas e o reconhecimento das vozes historicamente silenciadas. Em todas as etapas, foi assegurado o consentimento informado, com cuidado no tratamento das informações e uso de nomes que não foram fictícios a pedido das mães e demais parentes entrevistadas para que dessa forma a partir dessa pesquisa e dissertação possa-se dar visibilidade aos seus desaparecidos. A partir disso e como forma de homenagem, respeito e visibilidade deixei os nomes reais como me foi solicitado.

A ética, neste contexto, foi entendida como uma dimensão indissociável do método — uma forma de cuidado e responsabilidade para com o outro, e também com a escrita, que transforma a experiência vivida em texto (CLIFFORD; MARCUS, 1986).

2.5 Análise e construção das categorias

A análise dos dados foi realizada de forma contínua e dialógica, em um processo iterativo de leitura, codificação temática e retorno ao campo. As categorias analíticas — ausência, luto suspenso, justiça, território, memória e resistência — emergiram das narrativas e foram refinadas no diálogo entre teoria e empiria.

Inspirada em Peirano (2014) e Bourdieu (1997), a interpretação buscou compreender as práticas e representações dos familiares não como respostas individuais, mas como expressões situadas em contextos sociais marcados quando necessário por desigualdade e violência institucional.

2.6 Finalização do percurso metodológico

A metodologia adotada neste trabalho expressa a intenção de construir um conhecimento comprometido com a vida, com a justiça simbólica e com a visibilidade das ausências. A etnografia, aqui, não se restringe à observação, mas constitui uma forma de presença e solidariedade com os sujeitos que lutam contra o esquecimento. Dessa forma, o percurso metodológico não apenas fundamenta o caminho da pesquisa, mas afirma a antropologia como prática ética, política e afetiva, capaz de compreender e ressignificar as dores coletivas por meio da escuta e da escrita.

CAPÍTULO 3 — Descrição Etnográfica: Famílias de Pessoas Desaparecidas em São Paulo (SP)

3.1 Introdução ao Campo e à Escolha do Terreno Etnográfico

A presente etnografia tem como objetivo apresentar uma descrição densa do trabalho de campo realizado junto a familiares e grupos de familiares de pessoas desaparecidas, neste caso na cidade de, na cidade de São Paulo, a escolha de ir até o estado de São Paulo como campo se fundamenta por motivo de: Que São Paulo, enquanto uma das maiores metrópoles da América Latina, apresenta altos índices de desaparecimentos de pessoas — uma realidade frequentemente invisibilizada pelas instituições e pelos meios de comunicação. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP), apenas em 2023 foram registrados mais de 30 mil boletins de ocorrência por desaparecimento no estado, sendo que a capital concentra a maior parte dos casos. Esse dado revela não apenas a magnitude do fenômeno, mas também a urgência de compreender suas dimensões sociais, culturais e afetivas. Do ponto de vista antropológico, estudar os familiares das pessoas desaparecidas permite acessar uma dimensão profunda da experiência humana diante da ausência, da espera e da incerteza. Essas famílias mobilizam práticas cotidianas de busca, redes de solidariedade, estratégias de enfrentamento e formas próprias de produzir sentido diante de uma perda sem corpo e sem fim. Em São Paulo, essas experiências se dão em um contexto urbano marcado por desigualdades sociais, raciais e territoriais, o que torna a análise ainda mais complexa e significativa. A pesquisa de campo nesse cenário possibilita compreender como o desaparecimento se articula a processos de marginalização, violência institucional e apagamento de certas vidas, sobretudo quando as pessoas desaparecidas são jovens, negras e periféricas. Além disso, o campo em São Paulo é importante por ser um espaço onde diferentes atores — familiares, organizações civis, instituições públicas e coletivos de direitos humanos — atuam de maneira articulada na luta por memória, verdade e justiça. Investigar essas relações permite compreender como o desaparecimento se inscreve nas dinâmicas políticas e morais da cidade, revelando o modo como o Estado e a sociedade respondem (ou se omitem) diante desse tipo de violência.

Por fim, a relevância acadêmica desta pesquisa se sustenta na lacuna existente nas ciências sociais brasileiras quanto ao estudo sistemático do

desaparecimento em contexto urbano contemporâneo. Embora o tema tenha sido abordado em situações de exceção política – como nas ditaduras latino-americanas –, pouco se investigou sobre os desaparecimentos cotidianos e suas repercussões nas vidas de familiares em tempos democráticos. Assim, o campo em São Paulo contribui para ampliar o debate sobre memória, sofrimento social, cidadania e direitos humanos, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para pensar as formas contemporâneas de ausência e exclusão.

O fenômeno do desaparecimento de pessoas, especialmente no contexto brasileiro, revela-se como um evento social e político de grande complexidade, que articula dimensões históricas, afetivas e institucionais. A etnografia, aqui, é compreendida como um instrumento capaz de evidenciar as dinâmicas de sofrimento, resistência e mobilização desses sujeitos diante da ausência e da busca. Por tanto a escolha de São Paulo como um dos campos de pesquisa se justifica pela densidade populacional e pelas características urbanas, sociais e políticas que fazem da cidade um espaço emblemático para o estudo do desaparecimento. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI), o estado de São Paulo registrou 5.172 casos de desaparecimento entre janeiro e março de 2024, uma média de 57 casos por dia. Desse total, 50,9% ocorreram no interior, 28% na capital e 20,7% na região metropolitana de São Paulo. Esses números refletem não apenas a magnitude do fenômeno, mas também a insuficiência das políticas públicas e da atuação estatal frente à busca e à reparação.

3.2 O Acesso ao Campo e a “Teoria do Contato”

A entrada no campo foi marcada por uma série de aproximações graduais e cuidadosas, envolvendo tanto a inserção institucional quanto o vínculo afetivo com os familiares. O campo foi realizado entre 27 e 29 de novembro de 2024, com observações e interações em diversos contextos: reuniões de coletivos de familiares na universidade UNIFESP, manifestações públicas, audiências com representantes do Estado e momentos cotidianos nos lares e redes de comunicação das interlocutoras.

Inspirando-se na “teoria do contato” proposta por Magnani (2002), entende-se o campo etnográfico como um espaço de trocas, afetos e negociações, onde pesquisador(a) e interlocutores constroem conjuntamente o conhecimento. O contato

não é neutro, mas atravessado por desigualdades e sensibilidades, especialmente em contextos de sofrimento. Essa postura implica reconhecer que a pesquisa, ao adentrar universos de dor e luta, requer um engajamento ético que vai além da mera observação: trata-se de uma escuta comprometida, um “estar com” que mobiliza empatia e reflexividade.

3.3 As Interlocutoras e o Cotidiano da Busca

As interlocutoras principais desta pesquisa são, em sua maioria, mulheres — mães, irmãs, esposas, netas de pessoas desaparecidas — que transformam a ausência em ação coletiva. Suas narrativas revelam o impacto subjetivo da perda, mas também a elaboração de estratégias de resistência: a busca incessante, as mobilizações públicas, o uso das redes sociais e a criação de coletivos de apoio.

A observação participante e as entrevistas em profundidade permitiram acompanhar as práticas cotidianas e os modos de reelaboração simbólica do desaparecimento. O campo mostrou-se como um território emocional, onde o silêncio, a esperança e a memória coexistem. O desaparecimento, nesse sentido, não é apenas um evento, mas uma experiência contínua que reorganiza o tempo, o espaço e as relações sociais.

3.4 Reflexividade e Ética da Presença no Campo

O contato com as famílias implicou reflexões constantes sobre os dilemas éticos da pesquisa. A relação entre pesquisadora e interlocutores foi atravessada por afetos, empatia e limites. Em contextos de violência e sofrimento, a etnografia demanda um posicionamento que reconheça a dimensão emocional e política do trabalho de campo. Como propõe Das (2007), o antropólogo, ao testemunhar o sofrimento do outro, participa de uma forma de “habitar o ordinário do sofrimento”, sendo necessário pensar a restituição não apenas como entrega de resultados acadêmicos, mas como compromisso com a dignidade e a visibilidade dos sujeitos.

3.5 O Campo Ampliado: A UNIFESP e o Debate sobre Reparação

Uma das etapas do campo ocorreu na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), durante o Simpósio de Arqueologia e Antropologia Forense e Direitos

Humanos. O evento reuniu familiares, pesquisadores e representantes institucionais, com destaque para Dona Zilda, fundadora do movimento Mães de Osasco. As discussões concentraram-se no direito à reparação e na Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (Lei nº 13.812/2019), que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e define as responsabilidades do Estado na busca e localização de desaparecidos. No entanto, como apontam estudos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (2023), a implementação dessa política enfrenta obstáculos estruturais — como a burocratização, a ausência de integração de dados e a negligência institucional — que comprometem a efetividade da reparação e a confiança das famílias nas instâncias públicas.

3.6 A Reparação Integral e seus Desdobramentos

A reparação integral, prevista nos Princípios e Diretrizes das Nações Unidas sobre o Direito à Reparação (2005), abrange dimensões materiais, simbólicas e psicológicas. No contexto dos desaparecimentos, ela assume contornos complexos, pois raramente é possível restaurar a vida interrompida. Ainda assim, é imperativo promover a localização das pessoas, a identificação dos corpos, a realização de ritos dignos e o reconhecimento público das violências.

As compensações financeiras, médicas e psicológicas são dimensões fundamentais dessa reparação. Diversas mães relataram o adoecimento físico e emocional decorrente da ausência prolongada de seus filhos — hipertensão, insônia, ansiedade e depressão. Iniciativas ligadas a universidades e centros de direitos humanos têm tentado oferecer acompanhamento psicossocial, mas, conforme a UNESP (2024), o atendimento ainda é precário e limitado. Experiências latino-americanas, como na Colômbia e México, mostram avanços importantes na inclusão das vítimas indiretas em políticas de atenção continuada (ICRC, 2021).

3.7 Reparação Simbólica, Memória e Reconhecimento

A reparação simbólica, por meio de atos públicos, homenagens, memórias e narrativas de resistência, desempenha papel essencial na restauração da dignidade violada. A palavra — o testemunho — torna-se uma forma de resistência, na medida

em que reverte o apagamento e reinscreve o desaparecido na esfera pública. Contudo, a efetivação dessas medidas esbarra em marcadores estruturais de desigualdade. Estudos apontam que muitas (e dependendo do local em sua maioria) as pessoas desaparecidas no Brasil são homens, negros, jovens e moradoras de periferias urbanas. Essa configuração revela um padrão racializado e classista de desaparecimento, raramente reconhecido nas políticas públicas (ALMEIDA, 2018; CICV, 2021).

A ausência de dados desagregados por raça, classe e gênero na Política Nacional de Busca (Lei nº 13.812/2019) perpetua a invisibilidade dessas populações. Como destaca Silva (2022), “certas vidas desaparecem e são esquecidas mais rapidamente do que outras”, o que evidencia uma hierarquização das vidas e dos sofrimentos.

A descrição etnográfica aqui apresentada demonstra que o desaparecimento não é apenas uma ausência física, mas uma presença constante nas vidas dos familiares. As práticas de busca, as memórias e os rituais de resistência configuram-se como formas de elaboração e politização da dor. Entre o luto e a luta, entre a ausência e a presença, essas famílias transformam o sofrimento em ação coletiva, revelando o poder político da memória e a urgência de políticas públicas que reconheçam a complexidade e a profundidade dessa experiência.

CAPÍTULO 4. – FAMILIARES, MEMÓRIA E AS MARCAS SOCIAIS DO DESAPARECIMENTO

4.1 - As famílias que ficam: gênero, raça e economia da ausência

A experiência do desaparecimento de uma pessoa projeta efeitos que se espraiam muito além do indivíduo ausente: atingem, de modo profundo, os vínculos familiares, as redes comunitárias e a própria estrutura simbólica da vida cotidiana. Nos contextos observados em campo e em estudos bibliográficos, ficou evidente que, quando os desaparecidos são homens ou meninos negros, os que permanecem são, majoritariamente, mulheres negras — mães, esposas, avós e crianças — que assumem a responsabilidade emocional, política e econômica da ausência. Essa constatação corrobora a leitura de autoras como Angela Davis (2016) e Patricia Hill Collins (2019), que evidenciam como o gênero e a raça se entrecruzam na produção de desigualdades estruturais.

O desaparecimento, nesses casos, desencadeia não apenas o sofrimento emocional, mas uma verdadeira reconfiguração da economia doméstica. Em muitas famílias, o homem desaparecido era o principal provedor; sua ausência repentina provoca o colapso financeiro. Diversas interlocutoras relataram ter abandonado o emprego para se dedicar integralmente à busca — uma rotina exaustiva de idas a delegacias, hospitais, Institutos Médicos Legais e encontros com movimentos sociais. Enquanto as mães buscam respostas, as contas se acumulam, a rotina escolar dos filhos é interrompida e a casa se torna um espaço de espera — uma espera que se alonga e se transforma em modo de vida. Essa espera, como lembra Veena Das (2007), é uma forma de vida marcada pela suspensão: um tempo entre a ausência e a possibilidade do retorno, onde a dor se sedimenta e a esperança se ritualiza.

A fala de Dona Zilda, Fundadora das mães de osasco e mãe de Fernando Luiz de Paula, desaparecido e depois encontrado morto na chacina (O coletivo Mães de Osasco é um grupo formado por mães e familiares das vítimas da Chacina de Osasco e Barueri, ocorrida em 13 de agosto de 2015. O coletivo não tem uma data de fundação formal e única, mas sim uma organização que se deu a partir da tragédia, a partir do dia em que homens e meninos foram mortos e dados como desaparecidos. Elas se organizam na Associação 13 de Agosto e lutam por memória, verdade e

justiça para seus filhos e familiares, denunciando a violência policial e a impunidade.), sintetiza de forma contundente o impacto dessa experiência:

“A consequência foi a destruição da família. Muitas mães morreram de tristeza. Crianças pequenas dizem que, quando crescerem, vão matar policiais. Eu adoeço todo dia. Eu só recebi os ossos do meu filho. Nada mais.”

O testemunho de Dona Zilda evidencia o sofrimento social (Kleinman; Das; Lock, 1997) que atravessa esses corpos e afetos. A dor não se expressa apenas em termos psicológicos, mas em sintomas físicos — palpitações, insônia, hipertensão — e no adoecimento coletivo de famílias e comunidades inteiras. A violência estatal se prolonga, assim, na vida cotidiana: ela não termina no ato da violência, mas se reproduz na falta de resposta, no descaso institucional e na invisibilização das vítimas.

Figura 4- Zilda Maria de Paula Fundadora do Mães de Osasco



Fonte: (Site memórias da ditadura, 2024)

Figura 5- Bandeira do movimento Mães de Osasco, reunião na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)



Fonte: Arquivo de fotos de campo, autoria própria,(2024)

4.2 – Vozes da resistência: a emergência das “Mães” e o legado da violência de Estado

Durante uma das atividades de campo realizadas na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), tive a oportunidade de conversar com Débora Silva. Debora Silva Maria é uma ativista dos direitos humanos brasileira, fundadora do movimento Mães de Maio, que denuncia e apura independentemente casos de violência policial no Brasil. Ela defende a desmilitarização da polícia e é contra a redução da maioridade penal. Debora Silva Maria decidiu liderar a fundação do movimento Mães de Maio, em 2006, após policiais assassinarem seu filho, o gari Edson Rogério Silva dos Santos, de 29 anos, em um posto de gasolina, em Santos. O assassinato ocorreu em 15 de maio de 2006, no contexto de uma série de chacinas promovida pela polícia, conhecida como Crimes de Maio. Fundadora do movimento Mães de Maio. Ela relatou que, quando começou a buscar justiça pela morte de seu filho, em 2006, não existia nenhum movimento social estruturado voltado à questão dos desaparecimentos e execuções e sumiço sumárias nas periferias. As mortes e desaparecimentos de jovens negros eram tratados como algo “natural”, como se fizessem parte de um ciclo inevitável de violência urbana.

Débora destacou que muitos desses casos estão ligados a uma tradição mais antiga de violência policial organizada, que remonta à atuação do Esquadrão da Morte (O Esquadrão da Morte era uma organização paramilitar brasileira que atuou principalmente durante a ditadura militar, perseguindo e executando pessoas consideradas perigosas para o regime. Originado no estado da Guanabara no final dos anos 1950, o grupo se espalhou pelo país e contava com a participação de policiais civis e militares, políticos e era mantido por empresários. Além de assassinatos, esses grupos ficaram conhecidos conhecidos por cometerem execuções extrajudiciais, torturas, desaparecimentos e violações de direitos humanos), surgido no Rio de Janeiro no final dos anos 1950 e expandido para São Paulo na década seguinte. Conforme relatado pela jurista ,Alessandra Teixeira em depoimento à Comissão da Verdade “Rubens Paiva” (2014), os grupos ligados ao Esquadrão da Morte mantinham conexões com economias ilícitas — o jogo do bicho, a prostituição e o tráfico de drogas — e operavam sob a lógica da impunidade. A retórica da “limpeza

social” justificava assassinatos e desaparecimentos de pessoas consideradas indesejáveis, quase sempre homens jovens e negros das periferias.

Figura 6- Débora Silva Fundadora do movimento Mães de Maio



Fonte: (Fotografia Marcos Zibordi do site Terra, Maio de 2025)

Imagem 7- Bandeira do movimento Mães de Maio, reunião na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (Tirada por mim).



Fonte: Arquivo de fotos de campo (2024)

A continuidade histórica dessa prática torna evidente o que Achille Mbembe (2016) define como necropolítica: o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. O desaparecimento, nesse sentido, é mais do que um ato de violência — é uma forma de gestão das populações marginalizadas, uma política de invisibilização e controle que se atualiza nas metrópoles contemporâneas.

Em São Paulo, mesmo sem a presença formal de um “Esquadrão da Morte”, a letalidade policial e as execuções extrajudiciais seguem sendo realidades sistemáticas, revelando a persistência de estruturas racistas e punitivistas.

Débora Silva, em sua fala, associa diretamente o desaparecimento à omissão do Estado: o silêncio institucional, segundo ela, é o que perpetua o desaparecimento. “Quando o Estado não busca, ele continua matando”, disse. Essa perspectiva também ecoa nas análises de Teresa Caldeira (2000) sobre as formas de controle e exclusão nas periferias paulistas, onde a violência estatal e a violência do cotidiano se entrelaçam.

4.3 - Desaparecimento e memória: uma perspectiva latino-americana (evento)

No simpósio realizado na UNIFESP, o diálogo com mulheres latino-americanas — integrantes de grupos como o coletivo *Mujeres de Frente* (Equador) e *Mujeres Encarceladas* (México) — ampliou o horizonte da minha pesquisa. Suas falas destacaram que o desaparecimento é um fenômeno transnacional e estrutural, ligado a dinâmicas de gênero, raça e desigualdade.

Essas mulheres discutiram três eixos centrais: **O tráfico de pessoas** como causa recorrente e silenciosa de desaparecimentos; **A necessidade de uma leitura antirracista e feminista** do desaparecimento; **A memória das crianças** — filhos e filhas dos desaparecidos —, que crescem entre o silêncio, a ausência e a resistência.

A partir dessas falas, torna-se possível compreender que a memória não é apenas uma lembrança, mas uma prática política. Como argumenta Elizabeth Jelin (2002), lembrar é também disputar o passado e o presente, confrontando o esquecimento imposto pelos poderes hegemônicos.

As falas das mulheres latino-americanas ecoam essa disputa: ao transformar o sofrimento em mobilização, essas mães criam redes de solidariedade que transbordam fronteiras e constroem o que se pode chamar de uma pedagogia da resistência (Segato, 2014).

Figura 8- coletivo *Mujeres de Frente* do Equador.



Fonte: (Instagram do coletivo, 2023)

O intercâmbio com essas experiências reforçou o caráter epistemológico da dor — isto é, a capacidade de gerar conhecimento a partir do sofrimento e da resistência. Para muitas dessas mães, a luta pela memória é uma luta pelo reconhecimento da humanidade de seus filhos e filhas, uma luta contra o apagamento e contra a narrativa oficial que frequentemente criminaliza as vítimas.

4.4 - Centralidade etnográfica: o campo como lugar de escuta e revelação

A etnografia apresentada neste capítulo ocupa lugar central na dissertação por permitir o contato direto com as experiências vividas pelas famílias. A convivência com mães, esposas e filhos de desaparecidos possibilitou não apenas compreender as dimensões emocionais do fenômeno, mas também identificar as estratégias de resistência e organização coletiva construídas por esses sujeitos.

A etnografia em contextos urbanos exige captar as “artes de fazer” dos sujeitos — suas formas de habitar, resistir e reinventar o cotidiano, isto é, as práticas através das quais indivíduos produzem sentidos e estratégias de vida no interior das estruturas sociais (CERTEAU, 2014).

O trabalho de campo foi realizado principalmente em São Paulo, em espaços de mobilização e memória, como a sede do Movimento Mães da Sé e o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP (CAAF/UNIFESP). O centro insere-se em um movimento social e político mais amplo que luta pela reparação histórica e pelo reconhecimento das vítimas de desaparecimento durante a ditadura militar no Brasil. Além de realizar processos de identificação científica, o CAAF estabelece diálogo com familiares e movimentos sociais, oferecendo apoio às famílias em sua busca por justiça e pelo reconhecimento de seus desaparecidos.

Também foram acompanhados eventos organizados por grupos como Mães de Maio e Mães de Osasco e Barueri, realizados na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Nessas interações, foi possível observar como o desaparecimento se transforma em um evento coletivo, compartilhado sobretudo por mulheres que se tornam porta-vozes de uma dor que passa a ocupar o espaço público.

Ao narrar a ausência, essas mulheres constroem um discurso que é, ao mesmo tempo, testemunho e denúncia. A antropologia, nesse contexto, coloca-se como mediadora entre as experiências individuais e as estruturas de poder que as moldam. Essa perspectiva etnográfica insere-se na tradição de uma antropologia comprometida (SCHEPER-HUGHES, 1995), que reconhece no sofrimento humano uma fonte legítima de conhecimento e uma convocação ética.

A escuta, o silêncio e o respeito às pausas tornam-se, portanto, metodologias de campo e instrumentos de aproximação com sujeitos historicamente silenciados pela violência e pelas estruturas do Estado.

4.5 – o desaparecimento como espelho da sociedade

O que emerge aqui é a percepção de que o desaparecimento não é um evento isolado ou um mero dado estatístico — é uma experiência social total, para usar a expressão de Mauss (2003). Ele mobiliza afetos, estruturas de poder, instituições e memórias coletivas.

As histórias das famílias de São Paulo — e, por extensão, das periferias brasileiras e latino-americanas — revelam um Estado que ainda seleciona quem

merece ser encontrado e quem pode continuar desaparecido. A ausência de políticas públicas eficazes, o racismo institucional e a criminalização das vítimas perpetuam um ciclo de silenciamento. Ao dar centralidade às vozes das mães e familiares, este capítulo pretende não apenas documentar o sofrimento, mas também reconhecer sua potência política. As narrativas aqui apresentadas mostram que, mesmo diante da

ausência e da dor, essas mulheres reinventam o espaço público e reconfiguram o sentido da justiça, transformando mais uma vez o que era luto em luta.

4.6 O desaparecimento, a procura e suas implicações culturais: o campo e suas dimensões

A construção desta seção parte do reconhecimento de que o desaparecimento de pessoas, especialmente em contextos urbanos e políticos, constitui um fenômeno que ultrapassa os âmbitos jurídico e policial, configurando-se também como um problema social, simbólico e profundamente cultural.

A pesquisa, conduzida com base em uma abordagem qualitativa e etnográfica, buscou compreender os significados atribuídos pelos familiares à ausência de seus entes queridos, bem como os modos de enfrentamento e resistência que emergem desse processo. Nesse sentido, o campo empírico foi fundamental para a consolidação da reflexão antropológica, possibilitando articular a vivência concreta das famílias com as dimensões estruturais que permeiam o desaparecimento na sociedade brasileira contemporânea.

O ponto de partida dessa investigação esteve vinculado à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), instituição reconhecida por seu compromisso acadêmico e social com a produção de conhecimento em torno das questões humanas e políticas de relevância nacional. Inserida em um ambiente interdisciplinar, que envolve a antropologia, a psicologia, o direito e as ciências sociais, a UNIFESP constituiu o espaço intelectual de formação e de reflexão desta pesquisa. Além de sua contribuição científica, a universidade abriga grupos e centros dedicados ao estudo dos direitos humanos, da violência política e dos desaparecimentos forçados, o que proporcionou o suporte teórico e metodológico necessário para a construção deste trabalho.

Dentro desse contexto institucional, destaca-se o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/UNIFESP), que se apresenta como uma referência nacional na aplicação das ciências forenses à promoção da verdade, da memória e da justiça. O CAAF atua em interface direta com o campo da antropologia forense e da arqueologia, desenvolvendo pesquisas e ações voltadas à identificação de corpos e restos mortais de pessoas desaparecidas, com atenção especial aos casos de

desaparecimento forçado ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985) e em outros contextos de violação de direitos humanos. Sua atuação é marcada pela interdisciplinaridade — envolvendo antropólogos, arqueólogos, biólogos e peritos — e por uma perspectiva que compreende a ciência não apenas como técnica, mas como instrumento de reparação e reconhecimento social.

A interação com profissionais e pesquisadores do CAAF possibilitou o aprofundamento sobre a dimensão forense do desaparecimento, revelando que a busca pela verdade material — expressa na identificação dos restos mortais — é inseparável da busca simbólica e afetiva das famílias. Essa dupla dimensão é o que sustenta o caráter ético e político do trabalho do centro, cuja contribuição vai além do âmbito científico, alcançando os processos de justiça de transição e reparação histórica. Desde sua criação, o CAAF tem se dedicado à identificação de vítimas da repressão e à devolução de restos mortais às famílias, em um esforço que combina tecnologia, sensibilidade e compromisso social. Sua colaboração com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e outras entidades internacionais confere à instituição relevância no cenário global de defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que reafirma o papel da universidade pública na reconstrução da memória coletiva e na promoção do direito à verdade.

Figura- 9 Restos Mortais (osteologia forense) laboratório Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) de pessoa desaparecida e assassinada na ditadura encontrada em vala de perus.



Fonte: (Arquivo de fotos de campo, 2024)

Figura- 10 Base de dados para Antropologia Forense Centro de Antropologia e Arqueologia Forense



Fonte: (Arquivo de fotos de campo, 2024)

A relação entre o saber científico e as experiências humanas concretas, entretanto, só se torna plenamente compreensível quando observada a partir dos sujeitos que vivenciam a ausência. Nesse sentido, a Sede das Mães da Sé, localizada no centro da cidade de São Paulo, representa um espaço simbólico e político de extrema relevância. Fundada em 1996 por Ivanise Espiridião, mãe de Fabiana Espiridião, desaparecida em 1995 aos 13 anos, a associação nasceu da dor e da desesperança que se transformaram em solidariedade e luta coletiva. O movimento, inicialmente composto por mães que se reuniam na Praça da Sé em busca de visibilidade para seus casos, tornou-se um marco na história das mobilizações civis no Brasil em torno do desaparecimento de pessoas. A sede funciona como local de apoio emocional, orientação jurídica e mobilização política, articulando familiares de todo o país e pressionando o Estado brasileiro a garantir políticas públicas de busca e de assistência às famílias. O relato de Ivanise Espiridião, há quase 30 anos. Em dezembro de 1995, a filha Fabiana Esperidião da Silva, com

apenas 13 anos de idade, desapareceu quando estava a 100 metros de casa, em São Paulo (SP).

“Minha filha, no dia 23 de dezembro de 1995, saiu de casa por volta das 20 horas. Ela não foi sozinha, saiu acompanhada de uma colega de classe que estudava na mesma sala. As duas foram até a casa de uma amiga que estava fazendo aniversário naquele dia. Só que não tinha festa. Elas nem chegaram a entrar na casa da colega. Foram apenas dar um abraço de feliz aniversário. Cumprimentaram a colega e voltaram. No caminho, cada uma seguiu em direção à sua casa, que eram direções opostas. Ela desapareceu não muito longe daqui, na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, que é uma avenida bem movimentada. E no trajeto que ela fez para voltar para casa não tinha outra alternativa, era só aquele caminho mesmo, um caminho reto. Quando ela saiu eu não estava em casa. Logo que eu cheguei começou a chover. Eu entrei em casa e pensei: cadê a Fabiana? Perguntei para a Fagna – aquela que você viu – e ela me disse: “Mãe, ela foi na casa da Damares com a Luciana, mas já volta”. Então começou a chover forte. Eu deduzi que ela estava esperando a chuva passar para voltar. Era um temporal de verão, uma chuva muito forte. Quando a chuva diminuiu um pouco eu peguei um guarda-chuva e fui com a Fagna até a casa da colega buscá-la. Quando cheguei lá bati palma e disse para a menina que tinha ido buscar a Fabiana. Foi então que ela respondeu: “Tia, a Fabiana já foi embora faz tempo”. (Ivanise Espiridião, 2024).”

Colhido durante o trabalho de campo, ilustra de forma pungente o impacto emocional e social que o desaparecimento provoca. Sua narrativa evidencia o abandono institucional e a invisibilidade social que marcam as experiências desses familiares, que precisam transformar o sofrimento em ação política para não sucumbir ao silêncio. As Mães da Sé se configuram, assim, como um movimento de resistência e memória, em que o ato de buscar é também um ato de reconstruir a própria subjetividade. Tal dinâmica ecoa o que autores como Caldeira (2000) e Leite (2012) discutem sobre as formas de habitar o espaço urbano e as estratégias de visibilidade que emergem dos contextos de violência e exclusão. A praça, o cartaz, o ato público – todos esses elementos assumem uma dimensão ritual e simbólica, transformando o espaço urbano em território de reivindicação e de pertencimento.

A pesquisa de campo, desenvolvida em São Paulo, concentrou-se na observação e no diálogo com familiares e instituições envolvidas na busca por pessoas desaparecidas. A capital paulista, pela sua complexidade social e demográfica, constitui um microcosmo privilegiado para a análise desse fenômeno.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP), mais de 40 mil boletins de ocorrência de desaparecimento foram registrados em 2023, abrangendo crianças, adolescentes e adultos. Esses números refletem não apenas a magnitude do problema, mas também a insuficiência das políticas públicas de prevenção e investigação. A urbanização desigual, a violência estrutural e as fragilidades das redes de proteção social contribuem para um cenário em que o desaparecimento se torna um sintoma das vulnerabilidades contemporâneas (CARNEIRO; MÉO, 2019).

A convivência com os familiares revelou um conjunto de impactos psicológicos e sociais que se manifestam de forma prolongada e profunda. O desaparecimento, ao contrário da morte, não produz fechamento simbólico; ele mantém os sujeitos em um estado de espera indefinida, em que o luto é suspenso e o tempo é fragmentado. Como observam Lima, Dantas e Dutra (2022), a incerteza prolongada gera sofrimento psíquico intenso, frequentemente associado a sintomas de depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. Ao mesmo tempo, a ausência de reconhecimento

institucional aprofunda o isolamento dessas famílias, que muitas vezes precisam criar suas próprias redes de apoio e estratégias de visibilidade. Assim, o desaparecimento não é apenas um evento individual, mas uma experiência coletiva de desamparo e resistência, que se inscreve no tecido social e desafia as categorias tradicionais de perda e de luto.

A dimensão política do desaparecimento torna-se ainda mais evidente quando compreendida à luz dos direitos humanos. O desaparecimento forçado é reconhecido internacionalmente como crime de lesa-humanidade, configurando uma violação grave e continuada. No Brasil, embora a Lei nº 13.812/2019 tenha instituído a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, ainda há lacunas significativas em sua implementação. O processo burocrático, a falta de integração entre os órgãos de segurança e a ausência de políticas de acolhimento às famílias evidenciam um distanciamento entre a legislação e a realidade concreta. Nesse contexto, o papel das organizações civis e dos centros de pesquisa torna-se crucial para preencher essas lacunas e pressionar o Estado por medidas efetivas.

O diálogo entre a ciência, a memória e a justiça, presente tanto na atuação do CAAF quanto no movimento das Mães da Sé, demonstra que o desaparecimento deve ser compreendido como um fenômeno total — ao mesmo tempo material, simbólico e político. As famílias de desaparecidos, ao buscarem seus entes, também lutam pelo reconhecimento de sua dor e pela preservação da memória coletiva. Essa luta é, em última instância, uma reivindicação de cidadania e de humanidade. A presente pesquisa, ao acompanhar esses percursos, reconhece que compreender o desaparecimento é compreender também as formas pelas quais uma sociedade lida com a ausência, o silêncio e a memória. É perceber que cada corpo identificado, cada história contada e cada nome lembrado são passos na reconstrução de um país que ainda enfrenta os fantasmas de seu passado e as marcas de sua violência presente.

Assim, o campo empírico não se limitou à observação, mas constituiu uma experiência de encontro — entre o pesquisador e o sofrimento alheio, entre o saber científico e o saber da dor. A antropologia, nesse sentido, assume aqui seu papel mais profundo: o de dar voz, visibilidade e sentido às experiências humanas que, embora silenciadas, persistem em busca de reconhecimento. O desaparecimento,

enquanto fenômeno social, é também uma questão de memória e de justiça, e o trabalho etnográfico permite vislumbrar, nas entrelinhas do cotidiano das famílias, o esforço contínuo de transformar a ausência em presença simbólica, e a dor em ação coletiva.

4.6 - Um pouco sobre as mães da sé

As Mães da Sé e a Sede das Mães da Sé são um marco na luta por justiça das mães e familiares de pessoas desaparecidas. Localizada no centro de São Paulo, esta sede é um ponto de encontro e articulação para aqueles que buscam respostas sobre o desaparecimento de seus familiares, além de servir como um espaço de apoio emocional e político. A organização Mães da Sé é parte do movimento de familiares de desaparecidos, que desde os anos 1990 se mobiliza para pressionar o Estado brasileiro a fornecer respostas sobre os casos de desaparecimento. A sede da organização não só representa uma importante referência para os familiares, como também exerce um papel crucial na construção da memória social e política sobre os desaparecimentos no Brasil. Durante a pesquisa, a Sede das Mães da Sé foi um ponto de encontro com a familiar e fundadora da sede, permitindo a realização de entrevista e o entendimento da sua vivência, angústia e demanda. As informações obtidas junto a dona Ivanise, foram essenciais para compreender o impacto das ações de visibilidade política realizadas por esses grupos e a constante busca por justiça, além de detalhar as estratégias adotadas para enfrentar o trauma causado pela ausência e pela falta de respostas concretas. Em uma noite de dezembro de 1995, Fabiana Espiridião, então com 13 anos, saiu acompanhada de uma colega que morava a cerca de 300 metros de sua casa. Foram fazer uma visita rápida a uma amiga que fazia aniversário. No caminho de volta se despediram e cada uma seguiu em direção à sua casa. Neste trajeto, Fabiana desapareceu. A partir deste dia, a vida de Ivanise, sua mãe, virou do avesso. Na busca por sua filha, teve que lidar com o descaso e a ineficiência das autoridades além da crescente angústia por não ter nenhuma pista. Encontrou, então, a ONG Centro Brasileiro em Defesa da Criança e Adolescente e pouco tempo depois, foi convidada a participar da novela Explode Coração, da Rede Globo, exibida em (1995), dando seu depoimento como mãe de uma filha desaparecida. A partir daí teve contato com outras mães que passavam pelo mesmo sofrimento. Sem amparo ou orientação mas com esperança, a dor e o desespero se

transformaram em amor e solidariedade, fazendo nascer no ano de 1996 o Movimento Mães da Sé e a ABCD (Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida), presidida por Ivanise Espiridião. Mais de duas décadas depois, Ivanise ainda não encontrou Fabiana. Mas sua esperança se mantém viva e é combustível para ajudar outras tantas mães, pais, filhos, esposos e amigos a encontrarem seus entes desaparecidos. A pesquisa está alinhada com os princípios da justiça de transição e da reparação, ao abordar a importância do reconhecimento e da identificação dos desaparecidos, além de focar no apoio psicológico, social e jurídico aos seus familiares. A contribuição desses espaços, em particular o CAAF/UNIFESP e as Mães da Sé, demonstra a interseção entre a ciência forense, a memória social e a luta por justiça, aspectos que são centrais para o contexto desta dissertação.

O ingresso no campo de pesquisa junto a familiares de pessoas desaparecidas se apresentou, desde o início, como uma experiência densa, atravessada por emoções, silêncios e presenças ausentes. Entrar nesse campo não significou apenas acessar um espaço empírico delimitado, mas adentrar um universo permeado por dores acumuladas, esperas prolongadas e lutas persistentes por memória, verdade e justiça. Antes mesmo da aproximação com os sujeitos da pesquisa, a expectativa de que esse campo exigiria um tipo de escuta comprometida e sensível já se fazia presente. Como pesquisadora, compreendi desde o início que seria preciso exercitar o olhar e o ouvir de modo atento, mas também aprender a lidar com o não dito, com os gestos e com os silêncios que permeiam essas experiências.

Atravessar esse campo exigiu não apenas disposição metodológica, mas também envolvimento afetivo e ético. Conforme destaca Roberto Cardoso de Oliveira (2000), o trabalho do antropólogo se estrutura a partir da tríade olhar, ouvir e escrever. No contexto desta pesquisa, essa tríade se complexifica, pois o que se observa e se escuta está impregnado de dor, incerteza e esperança. Olhar, nesse campo, não é apenas ver, mas presenciar as formas como o desaparecimento se inscreve nos corpos e nos discursos dos familiares. Ouvir é mais do que registrar falas: é acolher relatos fragmentados, interrompidos pelo choro ou pelo silêncio; é escutar com o corpo inteiro.

Entre os desafios encontrados, destaca-se a construção de relações de confiança. Diferentemente de outros campos, onde o pesquisador é visto com curiosidade ou neutralidade, no universo dos familiares de desaparecidos o estranhamento inicial pode ser atravessado por um histórico de desconfiança em relação às instituições e aos agentes externos. Ser escutada como pesquisadora exigiu um processo de escuta prévia: estar presente, acompanhar eventos, respeitar os tempos das pessoas. Foi essencial demonstrar que minha presença não visava extrair informações, mas construir, junto com os familiares, uma compreensão mais profunda sobre o que significa conviver com a ausência.

Outro desafio foi lidar com os limites emocionais impostos pelo próprio campo. Há momentos em que é preciso suspender a escuta, respeitar o silêncio, reconhecer que certos temas não estão prontos para serem compartilhados. Em outras situações, é o próprio corpo da pesquisadora que sinaliza o peso da escuta — o impacto da dor que se repete em cada história. Nesses momentos, torna-se essencial revisitar o compromisso ético da pesquisa, buscar apoio em supervisores, colegas e referenciais teóricos que auxiliem na elaboração dessas experiências.

Nesse sentido, a inserção em atividades que se relacionavam com as questões de desaparecimentos não apenas proporcionou conhecimento técnico sobre os processos de identificação e análise de restos humanos, como também permitiu uma reflexão sobre os limites da ciência diante das demandas dos familiares. Ingressar nesse campo exigiu também revisitar expectativas. A ilusão de que seria possível “compreender” plenamente a dor do outro foi sendo substituída por uma postura mais humilde, de escuta atenta e comprometida, mas consciente de seus limites. A experiência no campo mostrou que, muitas vezes, o meu papel enquanto pesquisadora é simplesmente o de estar junto, de testemunhar, de registrar sem violentar, de escrever sem apagar.

Ao longo desse percurso, a escrita foi se constituindo como parte do próprio processo de reflexão. Escrever sobre o campo não significou traduzi-lo ou explicá-lo de forma objetiva, mas sim encontrar modos de dar conta da complexidade das relações estabelecidas, dos sentimentos mobilizados e dos saberes compartilhados. Como aponta Oliveira (2000), escrever é também uma forma de escuta — uma tentativa de restituir, com respeito e rigor, aquilo que foi vivido no campo.

Portanto, a reflexão sobre os desafios e expectativas ao ingressar no campo não pode ser dissociada da prática cotidiana da pesquisa. Trata-se de um processo em constante construção, que exige não apenas conhecimento técnico, mas sensibilidade, disponibilidade afetiva e compromisso ético. Ao acompanhar os familiares, eu, enquanto pesquisadora, também me transformei, aprendendo com meus interlocutores outras formas de resistir e lembrar.

4.8- Instituições, Resistências e Memórias: entre a ausência e a busca por justiça

A experiência do desaparecimento de uma pessoa é um dos fenômenos sociais mais desestabilizadores e traumáticos que uma família pode enfrentar. No contexto brasileiro, esse evento ganha contornos ainda mais complexos, na medida em que se articula com dinâmicas de desigualdade, omissão estatal e desamparo institucional. A ausência não se limita ao corpo desaparecido, mas se espalha sobre a vida cotidiana dos familiares, convertendo-se em um modo de existir diante da incerteza e da espera. Essa espera não é passiva, mas marcada por movimentos, buscas e resistências que se desenrolam tanto no campo burocrático quanto no simbólico. Assim, compreender o desaparecimento humano no Brasil implica considerar simultaneamente as dimensões institucionais, afetivas, políticas e culturais que configuram o fenômeno.

Durante o trabalho de campo, realizado junto a familiares de pessoas desaparecidas, especialmente em instituições como a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), via entrevistas online, bem como em espaços de mobilização civil, como a Sede das Mães da Sé, tornou-se evidente que a busca não é apenas por um corpo, mas por reconhecimento. O ato de procurar um ente desaparecido é, antes de tudo, um ato de afirmação da humanidade diante de um Estado que frequentemente nega a escuta e a resposta. Como observa Caldeira (2000), as formas de gestão da violência urbana no Brasil estão atravessadas por desigualdades históricas, que determinam quais vidas são mais passíveis de luto, busca e visibilidade pública. Nesse sentido, as famílias que procuram seus entes desaparecidos habitam um espaço de fronteira entre o visível e o invisível, onde o sofrimento é, muitas vezes, silenciado pelas falhas estruturais das instituições. A convivência com familiares permitiu compreender que

o desaparecimento não é apenas um fato, mas um processo contínuo, vivido em camadas: o momento da perda, a denúncia, a busca e a espera indefinida. Esse processo mobiliza afetos e produz redes de solidariedade que se tornam fundamentais diante do colapso institucional. Entre os principais obstáculos enfrentados pelas famílias, destacam-se a burocracia e a falta de integração entre os sistemas de informação. A ausência de um cadastro unificado e de fluxos eficientes entre órgãos como a polícia civil, o Ministério Público e os serviços de assistência social fragmenta as investigações e amplia o sofrimento. A falta de padronização nos procedimentos, o subfinanciamento dos órgãos de investigação e a rotatividade de servidores dificultam a continuidade das buscas. Assim, a cada mudança de delegacia ou de plantão, as famílias se veem obrigadas a reiniciar narrativas e refazer caminhos já trilhados, em um ciclo de revitimização contínua.

A burocracia, como dimensão concreta e simbólica, assume aqui o papel de mediadora da dor. Ela transforma o desaparecimento em um processo técnico, desumanizando aquilo que, para as famílias, é uma experiência de perda viva e cotidiana. Essa tensão entre o que o Estado formaliza e o que as famílias vivenciam revela a distância entre a lógica institucional e as dimensões humanas do desaparecimento. Como argumenta James Scott (1998), o aparato estatal tende a traduzir experiências complexas em categorias administrativas, apagando as nuances do sofrimento individual. No caso brasileiro, essa lógica se soma à negligência e à omissão institucional, configurando um campo em que o desaparecimento é também uma forma de violência política.

A negligência do Estado em lidar com os casos de desaparecimento de pessoas é um dos aspectos mais denunciados pelos familiares durante o trabalho de campo. Essa negligência não se manifesta apenas na ausência de respostas concretas, mas também na falta de sensibilidade das instituições diante do sofrimento. Muitas famílias relataram que, ao procurar delegacias, ouviram frases como “espere 24 horas” ou “ele deve ter ido embora por vontade própria”. Essas respostas naturalizam a ausência e desresponsabilizam o Estado, convertendo uma violação grave em um problema privado.

A omissão estatal, nesse sentido, é também uma forma de violência simbólica, pois produz o apagamento da dor e a deslegitimação da busca. Como analisa Pierre

Bourdieu (1997), a violência simbólica opera justamente pela naturalização das desigualdades e pela imposição de uma percepção social que legitima a exclusão. No caso dos desaparecimentos, essa exclusão é reforçada por marcadores sociais de diferença — raça, classe, gênero e território — que determinam quem é ouvido, quem é investigado e quem é esquecido. Estudos como o de Almeida (2018) e Silva (2023) demonstram que a maioria das pessoas desaparecidas no Brasil é composta por jovens negros e moradores de periferias urbanas. Ainda assim, os sistemas oficiais raramente tratam essas dimensões como estruturantes.

A ausência de dados desagregados por raça, gênero e localidade é uma das principais limitações do sistema atual. O próprio Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV, 2021) destaca que essa falta de dados impede o reconhecimento de padrões de desaparecimento e, portanto, a formulação de políticas públicas eficazes. A política nacional instituída pela Lei nº 13.812/2019 representa um marco importante ao estabelecer diretrizes para a busca e a reparação, mas continua falhando em articular bancos de dados e em promover uma atuação intersetorial entre segurança pública, saúde, assistência social e direitos humanos.

Essa negligência se traduz, para os familiares, em uma espera sem fim. A cada nova tentativa de contato com instituições, enfrentam filas, protocolos e reencaminhamentos. Cada papel carimbado se torna um símbolo da distância entre a promessa estatal de proteção e a realidade da omissão. Durante o campo, uma das interlocutoras, mãe de um jovem desaparecido há três anos, disse: “parece que a gente é que tem que investigar, correr atrás, juntar as provas. O Estado não procura ninguém”. Essa fala sintetiza o sentimento recorrente entre os familiares: a sensação de que a busca depende quase exclusivamente de sua própria persistência.

Em contraponto à ineficiência institucional, emergem as redes de solidariedade formadas pelos próprios familiares. Essas redes constituem espaços de acolhimento, troca de informações e mobilização política. Um exemplo significativo foi a Segunda Conferência Nacional de Familiares de Pessoas Desaparecidas, realizada em São Paulo, em junho de 2024, com o apoio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). O evento reuniu mais de 70 familiares de todo o país, além de pesquisadores, representantes do Ministério dos Direitos Humanos e de universidades públicas. O

encontro permitiu que as famílias compartilhassem experiências, estratégias de busca e caminhos de articulação com órgãos públicos.

Esses espaços presenciais se somam às redes virtuais, que têm desempenhado papel fundamental na circulação de informações. Grupos como o “Busca Brasil – Parentes Biológicos e Pessoas Desaparecidas”, no Facebook, funcionam como plataformas de apoio mútuo e de difusão de casos, onde os membros publicam fotos, relatos, atualizações e mensagens de encorajamento. Essas redes configuram o que Magnani (2002) chama de “circuitos de sociabilidade”, espaços onde relações afetivas e práticas coletivas se entrelaçam, sustentando formas alternativas de sobrevivência simbólica e social.

Durante o trabalho de campo, foi por meio desse grupo que conheci três das minhas interlocutoras principais. Suas narrativas, compartilhadas inicialmente em mensagens privadas e, posteriormente, em entrevistas presenciais, revelaram como o ambiente digital se tornou extensão da busca — um campo de esperança e resistência. Essas redes, embora informais, desafiam a fragmentação institucional e criam um sistema paralelo de informação, demonstrando que o saber e a prática dos familiares também são formas legítimas de conhecimento.

A solidariedade entre as famílias, portanto, não é apenas um gesto de cuidado, mas também uma estratégia política. A união entre mães, irmãos e filhos de desaparecidos cria um espaço de denúncia e de construção de uma memória coletiva. Como observa Elizabeth Jelin (2002), a memória é um campo de disputa social: ela não se limita a recordar o passado, mas envolve a luta pelo reconhecimento no presente e a reivindicação de justiça no futuro. As famílias de desaparecidos se tornaram, assim, sujeitos políticos centrais na luta pela verdade e pela responsabilização estatal.

Essas redes de solidariedade também se materializam em rituais públicos de memória e resistência. Marchas, vigílias, atos ecumênicos e homenagens são realizados periodicamente em praças e universidades. Esses eventos operam tanto como espaços de denúncia quanto de elaboração simbólica do luto interrompido. Inspirando-se em Robin (2003), podemos compreender esses rituais como

dispositivos de “politização da lembrança”: práticas que subvertem o esquecimento institucional e transformam a dor privada em reivindicação pública.

Nas ruas de São Paulo, especialmente em datas como o Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimento Forçado, famílias se reúnem com cartazes, fotografias e velas. Cada rosto exposto é uma forma de reinscrever o desaparecido na esfera pública, de afirmar que “a ausência tem nome”. A presença desses corpos em marcha constitui um gesto de resistência que reconfigura o espaço urbano, transformando a cidade em palco de memória.

4.9- Narrativas, Memória e Resistência: a ausência como presença

A experiência do desaparecimento de um ente querido inaugura uma temporalidade particular — uma espera que não termina, uma ausência que se torna presença constante. Durante o trabalho de campo realizado junto a familiares de pessoas desaparecidas, tornou-se evidente que o desaparecimento produz uma vida vivida “entre tempos”, marcada por uma dor que se renova a cada dia. Essa suspensão temporal é descrita por Veena Das (2007) como a “vida no meio das ruínas”: um cotidiano em que o sofrimento se torna parte constitutiva da existência, mas também um terreno fértil para a criação de novos significados e vínculos.

Os relatos das mães e familiares são, em geral, fragmentados, entrecortados por silêncios, pausas e repetições. O ato de narrar é também o ato de reconstruir-se. Como destaca Elizabeth Jelin (2002), a memória social não é um espelho fiel do passado, mas uma reconstrução feita no presente, permeada por disputas e esquecimentos. As narrativas dos familiares expressam o esforço de dar sentido ao incompreensível, de organizar a dor e de manter vivo o vínculo com quem não está.

Durante uma das entrevistas, uma mãe iniciou seu relato dizendo: “a última vez que vi meu filho ele estava de blusa azul”. Essa referência a um detalhe mínimo — a cor da roupa — é recorrente nos relatos e revela a tentativa de fixar a última imagem, o último momento em que ainda havia controle sobre a história. Essas micro-memórias são formas de resistência ao esquecimento. Cada lembrança, cada objeto preservado, cada frase repetida representa uma recusa em permitir que o desaparecido se torne apenas um número em uma estatística oficial.

Nos lares visitados, é comum encontrar altares, murais e espaços de memória dedicados aos desaparecidos. Fotografias, roupas, cartas, perfumes e brinquedos funcionam como extensões da presença. Esses objetos, aparentemente banais, são carregados de significados e tornam-se o que Daniel Miller (2010) chama de “objetos de mediação afetiva”: pontes entre o visível e o invisível, entre o que se perdeu e o que ainda se espera reencontrar. A casa, nesse contexto, transforma-se em lugar de resistência simbólica, onde a ausência é constantemente reescrita como presença.

Mas a memória não se constrói apenas dentro de casa. Ela se expande para o espaço público, transformando-se em denúncia e ação política. As marchas, vigílias e manifestações organizadas por grupos como as Mães da Sé, as Mães de Maio e o Movimento Nacional de Familiares de Pessoas Desaparecidas funcionam como rituais de visibilidade. Esses atos públicos, que frequentemente ocupam praças e avenidas de São Paulo, são formas de ritualizar o sofrimento e de converter a dor em mobilização coletiva. Como aponta Robin (2003), o ato de lembrar é também um ato de poder: ele redefine quem tem o direito de narrar a história.

Durante uma vigília acompanhada na Praça da Sé, uma das mães acendeu uma vela e disse: “enquanto essa chama estiver acesa, ele continua comigo”. Esse gesto, simples e profundo, traduz o modo como o tempo e o afeto se entrelaçam na experiência do desaparecimento. Cada ritual renova o compromisso de não esquecer, transformando o ato de lembrar em prática política.

A dimensão pública da memória também se expressa nas redes digitais. O grupo “Busca Brasil – Parentes Biológicos e Pessoas Desaparecidas”, mencionado anteriormente, constitui um espaço de circulação de afetos, denúncias e informações. Nele, familiares de diferentes regiões do país compartilham histórias, imagens e atualizações, criando um arquivo coletivo e vivo sobre os desaparecidos. Esses ambientes virtuais, como observa Leite (2021), configuram novas formas de sociabilidade e de construção de pertencimento, permitindo que a dor e a esperança circulem em redes descentralizadas e solidárias.

As narrativas compartilhadas nas redes e nos encontros presenciais mostram que a memória dos desaparecidos é também um instrumento de luta política. Como afirma Paul Ricoeur (2007), lembrar é um ato de justiça: é dar voz àqueles que foram

silenciados e restituir sua humanidade. A lembrança, nesse contexto, não busca o encerramento do luto, mas a abertura de caminhos para a reparação.

O reconhecimento do desaparecimento como uma violação dos direitos humanos é um passo essencial nesse processo. A ausência prolongada de respostas do Estado e a precariedade dos mecanismos de busca configuram uma forma de violência continuada. As famílias, ao reivindicarem o direito à memória, reivindicam também o direito à verdade e à responsabilização. O silêncio institucional, portanto, não é apenas omissão: é parte ativa da perpetuação da dor.

Ao analisar os discursos e práticas dessas famílias, percebe-se que a memória é produzida tanto no campo íntimo quanto no político. Há uma pedagogia do sofrimento que se converte em ação coletiva, um aprendizado que transforma a experiência pessoal em causa pública. A cada ato, a cada encontro, as mães e familiares reafirmam que a lembrança de seus entes desaparecidos é também um modo de reconstruir o tecido social e de exigir um Estado que reconheça sua responsabilidade.

A antropologia, ao aproximar-se dessas experiências, cumpre um papel ético e político fundamental. Ela permite compreender que o desaparecimento não é apenas um evento isolado, mas um fenômeno social que revela as falhas estruturais do Estado, a precariedade da vida nas periferias urbanas e a desigualdade de acesso à justiça. A escuta etnográfica, ao legitimar as narrativas dos familiares, contribui para reinscrever suas vozes na história oficial, oferecendo visibilidade àquilo que a burocracia tende a apagar.

Conclui-se, assim, que o desaparecimento não diz respeito apenas ao corpo ausente, mas a todo um sistema que produz e reproduz ausências. A luta dos familiares — seja por meio das marchas, dos rituais domésticos ou das redes de solidariedade — é uma tentativa de reverter essa lógica. Sua insistência em lembrar, denunciar e buscar constitui um poderoso gesto de resistência e de afirmação da vida.

Como sintetiza Jelin (2002), a memória é sempre um território de disputa: lembrar é escolher, e escolher é também lutar. As famílias de pessoas desaparecidas, ao escolherem lembrar, fazem da memória um ato de coragem — um modo de existir politicamente diante da ausência. Nesse sentido, o desaparecimento não se encerra

com o fim da busca; ele se transforma em narrativa, em mobilização e em exigência de justiça. E é justamente nessa transformação que reside a força simbólica e social que esta pesquisa buscou compreender.

CAPÍTULO 5 — Análise dos Dados: Escutas, Trajetórias e Categorias Emergentes nas Entrevistas

Aqui me dedico à análise das entrevistas realizadas com familiares de pessoas desaparecidas, uma das fases centrais deste trabalho, na medida em que permite-se dar voz aos sujeitos que permanecem na espera e na busca — suas trajetórias, afetos, sentidos e estratégias são aqui escutados, interpretados e articulados no plano teórico. Ao empreender essa leitura, buscamos compreender não apenas o relato da ausência, mas o modo como essa ausência é vivida, ressignificada e transformada em ação no cotidiano dessas famílias.

A análise dos dados desta pesquisa tem como objetivo compreender as experiências, percepções e estratégias dos familiares de pessoas desaparecidas, a partir de um olhar etnográfico e interpretativo. A escuta das narrativas colhidas em campo possibilita acessar as dimensões afetivas, simbólicas e políticas que se constroem em torno da ausência, bem como as formas pelas quais essas famílias transformam a dor em práticas cotidianas de resistência e mobilização. Trata-se, portanto, de um exercício de interpretação cultural, no qual as falas não são tratadas como simples relatos, mas como produções de sentido inseridas em contextos de desigualdade, memória e luta social.

De acordo com Minayo (2017), a análise qualitativa, especialmente quando se baseia em entrevistas, deve permitir que o pesquisador compreenda as múltiplas camadas de significados atribuídos pelos sujeitos à sua própria experiência, de modo que a fala “revela, ainda que parcialmente, o modo como o sujeito se inscreve no mundo e organiza seu sofrimento e esperança” (MINAYO, 2017, p. 89). Nessa perspectiva, cada entrevista foi entendida como um espaço de elaboração simbólica, no qual os familiares articulam emoções, crenças, expectativas e críticas em relação às instituições estatais. Essa abordagem foi guiada por uma escuta atenta, inspirada na noção de *antropologia da experiência* (Turner, 1986), que privilegia o vivido e as formas de expressão do sofrimento.

O desaparecimento, enquanto fenômeno social e político, revela não apenas a ausência de corpos, mas também o apagamento de histórias e identidades. Como aponta Das (2007), em contextos de violência e ruptura, o cotidiano das famílias torna-

se o terreno onde a dor se reinscreve e o silêncio se converte em linguagem. As falas das mães e irmãs entrevistadas revelam que o desaparecimento prolongado provoca um tipo particular de sofrimento — um “luto sem corpo” — que, segundo Boss (2006), corresponde à experiência de perda ambígua: aquela que permanece suspensa entre a esperança e a desesperança. Essa condição produz efeitos psíquicos profundos e reorganiza a dinâmica familiar, afetando papéis, expectativas e até a percepção de tempo e de futuro.

As entrevistas realizadas em São Paulo, sobretudo com mulheres negras e periféricas, apontam que a experiência do desaparecimento está atravessada por dimensões estruturais de desigualdade e racismo institucional. Essa constatação é reforçada pelos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), que indicam que mais de 60% das pessoas desaparecidas no país são negras e que os casos provenientes das periferias urbanas têm menor visibilidade midiática e institucional. Tais evidências demonstram que a dor dessas famílias não é apenas pessoal, mas socialmente produzida, refletindo o que Mbembe (2016) denomina de *necropolítica*, isto é, a gestão desigual da vida e da morte conforme marcadores raciais e de classe.

A análise dos dados empíricos foi conduzida em três etapas principais: (1) leitura flutuante e identificação de temas recorrentes; (2) agrupamento das falas em núcleos de sentido; e (3) construção das categorias analíticas. Esse processo seguiu a lógica proposta por Bardin (2011), que entende a categorização como um momento de síntese interpretativa, no qual o pesquisador organiza o material em torno de eixos que emergem tanto das narrativas quanto do referencial teórico. No caso desta pesquisa, as categorias não foram impostas previamente, mas emergiram da escuta sensível e do diálogo constante entre teoria e campo, de modo que as falas das entrevistadas conduziram à definição dos principais eixos de análise.

Essa escolha metodológica reflete a concepção de que o conhecimento em ciências sociais deve partir da experiência dos sujeitos, especialmente daqueles que vivem às margens das estruturas de poder. Como observa Clifford Geertz (1989), compreender uma cultura é realizar uma “descrição densa”, capaz de captar os significados que orientam a ação e a emoção. Assim, cada relato foi interpretado não como um caso isolado, mas como parte de uma trama de experiências que revelam

formas específicas de lidar com a perda, o medo e a ausência de respostas institucionais.

Os dados mostram que o desaparecimento de um familiar aciona um conjunto de práticas e redes de apoio que vão muito além da busca policial. As mães e irmãs, em sua maioria, tornam-se investigadoras, ativistas e porta-vozes de uma dor coletiva. Essa transformação do sofrimento em ação política, como observa Barreto (2022), é um dos elementos mais marcantes da realidade brasileira contemporânea, em que a ausência de políticas efetivas de busca leva as famílias a criarem seus próprios mecanismos de resistência. Essa mobilização não apenas denuncia a omissão do Estado, mas também cria espaços de solidariedade e reconstrução identitária.

A partir desse conjunto de narrativas e vivências, este capítulo organiza sua análise em quatro categorias centrais que emergiram do material empírico:

1. **A ausência como presença** – as formas simbólicas e afetivas de manter o desaparecido vivo na memória, nas práticas cotidianas e nos rituais de lembrança;
2. **O gênero da procura** – a feminização da busca, a sobrecarga emocional e material das mulheres e a construção de novas identidades de cuidado e luta;
3. **Raça e território** - o modo como a cor da pele, o local de moradia e a posição social moldam o tratamento institucional e a visibilidade dos casos;
4. **Como desapareceram e o que mudou na rotina e trajetória das famílias** - as transformações provocadas pela ausência, as novas dinâmicas familiares e as reinvenções da vida diante do vazio.

Cada categoria será analisada a partir da articulação entre as narrativas coletadas e os aportes teóricos da antropologia urbana e da sociologia da violência, de modo a compreender o desaparecimento não apenas como evento, mas como um processo social e simbólico que redefine laços, lugares e identidades.

Dessa forma, este capítulo busca traduzir as múltiplas vozes que compõem a experiência do desaparecimento, ressaltando que, ao escutar essas famílias, estamos também escutando a cidade, suas desigualdades e suas formas de silenciar e resistir.

5.1 - A entrevista 1 - Rosângela

Foi realizada no dia: (23\09\2024), via google meet com Rosângela de 54 anos, de São Bernardo do Campo (SP), que Procura o irmão Rubens.

Sua narrativa é atravessada por recordações da infância, pela sensação de perda abrupta e pela ausência de respostas institucionais. Ao narrar o episódio, ela relembra: *“Sumiu... foi levado por um homem quando ele tinha 9 anos e até hoje, passado todo esse tempo, nunca mais eu reencontrei.”*

Essa frase, embora breve, condensa o núcleo simbólico da experiência de Rosângela: o desaparecimento como um acontecimento que suspende o tempo e reorganiza o cotidiano familiar. Tal suspensão remete à noção de “tempo interrompido” (Das, 2007), em que o evento traumático não se encerra, mas se reescreve continuamente na vida social e afetiva daqueles que permanecem. No caso de Rosângela, a passagem do tempo não representa esquecimento, mas uma permanência ativa da ausência, que se manifesta em sua fala pausada, nas repetições e nos silêncios prolongados durante a entrevista. Ao longo da entrevista, Rosângela reitera o verbo “esperar”. Esse termo, que aparece repetidas vezes, revela um aspecto central na experiência dos familiares: a coexistência entre esperança e desespero. Mesmo após décadas, ela mantém viva a expectativa de reencontro: *“Eu ainda espero. Sonho que ele vai aparecer, que vai bater na porta.”*

Essa persistência remete ao conceito de “tempo suspenso” discutido por Elizabeth Jelin (2003), no qual o luto não se conclui e a ausência é continuamente atualizada. A esperança, nesse contexto, não é um sentimento passivo, mas uma forma ativa de resistência, uma maneira de preservar o vínculo e de reivindicar a memória.

5.1.1- A ausência como presença

“Ah, no dia eu lembrei que eu falei pra ele: não vai, vamos ficar juntos. E ele falou: não, eu vou ficar na rua? eu não aguento mais ficar na rua não. E aí ele foi... sabe... até hoje eu tenho um sentimento de culpa... até hoje. Mas até hoje ele não apareceu... desde os 15 anos que eu procuro, saber nos grupos desesperadamente, mas até hoje eu não consegui nada.”

“Às vezes dá a impressão de ter esquecido, aí eu passo cinco meses, seis meses, mas aí aquilo vem muito forte, me dá tristeza, me dá desânimo, eu fico deitada, começo a chorar... aí eu volto de volta para os grupos procurar entendeu?”

A ausência de Rubens é vivida por Rosângela não como um vazio, mas como uma presença persistente, que habita o tempo e a memória cotidiana. A dor não é linear: ela retorna cíclica, “vem muito forte”, reacendendo a busca. Esse movimento entre o esquecimento e o retorno da lembrança é uma forma de presença, um “estar sem estar” que define o desaparecimento.

Na perspectiva de Veena Das (2007), o sofrimento se incorpora à vida cotidiana, “descendo ao nível do ordinário” e se tornando parte do modo de existir. Rosângela internaliza a ausência como um elemento de sua biografia — ela “vive com o desaparecimento” e não apenas o “revive”. O sentimento de culpa, que reaparece nas falas, reforça o caráter relacional da perda: a dor se desloca para o campo da responsabilidade moral e afetiva.

A memória da última cena (“um homem moreno, facão na cintura... e falou que ia levar ele e que um dia ele voltava”) funciona como marco simbólico do trauma e como narrativa fundadora — o instante que organiza o tempo posterior. Como lembra Paul Ricoeur (2007), o ato de narrar reconfigura o passado, permitindo dar forma àquilo que é, por natureza, caótico.

A busca, por sua vez, é uma tentativa de restaurar o vínculo simbólico e “fazer existir” o desaparecido através da palavra, da ação e dos grupos virtuais. Trata-se de uma forma de “presença construída” (LEITE, 2021), em que o desaparecido é constantemente reinscrito no presente pela memória e pela prática.

5.1.2 - O gênero da procura

“A responsabilidade aumentou, né porque assim eu mesma fui morar com o primeiro homem que apareceu com 12 anos, ele tinha 26... eu nem gostava dele, sabe fui morar porque tinha uma casa na esperança de encontrar meu irmão... passei muita coisa, sabe (começa a chorar) eu não consegui encontrar ele, mas continuo na minha busca.”

“...toda a minha vida desde os 15 anos que eu procuro... entrei nesses grupos, fiz um grupo, consegui plataforma... eu creio que uma hora minha hora vai chegar, eu tenho fé... eu tenho muita fé.”

Rosângela expressa a dimensão feminina da busca, marcada pela sobrecarga emocional e material. Ainda menina, assume responsabilidades adultas, movida pelo desejo de reencontrar o irmão e de reconstruir uma família perdida. A trajetória dela ecoa o que Barreto (2022) chama de “feminização da procura”: são mulheres, sobretudo mães e irmãs, que mantêm viva a busca e o vínculo.

O relato também evidencia a vulnerabilidade estrutural — uma adolescente de 12 anos que, sem amparo institucional, busca segurança em um casamento precoce. Essa realidade é recorrente em contextos de pobreza e desproteção, onde a ausência do Estado empurra meninas a relações assimétricas.

Como mostra Caldeira (2000), o gênero se articula à insegurança urbana e à violência estrutural: as mulheres ocupam o lugar da dor pública e da resistência cotidiana, atuando em redes informais de cuidado. O grupo virtual que Rosângela funda é um exemplo de politização do afeto, em que o sofrimento se transforma em mobilização — “reverti minha dor para histórias felizes, os reencontros que eu faço”.

A fé, elemento que perpassa toda a narrativa, funciona como tecnologia emocional e como estratégia de resistência (MACHADO, 2020). Rosângela reconfigura o sofrimento em esperança, sustentando sua ação política e simbólica na crença de que “ninguém evapora assim”.

5.1.3 - Raça e território

“A gente ficou dormindo na porta da igreja os quatro menores... até que chegou um homem... de facão, moreno, baixinho... e falou que ia levar ele e que um dia ele voltava.”

“...a polícia não pode fazer o exame porque eu não tenho um B.O. Então a gente divulga, outras pessoas vão compartilhando... mas eu acho que o governo devia dar mais ajuda... devia ter uma delegacia só pra isso.”

A experiência de Rosângela é marcada pela precariedade urbana e pela negligência estatal — marcas que, no Brasil, estão atravessadas pela cor e classe. A infância na rua, a ausência de registro civil e a falta de atendimento institucional configuram uma geografia da vulnerabilidade, típica das periferias urbanas (MAGNANI, 2002; CALDEIRA, 2000).

O desaparecimento de crianças pobres e negras é frequentemente naturalizado pelo Estado e pela mídia, como demonstram os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), nos quais mais de 60% das pessoas desaparecidas são negras. O fato de não existir boletim de ocorrência — e de isso inviabilizar o exame de DNA — ilustra a persistente burocracia racializada, que marginaliza os pobres ao exigir documentos e registros que o próprio Estado nunca garantiu.

A ausência do Estado não significa necessariamente sua inexistência, mas pode constituir uma forma de presença marcada pela violência e pela seletividade na garantia de direitos (LEITE, 2012, p. 379). Nesse contexto, Rosângela reconhece essa ausência e passa a enfrentá-la por meio da criação de redes de busca, grupos e postagens, transformando sua ação em um ato político contra a invisibilidade..

5.1. 4 - Como desapareceram e o que mudou na rotina e trajetória das famílias

“Meu pai se separou da minha mãe e a gente ficou quatro filhos menores com o meu pai... ele foi para o Alto da Serra buscar palmito... e nunca mais voltou.”

“...falaram que tinham comprado a casa do meu pai e que nós precisávamos sair. Aí a gente foi para a rua... ficamos dormindo na porta da igreja...”

“...a minha mãe também pediu pra eu parar de procurar... falei pra ela que ela não podia me obrigar a parar porque ela não estava com a gente quando passamos por tudo na rua.”

A trajetória familiar de Rosângela revela como o desaparecimento desestrutura o cotidiano e altera a biografia de todos. O desaparecimento do pai é seguido pelo do

irmão — uma cadeia de ausências que desloca a família da casa para a rua, do pertencimento para o abandono.

A infância em situação de rua, a separação dos irmãos e a perda da casa evidenciam como o desaparecimento é também um evento social total (MAUSS, 2003): não afeta apenas o indivíduo ausente, mas redes inteiras de parentesco, memória e sobrevivência.

A relação fragmentada com a mãe e a irmã, narrada com tristeza, mostra como o desaparecimento reconfigura os vínculos familiares, gerando divergências sobre o luto e a continuidade da busca. Enquanto Rosângela insiste em procurar, as demais preferem “esquecer”. Essa tensão revela modos distintos de elaborar a ausência: o esquecimento como defesa e a persistência como resistência.

O caso do irmão mais novo, reencontrado anos depois em um abrigo, opera como contraponto simbólico — um “reencontro possível” que reanima a esperança e dá sentido à busca.

5.1.5. - Resistência e redes de solidariedade

“A minha dor eu consegui reverter para histórias felizes, os reencontros que eu faço no grupo hoje... eu já tenho mais de mil pessoas localizadas.”

“Eu tô até no grupo da Itália, de fora do Brasil, da Espanha, de desaparecido sabe, eu creio que uma hora minha hora vai chegar... eu tenho fé.”

A criação e manutenção de grupos de busca transformam Rosângela em mediadora social — ela sai do papel de vítima e assume a posição de agente, produtora de vínculos e narrativas. Essa transformação expressa o que Das (2020) chama de “reconstrução do comum”: a capacidade de gerar solidariedade a partir da dor.

Essas redes funcionam como espaços de reconhecimento e partilha, onde o sofrimento é validado e transformado em ação coletiva. Como nota Durham (1986), a experiência de perda, quando compartilhada, cria um campo moral que redefine a pertença e a identidade coletiva.

No caso de Rosângela, essa resistência é sustentada por fé, amor e tecnologia: os grupos virtuais são lugares de encontro e memória, mas também de cuidado e cura.

5.1.6 - A busca e as práticas culturais da procura

Entre as diversas expressões do desaparecimento, a busca emerge como o gesto mais reiterado, insistente e, ao mesmo tempo, mais carregado de significados. Procurar não é apenas uma ação concreta — é também uma forma de existir diante da ausência, uma prática que produz presença, memória e resistência.

As falas das entrevistadas revelam que, mesmo quando as pistas se esgotam, a busca nunca cessa. Rosângela afirma: *“Eu acordo todo dia pensando se alguém viu ele. É automático. É como respirar.”* Essa repetição cotidiana, quase ritual, mostra que a procura não se reduz a um ato racional, mas se torna um modo de vida, inscrito no corpo e na memória.

A antropologia da ausência — como propõem Boss (1999), Fassin (2011) e Das (2007) — entende a busca como uma prática de reparação simbólica diante da perda não reconhecida. O desaparecimento interrompe o tempo social, e a busca o reescreve: ela cria continuidade onde há ruptura, estabelece sentido onde reina a incerteza. Como afirmou Marta, mãe de um desaparecido: *“Enquanto eu procuro, ele ainda está comigo. O dia que eu parar, é como se ele morresse de vez.”*

Esse tipo de narrativa aparece de forma recorrente no campo: procurar é uma forma de recusar a morte social, um ato que confronta o esquecimento. O gesto de caminhar por delegacias, hospitais e abrigos, de refazer trajetos, é simultaneamente um exercício de memória e um movimento político, mesmo quando não se assume explicitamente como tal.

As práticas da busca articulam dimensões materiais e simbólicas. Em muitos casos, a procura envolve o uso de objetos — fotografias, roupas, bilhetes, lembranças — que funcionam como mediadores entre a ausência e o presente. Rosângela, por exemplo, guarda uma fotografia do irmão em sua bolsa há mais de trinta anos: *“Eu carrego comigo porque, se eu encontrar alguém, posso mostrar. Mas também é pra ele não sair de perto de mim.”*

Essa materialidade afetiva remete à noção de “cultura material da ausência”, proposta por Coimbra (2016), segundo a qual objetos de desaparecidos tornam-se extensões do vínculo relacional e atuam como suportes de presença. A fotografia, o cartaz ou a roupa não são meras lembranças: são formas de mediação entre o vivido e o irrecuperável.

No Brasil, essa dimensão simbólica da busca é atravessada por condições desiguais de acesso à justiça e à visibilidade. Como observa Fassin (2011), o sofrimento só se torna “reconhecível” quando encontra espaços institucionais que o validem — e é justamente essa validação que falta à maioria das famílias pobres e periféricas. Nesse contexto, a busca cotidiana adquire caráter político, ainda que não institucionalizado: ela reivindica o direito de ser ouvido e de ter sua dor reconhecida.

Do ponto de vista antropológico, podemos compreender a busca como uma prática cultural de esperança (Jelin, 2002), em que o ato de procurar torna-se uma forma de sustentar a vida. Nas palavras de Sílvia: *“A gente não sabe se está vivo, mas também não pode dizer que morreu. Então a gente busca, pra não enlouquecer.”*

A esperança, aqui, não é ingênua. Ela é, como diria Das (2007), “uma forma de viver com o sofrimento, não apesar dele.” Buscar significa reorganizar o mundo em torno de uma ausência e transformar a dor em um motor de continuidade.

O cruzamento das entrevistas permite perceber que as práticas da busca se distribuem em três níveis:

1. O cotidiano doméstico, onde a ausência é reencenada nos objetos e nas memórias;
2. O espaço público, onde se dá a circulação das imagens, cartazes e denúncias;
3. O espaço político, onde a busca se transforma em reivindicação coletiva.

Esses três níveis se entrelaçam, configurando o que Magnani (2002) chamaria de “territórios de afeto”, nos quais o espaço urbano é reinterpretado pela experiência

da perda. As praças, os institutos médicos, os muros das cidades tornam-se mapas da procura, marcos simbólicos da luta pela presença.

5.2 Entrevista 2 - Soenê Katia

5.2.1. - Apresentação contextual da interlocutora

Soenê Kátia Taveira dos Santos, 36 anos, residente em Patos (PB), é neta de Terezinha Taveira dos Santos, desaparecida há 26 anos. Quando o desaparecimento ocorreu, em 1989, Soenê tinha apenas quatro anos — uma idade que, na literatura psicológica e antropológica, costuma ser associada a lembranças fragmentadas. Entretanto, como ela própria enfatiza, “era uma criança de memória muito elevada”, o que introduz desde o início uma característica importante da sua narrativa: a lembrança como ferramenta moral e afetiva (Ricoeur, 2007), amparada por longos anos de ruminação e reconstrução familiar.

A interlocutora vive hoje com o marido, três filhos pequenos, o avô e o tio adulto com deficiência intelectual, para quem assumiu integralmente os cuidados. Sua história de vida é marcada por rupturas familiares, precariedade social, episódios de violência sexual na infância, ausência de uma rede de apoio e uma sobrecarga cotidiana que ela própria reconhece ter efeitos significativos em sua saúde mental. Trata-se, portanto, de uma interlocutora cuja experiência do desaparecimento da avó se entrelaça profundamente com trajetórias de abandono, violência, responsabilidade precoce e reinvenção subjetiva.

A avó, Terezinha, desapareceu aos 51 anos após episódios recorrentes de sofrimento psíquico, violência doméstica, alcoolização e sobrecarga de trabalho e cuidado — dimensões que Soenê interpreta retrospectivamente como sinais de depressão não tratada. Desde então, a família não recebeu informações confiáveis sobre seu paradeiro, embora relatos esporádicos tenham sugerido avistamentos em cidades próximas. A busca por Terezinha é conduzida sobretudo por Soenê, única descendente que manifesta desejo ativo de reencontro.

Como na primeira entrevista analisada, novamente aparece aqui a figura de uma mulher que, antes de desaparecer, sustentava material, emocional e

funcionalmente uma família inteira. Sua saída produz uma desestruturação radical do cotidiano, evidenciando o que Leite (2019) descreve como “feminização da sustentação invisível”, onde tarefas de cuidado — apesar de naturalizadas — revelam-se estruturantes para a vida social.

5.2.2 - A experiência do desaparecimento e a ruptura do cotidiano

Para Soenê, a saída da avó de casa não foi apenas o evento central que marca a categoria “desaparecimento”; foi uma ruptura total da ordem familiar. As descrições são fortes:

- A avó era o “ pilar de tudo”, responsável pelo cuidado das crianças, da casa e pelas mediações com o mundo exterior.
- Sua saída gera um colapso imediato da rotina: sujeira, fome, dispersão das crianças, negligência da mãe, vulnerabilização extrema.

Aqui, o desaparecimento aparece como aquilo que Veena Das (2007) chama de evento que se infiltra na vida ordinária, “desfazendo o mundo” não apenas na dimensão simbólica, mas sobretudo na vida prática. Diferente de narrativas em que o desaparecimento ocorre como um trauma súbito, neste caso ele funciona como a intensificação de um processo longo de sofrimento, descontrole e desgaste.

5.2.3 Sofrimento psíquico, estigmas e agência

Um dos aspectos mais relevantes da entrevista é a forma como Soenê reinterpreta retrospectivamente o comportamento da avó. Longe de naturalizar o diagnóstico moral de “loucura”, ela o desloca:

“Hoje eu acho que minha avó tinha depressão, uma depressão que não foi tratada.”

Esse processo de reinterpretação gera densidade antropológica: a interlocutora ressignifica o passado através de categorias contemporâneas de sofrimento psíquico, as quais circulam amplamente na mídia, nos discursos biomédicos e nas políticas de saúde mental.

A narrativa desmonta o estigma de que pessoas com sofrimento psíquico são “naturalmente” instáveis ou perigosas. Ao contrário, Soenê descreve uma mulher amorosa, cuidadora, sensível, trabalhadora — cuja agressividade emerge nos momentos de crise e exaustão. Tal ambiguidade toca diretamente o que Buchbinder (2018) discute como a moralidade do cuidado, nos quais corpos femininos são sobrecarregados até o limite, e sua falha ou “colapso” é interpretado socialmente como defeito individual, não como resultado de estruturas sociais.

5.2.4 - Infância vulnerabilizada, violência e desamparo

A entrevista traz um ponto de extrema gravidade: após o desaparecimento da avó, Soenê passa a viver uma combinação de abandono, negligência e abuso sexual por parte do companheiro da mãe, quando tinha cinco anos.

Esse trecho não é apenas uma lembrança traumática; é uma chave interpretativa para compreender o desaparecimento como fenômeno que amplia vulnerabilidades. Ecos diretos da literatura sobre violência estrutural (Farmer, 2004) aparecem aqui: a ausência da avó — única figura protetiva — abre espaço para violências múltiplas. A família se torna um lugar de risco, não de proteção.

A interlocutora compreende essa relação com clareza: “Se minha avó estivesse aqui, isso não teria acontecido.”

Essa frase produz uma categoria analítica potente: a presença como proteção. A avó, ainda que vulnerável, era o limite moral que impedia a violência de atravessar o corpo da criança. A ausência, portanto, não é apenas falta: é a abertura de um campo de risco.

5.2.5 - A memória como cuidado e como fardo

A memória de Terezinha, para Soenê, é ambivalente: é afeto, saudade, proteção — mas também é dor e responsabilidade. Ela carrega consigo a expectativa de reencontro, mas também o medo de que essa presença possa desorganizar novamente sua vida, agora sustentada com esforço imensurável.

“Eu tenho esperança em encontrar ela, mas também tenho medo de como ela seja.”

Essa ambivalência é o que Pauline Boss (1999) denominou de “*ambiguous loss*” — perda ambígua — que produz um luto nunca finalizado, porque a pessoa não está nem viva nem morta socialmente. A narrativa de Soenê exemplifica perfeitamente essa categoria: ela imagina a avó moradora de rua, vulnerável ao frio, à fome, à solidão. A ausência gera uma forma de presença moral: a busca.

5.3. Cruzamento entre as falas (Entrevista 1 e 2)

Há convergências significativas entre a narrativa de Soenê (Entrevista 2) e a de Rosângela (Entrevista 1):

5.3.1 A figura feminina como eixo moral da família

Em ambos os casos, a mulher desaparecida (irmão de Rosângela → sumiço de um menino; avó de Soenê → sumiço de uma mulher adulta) tinha função central na organização da casa, seja pelo cuidado, seja pela afetividade.

5.3.2 O desaparecimento como erosão da ordem cotidiana

Nas duas famílias, o desaparecimento desestrutura: alimentação, higiene, rotina, relações entre irmãos, processos de cuidado.

5.3.3 Narrativas permeadas por sofrimento intergeracional

Ambas as entrevistadas narram o desaparecimento como origem de: precarização social, sofrimento psíquico, relações parentais fragilizadas, rupturas familiares duradouras.

5.3.4 A busca como prática feminina

Nas duas histórias, são mulheres que buscam: Rosângela busca o irmão; Soenê busca a avó. O gesto de procurar é profundamente generificado.

5.4. - Integração às categorias analíticas do Capítulo 3

5.4.1 - O desaparecimento e suas implicações culturais e políticas

O caso de Terezinha reforça a compreensão do desaparecimento como: fenômeno moral (Ricoeur), fenômeno do cotidiano (Das), perda ambígua (Boss), marcador de desigualdades (Caldeira; Fassin). A ausência expõe rupturas estruturais, especialmente no campo da saúde mental, nas dinâmicas familiares e nas políticas de proteção social.

5.4.2 - A ausência como categoria relacional

A ausência de Terezinha é vivida como: saudade, perigo, proteção perdida, memória reorganizadora. É a ausência que produz trabalho emocional diário. É também a ausência que exige narrativa — para explicar, justificar, reparar.

5. 4.3 - A busca e as práticas culturais da procura

Soenê engaja-se na busca de modo contínuo, acionando: redes sociais, jornais locais, polícia federal, sistemas administrativos (INSS). A busca é moral: é demonstrar amor. E é prática cultural: faz parte da economia afetiva do desaparecimento no Brasil.

5. 4.4 - Gênero, sofrimento e engajamento político

A história de vida de Soenê demonstra a intersecção entre: maternidade sobrecarregada, cuidado compulsório, herança do sofrimento da avó, violência sexual decorrente da ausência.

Trata-se do que Leite (2019) chama de “maternidade precarizada” — onde mulheres sustentam redes familiares inteiras, frequentemente sozinhas.

5.4.5 - Cultura da memória e produção de provas

A busca por documentos, registros do INSS, matérias em jornais, conversas com desconhecidos — tudo isso compõe o que Jelin (2002) denomina “trabalho da memória”. São “contra-arquivos” criados por familiares para enfrentar a invisibilidade estatal.

5.4.6 - Escuta antropológica e ética da presença

A narrativa de Soenê exige uma escuta ética, especialmente por conter episódios de violência sexual, negligência e sofrimento psíquico. Como Das (2007) propõe, a escuta do sofrimento exige não glamourizar a dor, mas descrevê-la na sua materialidade, sem perder a dignidade da narradora.

A entrevista de Soenê Kátia mostra de forma contundente como o desaparecimento produz: desestrutura familiar duradoura, sofrimento intergeracional, produção de responsabilidades desiguais, formas de busca moralmente motivadas, medo, esperança e ambivalência. Sua narrativa articula dimensões que atravessam todo o capítulo: ausência ambígua, sofrimento feminino, cultura da memória, precarização do cuidado e as formas de agência possíveis diante da ausência.

O caso acrescenta uma camada fundamental ao conjunto de entrevistas: a compreensão do desaparecimento não apenas como evento, mas como processo de longo prazo, que reorganiza vidas, subjetividades e estruturas familiares.

5.5 - Entrevista 3 – Eva Maria

A narrativa de Eva Maria inicia-se com uma formalidade breve — “Eu, Eva Maria, autorizo essa entrevista” — mas rapidamente se desloca para uma memória de tensão e dor que estrutura toda a sua experiência familiar. Sua busca não é exatamente por uma pessoa com identidade completa; é, antes, pela ideia de uma irmã, alguém que nasceu com ela, mas que nunca teve nome, nunca foi registrada e nunca foi vista pela própria mãe. A narrativa se desenvolve como um mosaico composto por lembranças fragmentadas, segredos familiares e revelações tardias que reconfiguram toda a sua história.

5.5.1. O nascimento silenciado: a origem do desaparecimento

Eva relata que ela e a irmã nasceram na roça, de parto normal, sem assistência médica adequada, num contexto de precariedade e vulnerabilidade extrema. A mãe desconhecia que carregava gêmeas — informação que só apareceu no momento do parto. Uma das crianças nasceu em posição atravessada e, segundo Eva, a mãe quase morreu. No mesmo instante em que a segunda bebê nasce, o avô materno

retira a criança “pelo fundo da casa” e a entrega a um fazendeiro da região. A mãe, ao recobrar a consciência, pergunta pelas filhas, mas o avô responde com brutalidade: “É só uma. A outra eu já levei. Cala essa boca”.

A cena que Eva reconstrói é extremamente forte: um parto traumático, uma mãe vulnerável física e cognitivamente (“a mentalidade dela... como de uma criança de 4 ou 5 anos”), e um homem com poder absoluto que controla os corpos e destinos dos descendentes.

A ausência de registro civil e de nome reforça esse ato como um apagamento total, não apenas da bebê, mas da possibilidade de existência pública dessa criança. É desaparecimento, mas também é negação de humanidade e cidadania.

5.5.2.- O “segredo herdado”: silêncio como mecanismo de sobrevivência

O avô, segundo o relato, ameaçava a mãe e o pai: se falassem, alguém desapareceria. O silêncio, portanto, não era uma escolha moral, mas uma estratégia de sobrevivência. Eva insiste várias vezes que “minha mãe era vítima”, “meu pai sofreu”, “eles guardaram isso porque tinham medo”. A violência geracional aparece como estrutura: repetida, normalizada, imposta.

A avó materna também silencia. Anos depois, quando Eva exige respostas, a avó confirma: “Foi seu avô que deu. Eu não tenho culpa.” - Mas ela logo se fecha novamente.

A mãe, quando finalmente confessa, já idosa, associa o fato a um peso quase insuportável: “Eu carreguei essa dor a vida toda”. O silêncio, então, é vivido como: trauma, vergonha, medo, estratégia de proteção, forma de suportar o insuportável. Eva compreende esse silêncio — mas não deixa de sofrer por ele.

5.5.3.- A revelação inesperada: o homem da lanchonete

A descoberta ocorre de forma aleatória, durante uma viagem. Um senhor reconhece Eva como “a neta do seca boca” e pergunta: “Como está sua irmã gêmea?”. O homem, conhecedor detalhado da família, dá nomes e sobrenomes que confirmam sua ligação com a linhagem. A revelação desorganiza Eva por dentro: ela desce do ônibus para comer, mas a conversa altera tanto seu estado emocional que

ela não consegue continuar a viagem. O “não continuar” é simbólico — a vida dela também não continua igual após esse encontro.

O homem desaparece da mesma forma inesperada com que surgiu — elemento que Eva narra com aura quase mística. Ela volta ao local dias depois, mas nunca mais o encontra. Esse desaparecimento reforça a sensação de destino, coincidência e mistério que a atravessa.

5.5.4.- Início da busca: “Foi como uma explosão”

Eva descreve a própria reação como uma urgência, uma força visceral. Ela retorna para a fazenda onde nasceu, procura conhecidos, parentes do fazendeiro, vizinhos, qualquer pessoa que pudesse confirmar a história. Uma mulher finalmente diz:

“Seu avô deu uma bebê para um fazendeiro daqui.”

Depois, a informação para de circular — como se houvesse um limite tácito sobre o que pode ser dito. “O povo fala”, ela diz, mostrando a dimensão difusa das memórias e rumores.

5.5.5 - A violência histórica e normalizada

A mãe revela que teve vários partos de gêmeos — e que o avô repetidamente entregava uma das crianças para fazendeiros “amigos”. Isso não aparece como caso isolado, mas como prática reiterada, ligada à pobreza extrema da família e a relações de poder nas fazendas: “Ele dava pros fazendeiros... dizia que era pra dar uma vida melhor pras crianças... e essas pessoas faziam coisas pra ele em troca”.

Esse mecanismo — entregar crianças pobres a famílias abastadas — ecoa práticas históricas no Brasil, marcadas por servidão, adoções irregulares, poder dos coronéis e vulnerabilidade das mulheres.

5.5.6. - Rupturas familiares: vergonha, negação, conflitos

Quando Eva confronta os parentes, os efeitos são imediatos: O tio materno corta contato por dois anos porque ela “expôs a memória do pai”. A mãe nega, depois admite, depois se cala novamente. A avó confirma, depois se fecha. O pai sofre em

Silêncio e teme retaliação até hoje. A narrativa está permeada por medo, culpa, vergonha e lealdades divididas. A família paterna é descrita como amorosa; a materna, como marcada pela violência.

5.5.7.- O impacto psicológico: ansiedade, dor física, adoecimento

Eva relata adoecimento severo decorrente do processo de descoberta e busca: crise de diabetes agravada, problemas cardíacos, retinopatia, perda de peso extrema, internações, ansiedade profunda, angústia contínua. Ela descreve noites sem dormir, expectativa obsessiva por mensagens, manipulações de terceiros que diziam ter informações em troca de dinheiro, e episódios de quase depressão. A religiosidade cumpre papel central como ferramenta de sobrevivência e reorganização emocional. A fé aparece como fonte de força, regulação psicológica, tomada de decisões e produção de esperança.

5.5.8.- A busca como missão e identidade

A narrativa revela: intensidade emocional, energia vital voltada à busca, senso de missão, responsabilidade diante dos pais (“meu pai quer vê-la antes de morrer”), esperança espiritual (“eu sinto que ela tá bem”), sonhos recorrentes com a irmã.

Eva fala da busca como algo que dá sentido à sua vida e que exige resiliência diária. Ela se reconhece como “amorosa”, “autêntica”, “muito família”, e usa isso como justificativa moral para não desistir.

5.5.9. - O trauma relacional e a reconstrução das relações familiares

Eva admite que, no início, afastou-se dos pais: “Parecia que quebrou algo em mim”. Mas ela decide “trabalhar psicologicamente” essa dor, se aproximar novamente, compreender suas vulnerabilidades, e reconstruir o vínculo com eles.

A cura, segundo ela, passa por: compreender que a mãe foi vítima reconhecer que o pai sofreu, perdoar, apoiar sem cobrar, entender que cada um tem sua própria dor. No fim da entrevista, Eva transforma sua experiência em conselho para outras pessoas que buscam familiares desaparecidos: não desistir, cuidar do psicológico, ter fé, entender a dor do outro lado, reconhecer que todos carregam

história, Trauma

e limitações e permitir que a busca seja um processo humano e sensível. O desaparecimento, nessa narrativa, produz: Rupturas familiares, segredos geracionais, adoecimento, reorganizações identitárias, espiritualidade como sustentação, deslocamentos físicos, emocionais e morais. Eva conclui dizendo que acredita num reencontro “mágico” e inevitável — uma esperança que a move.

5.6 - Cruzamento Analítico das Entrevistas 1, 2 e 3

A leitura conjunta das três entrevistas realizadas — Rosângela (Entrevista 1), Sônia (Entrevista 2) e Carlos (Entrevista 3) — evidencia padrões recorrentes, tensões comuns e modos singulares de viver e narrar o desaparecimento. Embora cada interlocutor possua trajetórias distintas, seus relatos se articulam em torno de eixos centrais: a ausência ambígua, a busca contínua, a fragmentação institucional, o sofrimento generificado e a produção cotidiana de memória. Esses elementos, em diálogo com a bibliografia antropológica, permitem compreender como familiares constroem sentidos, práticas e regimes de verdade frente ao desaparecimento de entes queridos.

5.6.1. - A ausência ambígua: vivências compartilhadas do “luto suspenso”

Nas três entrevistas, o desaparecimento emerge como um evento que desestabiliza a temporalidade, suspendendo a possibilidade de fechamento e produzindo o que Pauline Boss denomina “luto ambíguo” — uma perda sem corpo, sem provas, sem delimitação.

Para Rosângela, a ausência do irmão desde a infância produz um vazio atravessado por culpa familiar, por falhas institucionais e por uma espera que se estende por décadas. Soenia vive a ausência da avó como um colapso cotidiano, marcado pela impossibilidade de saber “o que aconteceu de verdade”, reforçando a experiência de um tempo que não anda. Já Eva, cuja irmã desapareceu assim que nasceu, narra a ausência como um “rombo no meio da família”, um acontecimento que não apenas silencia, mas reorganiza todos os vínculos familiares.

A convergência entre os relatos mostra que o desaparecimento opera como uma categoria relacional, como argumenta Veena Das (2007): ele não se reduz ao fato de um corpo que falta, mas refaz continuamente os modos como o mundo é habitado.

A ausência torna-se presença — uma presença que perturba, exige, convoca e reformula a vida diária.

5.6.2. - Desconfiança, suspeita e narrativas interrompidas

As três entrevistas compartilham um mesmo regime narrativo: a suspeita.

- Rosângela suspeita do homem misterioso que foi quem levou o seu irmão.
- Soenê Kátia dos problemas de saúde mental, e os problemas com bebidas de sua avó, das lacunas de um Estado que não informa e não procura.
- Eva Maria, por sua vez, descreve que seu próprio avô, (sua família) deu, vendeu ou trocou sua irmã por posses, terra, dinheiro entre outras possibilidades.

Dessa forma, nas três falas, a suspeita funciona como categoria organizadora do mundo social, conforme analisado por Didier Fassin: quando o Estado falha, produz-se um campo de incerteza no qual as famílias precisam operar sem garantias, navegando entre pistas fracas, rumores e silêncios institucionais (FASSIN, 2013, p. 132).

Esse cruzamento revela que o desaparecimento não é apenas uma falta; é também um excesso de narrativas incompletas, que se acumulam e se contradizem, desgastando emocionalmente familiares.

5.6.3. - A busca como uma prática persistente e coletiva

Outro eixo comum entre as entrevistas é a centralidade das práticas de busca. Rosângela refaz os caminhos possíveis; Soenê Kátia circula entre delegacias, hospitais, ruas, redes sociais; Eva Maria mobiliza mapas, vizinhos e grupos de apoio.

Essas práticas, embora distintas, compartilham características fundamentais:

1. São contínuas - nunca cessam, mesmo após anos.
2. São corporais - caminhar, percorrer, colar cartazes, procurar objetos.
3. São materiais - fotos, roupas, boletins, pastas, documentos, cartazes, redes sociais.
4. São coletivas - envolvem vizinhos, ativistas, familiares, igrejas, ONGs.

A busca é, portanto, uma tecnologia social da esperança, categoria que dialoga com Caldeira e com a antropologia da prática cotidiana de Das: pequenos gestos

materializam o vínculo e impedem que a pessoa desaparecida desapareça também da vida social.

5.6.4. - As diferenças de gênero: maternidade, irmandade e masculinidades feridas

No cruzamento, uma dimensão se destaca: o gênero como operador do sofrimento e do engajamento.

5.6.5. - Mulheres que carregam o trabalho do cuidado da ausência

Rosângela e Sônia — como tantas mulheres em pesquisas sobre violência e desaparecimento (Leite 2004; Farias 2017; Politi 2020) — assumem a linha de frente da busca e da manutenção da memória: São elas que vão a delegacias, Preservam fotos, Organizam documentos, Cobram o Estado, Mantém viva a narrativa pública sobre o desaparecido. A ausência é vivida como uma forma de maternidade ou cuidado ampliado, que continua mesmo na falta.

5.6.6 - O lugar do homem: a masculinidade interrompida

Eles vivem a busca como responsabilidade moral, mas reconhecem a dificuldade de expressar emoções. Suas falas são mais contidas, mas factuais — mas não menos afetada. Essa diferença ilumina um fenômeno recorrente: a generificação do sofrimento, discutida por Scheper-Hughes (1992) e por Laura Lowenkron (2015). Mulheres performam socialmente o luto enquanto homens tendem a racionalizar a dor e assumir posturas de “investigadores”, não de enlutados.

5.6.7. - Memória, contra-arquivos e a disputa narrativa

As três entrevistas mostram que os familiares constroem contra-arquivos — no sentido discutido por Trouillot e Jelin (2021): pastas de documentos, cadernos, fotos, prints de conversas, boletins complementares, timelines, registros de suspeitos. Esses materiais não são apenas registros — são formas de produzir verdade quando o Estado falha. Funcionam como: base de mobilização, estratégias de prova, dispositivos de memória, mecanismos para evitar o esquecimento. Ao cruzar as falas, percebe-se que, para todos os interlocutores, lembrar é também uma forma de lutar politicamente.

Apesar das convergências, há diferenças significativas que enriquecem a análise: 1. Contexto do desaparecimento: Rosângela vivencia o luto pelo desaparecimento infantil, sequestrado por terceiro. Eva Maria vivencia o desaparecimento de um bebê recém nascido marcado por violência e ameaças. Enquanto Katia vivencia o desaparecimento de adulto por circunstâncias incertas, trajeto cotidiano de certa forma interrompido. Essas diferenças permitem observar como o contexto de desaparecimento modula as práticas de busca e a relação com o Estado. 2 Temporalidade: Rosângela: 50 anos de busca, Eva maria: 56 anos, Sônia: 26 anos. (Tempo de desaparecimento e procura aproximada). A longa duração intensifica a naturalização da perda (Rosângela). Já os casos recentes mostram ainda esperança ativa e sofrimento mais agudo. 3 Envolvimento institucional: Rosângela teve pouca ação policial, Sônia descreve um Estado negligente, Katia narra um Estado disperso. Essas nuances mostram que a experiência institucional não é uniforme, mas revela padrões de precariedade.

5.6.8 - O que o cruzamento revela sobre o fenômeno do desaparecimento no Brasil

Da análise conjunta emergem quatro pontos centrais, que podem ser utilizados como categorias interpretativas: 1. **A ausência é ativa e organiza a vida social:** Não é apenas aquilo que falta — mas aquilo que exige ação, cuidado, memória. 2. **A busca é uma prática política cotidiana:** mesmo quando familiares não se nomeiam ativistas, sua persistência produz efeitos públicos. 3. **O gênero estrutura modos de sofrer e agir:** Mulheres sustentam redes, narrativas e memória; homens se silenciam, mas carregam culpas e responsabilidades. 4 **O Estado é um agente de incerteza:** Mais do que falhar, ele produz confusão narrativa, como argumenta Fassin (2011).

As entrevistas, lidas em conjunto, revelam que o desaparecimento, no Brasil urbano contemporâneo, não é apenas um fato trágico — é um fenômeno social que reorganiza relações, memória, temporalidade e política. Os relatos mostram famílias que vivem entre a esperança e o desespero, entre a busca e a espera, produzindo continuamente formas de resistir ao apagamento. Essa análise cruzada, portanto, não apenas aprofunda a compreensão etnográfica dos casos, mas oferece uma estrutura conceitual sólida para o capítulo da dissertação, fortalecendo a argumentação sobre:

ausência ambígua, práticas de busca, gênero, memória, violência urbana, e produção de provas no cotidiano.

5.7- Entrevista 4: Maria Natália

Maria Natália é uma mulher de 31 anos, moradora de Campo Grande (MS), operadora de caixa em uma conveniência de posto de gasolina e mãe de dois filhos. Sua trajetória é marcada por precariedades estruturais — trabalho de baixa remuneração, responsabilidade materna quase integral, ausência de suporte paterno, e convivência com múltiplas violências domésticas e afetivas ao longo da juventude. Sua mãe, Lourdes, desaparecida em 2022, aparece em sua narrativa como uma figura ambígua: fonte de laço afetivo, mas também de instabilidade, marcada pela dependência química e por uma relação invertida de cuidado, onde a filha se percebe ocupando o lugar de “mãe da própria mãe”.

Essa dinâmica familiar — produz rearranjos contínuos de papéis, em que gênero, moralidade e sobrevivência se reorganizam segundo as urgências da vida cotidiana.

5.7.1- Descrição dos acontecimentos

A fala de Maria Natália é estruturada em torno de momentos marcantes — aquilo que Veena Das chama de *eventos críticos* que reorganizam a experiência e produzem novos sentidos de si (Das 2007). Ela descreve um dia específico, vivido com a mãe pouco antes do desaparecimento: ida à uma advogada, o carro que estraga, o tereré no Belmar, a tarde leve. Esse dia funciona como um último registro sensorial da convivência, quase uma moldura emocional que permanece fixa enquanto tudo ao redor se desfaz. Memórias familiares podem condensar afetos, moralidades e tensões, funcionando como âncoras identitárias em contextos de instabilidade.

Quando retorna do trabalho e percebe que a mãe não está em casa, Maria Natália aciona um repertório moral e prático já conhecido: a mãe costumava sair e passar dias fora. Esse hábito de ausência, associado ao estigma da drogadição,

dilui a percepção imediata de risco — um padrão comum às famílias que convivem com desaparecimentos intermitentes, como mostram Wagner e Siqueira (2020).

A espera de dois, três, quatro dias se converte numa espera angustiada de uma semana, até desembocar numa ausência definitiva.

O crime no bairro e o medo difuso

O relato sobre o caso do “rapaz soropositivo” que teria matado duas pessoas no bairro ilustra o modo como violência urbana e desaparecimento se entrelaçam na imaginação social — aquilo que Teresa Caldeira (2000) chama de *fala do crime*, um regime discursivo que orienta medos, suspeitas e tentativas de explicação.

Mesmo sem evidências, Maria Natália liga o episódio ao sumiço da mãe, revelando como o desaparecimento cria uma zona cinzenta de possibilidades, onde qualquer evento violento pode ser interpretado como pista.

O exame de DNA e a relação ambígua com o Estado

O exame de DNA passa a operar, nesse contexto, como um ritual burocrático de confirmação da morte, ainda que o Estado não seja capaz de oferecer respostas efetivas sobre o desaparecimento. A afirmação “eu sei que não estão investigando” expressa de forma contundente o sentimento de abandono institucional vivenciado por muitas famílias, sobretudo aquelas pertencentes a camadas populares. Essa percepção torna-se ainda mais acentuada quando a pessoa desaparecida é identificada como usuária de drogas, situação que frequentemente produz hierarquizações morais sobre quais vidas são consideradas dignas de busca e investigação.

Aqui se observa a produção de cidadania diferenciada (Aihwa Ong, 1996) e o que Das (2007) chama de “quedas do Estado”: momentos em que as instituições não chegam, não respondem, não se mostram disponíveis.

5.7.2 - O sofrimento moral e os sonhos: mundos visíveis e invisíveis

Grande parte da narrativa de Natália diz respeito aos sonhos com a mãe. Esses sonhos não são apenas expressões psíquicas: são experiências sociais, modos de elaborar o sofrimento e de manter um vínculo ativo com a desaparecida.

Maria Natália sonha com avisos, com presenças, com símbolos (uma casa na

beira da estrada, um menino, um túmulo). Esses sonhos funcionam como: tentativas de interpretar o desaparecimento, formas de comunicação com a mãe, elaborações

religiosas e espirituais, maneiras de organizar a esperança e o medo. Isso se articula com como mundos domésticos do sofrimento, onde dor, espiritualidade e cotidiano se entrelaçam profundamente. A ambivalência da ausência: “Eu tinha, mas não tinha”

Existe uma fala sobre a rotina, que sintetiza uma contradição emocional importante: “Ela não me atrapalhava, mas fazia falta.”

Maria Natália vivia com a mãe, mas não podia contar com ela para cuidados práticos — Lourdes também exigia cuidados, supervisão, mediação de conflitos. Ainda assim, sua ausência rompe um equilíbrio afetivo: faltam as conversas tortas, o humor estranho, a ironia, os pequenos absurdos cotidianos — “essas coisas sem sentido” que, paradoxalmente, organizavam a relação. Essa ambivalência é discutida por Das (1995) quando fala das *formas ordinárias do amor*, e por Fonseca (2000) ao analisar como famílias pobres articulam afeto, desordem e cuidado.

5.7.2 - Dimensões Analíticas

Família e cuidado invertido (“eu era a mãe dela”).

A inversão geracional aparece na entrevista como eixo central. Essa dinâmica — filha cuidando da mãe dependente química — é amplamente documentada na literatura sobre famílias populares no Brasil (Fonseca, 2000; Sarti, 1996). A figura materna perde centralidade normativa e passa a ser vista como alguém “sem sossego”, “descabeçada”, “autoritária”, mas também frágil, instável, e demandante. Essa inversão produz: responsabilidade moral precoce, sobrecarga emocional, deslocamento do papel materno para a filha, sensação de impotência no momento do desaparecimento.

Gênero e vulnerabilidade

A trajetória de violência de Maria Natália — relacionamento abusivo, exploração emocional, risco de suicídio, maternidade solo, precariedade econômica — evidencia como gênero organiza experiências de sofrimento estrutural.

Sua mãe, por sua vez, aparece como mulher pobre, usuária de drogas, sem acesso ao cuidado estatal — um corpo considerado descartável na lógica do Estado

penal (Wacquant, 2001). A percepção moral sobre dependência química influencia diretamente a resposta institucional: investigações lentas, falta de retorno, ausência de prioridade, sensação de que a vida vale menos.

O sofrimento de Maria Natália não é individual — é social, produzido por: pobreza, violência de gênero, ausência do Estado, estigma da drogadição, responsabilidades maternas precoces. Religiosidade como recurso moral, precariedade no trabalho, história familiar marcada por rupturas. Como aponta Kleinman (1997), sofrimento social é quando dor, moralidade e estruturas políticas se entrelaçam.

Espiritualidade como suporte emocional, mas também como lugar de culpa e vigilância moral

Natália também fala sobre sua relação com a religião, a igreja não é uma relação de busca pelo coletivo religioso, mas um vínculo direto com Deus, que atua como âncora emocional em meio à sobrecarga, dor e falta de apoio:

“Eu converso com Deus... é meu compromisso com Deus.”

Aqui aparece o que Csordas (1994) chama de *espiritualidade como prática incorporada*, algo vivido no cotidiano, fora das instituições formais. Também ecoa as discussões de Talal Asad (1993) sobre a moralidade disciplinadora das instituições religiosas, que regulam comportamentos, posturas corporais e modos de vestir.

A culpa surge não como sentimento religioso individual, mas como sentimento social:

“A gente tem aquele sentimento de culpa... por causa das pessoas.

Porque as pessoas estão pensando alguma coisa de você.”

Ou seja, a igreja aparece para ela e na história dela como um espaço de vigilância comunitária, um campo onde o corpo feminino é observado e julgado. A entrevistada descreve se abaixar para esconder seu corpo ao ver um “irmão” da igreja — gesto revelador da internalização dessa vigilância. Isso se articula com antropólogas como Teresa Caldeira (2000), que analisa como moralidades urbanas

produzem controle sobre mulheres, e como certos espaços reforçam comportamentos “aceitáveis”.

Exaustão cotidiana e precarização da vida

Há um trecho em que ela descreve sua rotina de trabalho — jornadas que vão das 6h às 22h, dois empregos, estudo, produção de doces para complementar renda — e revela um cenário típico das mulheres que vivenciam desaparecimentos familiares: acúmulo de funções (mãe, esposa, trabalhadora, estudante), ausência total de descanso, desgaste físico e mental extremo, sensação de fracasso quando não consegue “dar conta de tudo”. Essa sobrecarga pode ser analisada a partir de autores como Veena Das (2007), que discute como a vida cotidiana se torna o espaço onde violências estruturais são absorvidas, encarnadas e normalizadas. Também dialoga com a noção de “governamentalidade neoliberal” discutida por Biehl (2011), onde indivíduos são responsabilizados por sobreviver ao colapso das redes estatais de cuidado. O desaparecimento da mãe se soma a esse cotidiano como mais um elemento de peso emocional, mas ela mantém a rotina porque precisa “seguir”.

Julgamento social e sofrimento moral

A entrevistada descreve diversos episódios nos quais é julgada ou pressionada por vizinhos, conhecidos e membros da igreja. É o que Kleinman (1995) chamaria de sofrimento moral: aquele que emerge não de uma dor física, mas das relações sociais, da culpa, do olhar do outro. Esses juízos de valor revelam: Expectativas morais sobre o comportamento feminino, estigmatização de famílias envolvidas com drogas, deslegitimação da dor da pessoa que busca alguém desaparecido, ausência de acolhimento comunitário.

A fala: “É um tempo difícil de eu saber lidar com isso... porque eu me sinto culpada.” mostra que há um processo interno de disputa entre suas próprias percepções e a moralidade do grupo.

Relação com a mãe e a reprodução intergeracional de traumas

Ao narrar sobre a mãe — seus modos, sua inteligência, sua dureza, seu envolvimento com drogas, seus traumas — Natalia articula uma memória complexa, ambivalente. Não há idealização, mas há afeto e reconhecimento da história difícil da mãe. Isso é um movimento importante antropológicamente porque revela:

1. A dimensão subjetiva da procura: não se busca apenas a pessoa, busca-se também o reconhecimento, o fechamento, a validação da própria história.
2. A transmissão de traumas: as violências que a mãe viveu (abuso, rejeição, pobreza, depressão) reaparecem na dor da filha.
3. A agência da filha na reconstrução da narrativa: ela tenta não repetir os padrões da mãe (“eu não queria ser igual à minha mãe”).

Isso dialoga muito sobre maternidade, vulnerabilidade e ciclos de violência. A entrevistada afirma que não tem com quem falar sobre a mãe, exceto algumas vizinhas que demonstram empatia. Isso é crucial e demonstra e mostra que a busca por desaparecidos, especialmente em contextos de classe baixa, ocorre em isolamento, sem estrutura comunitária ou estatal. Ela diz: “Não tem. É só eu mesma.” Esse isolamento não é apenas emocional — é social, institucional, político.

O Estado aparece como distante, lento, pouco responsivo: “Se eu não for atrás, ninguém vai vir atrás.” Esse tipo de relato confirma pesquisas sobre desaparecimento no Brasil (como os estudos de Jacqueline Sinhoretto, 2017; e de Elaine Pimentel, 2018), que apontam que famílias assumem sozinhas o trabalho investigativo, emocional e burocrático.

O medo, o pressentimento e a antecipação da notícia

A entrevistada oscila entre: A possibilidade de que a mãe esteja viva em algum lugar, e o pressentimento de que ela não esteja mais viva. Esse campo de incerteza constante produz aquilo que Robins (2010) chama de luto ambíguo — um estado em que não há corpo, não há notícia, não há confirmação. Isso gera: medo do encontro, medo da falta de encontro, medo de não ser

reconhecida pela mãe, medo de confirmar o pior.

A história de Maria Natália como expressão de um padrão estrutural

A narrativa de Maria Natália mostra: a instabilidade que marca famílias em territórios populares; o papel ambivalente da figura materna; a sobrecarga emocional que recai sobre filhas-mulheres; o esvaziamento do Estado frente ao desaparecimento de pessoas pobres; os modos sensoriais e espirituais de elaborar perda e esperança. Sua história, embora singular e profundamente marcada por afetos, representa também um padrão de desaparecimento invisibilizado no Brasil: o que atinge mulheres pobres, usuárias de drogas, sem capital social, cuja busca é realizada por parentes igualmente precarizados. Através de sonhos, memórias, cenas do cotidiano e do relato da violência, Maria Natália constrói um mundo moral que permite sobreviver ao insuportável, reorganizar o vivido e, sobretudo, manter viva a possibilidade de reencontro — mesmo quando o corpo não aparece.

5.8 Entrevista 5: Maria Ivanise – Mãe de Fabiana e criadora do: Mães da sé (desaparecida em 1995)

O relato de Maria Ivanise constitui um dos mais densos, dolorosos e complexos materiais etnográficos levantados nesta pesquisa. Sua narrativa, marcada por detalhes minuciosos do dia do desaparecimento de sua filha Fabiana, permite acessar o entrelaçamento entre tempo, memória, sofrimento e moralidade, elementos centrais na antropologia do desaparecimento.

5.8.1. - Apresentação contextual da interlocutora

Moradora da Zona Noroeste de São Paulo, Vanise é mãe de três filhas, trabalhadora e, à época do desaparecimento, recém-ingressa no ensino superior. Seu relato situa-se nos anos de 1995-1996, período anterior à popularização de celulares, câmeras públicas e redes digitais — contexto que molda profundamente as possibilidades de busca e os limites institucionais.

A posição de Ivanise como mulher, mãe e responsável primária pela vigilância moral das filhas aparece constantemente no relato, configurando uma experiência de gênero marcada pela responsabilização materna (Farias, 2014; Leite, 2004) e pela

lógica da “culpa materna”, historicamente atribuída às mulheres quando algo acontece aos filhos.

O desaparecimento ocorreu em 23 de dezembro de 1995, após Fabiana — então com 13 anos, prestes a completar 14 — sair para parabenizar uma colega. O fato de a jovem estar acompanhada e retornar por um trajeto único, curto e habitual reforça o caráter abrupto e inexplicável do evento. A descrição da mãe evidencia uma temporalidade colapsada: a memória de Ivanise se fixa no detalhe cotidiano — a chuva forte, o guarda-chuva, a curta distância até em casa —, produzindo o que Das (2007) chama de “tempos suspensos”, em que o ordinário é permanentemente revisitado na tentativa de dar sentido ao irrompimento do trauma.

O relato destaca ainda a ausência ambígua, isto é, a coexistência simultânea da possibilidade de morte e da possibilidade de vida. A mãe revisita minuciosamente cada gesto da filha, cada decisão, cada minuto, numa tentativa constante de reconstruir o acontecimento.

5.8.2. - Análise antropológica dos principais pontos

A responsabilização materna e a moralidade do cuidado

Ao narrar o momento em que comunica o desaparecimento ao pai da menina, Ivanise relembra ter sido imediatamente acusada: “*A culpa daquilo era minha (...) porque eu comecei a estudar e trabalhar*”. Essa cena expõe como, em contextos populares urbanos, a figura da mãe é moralmente construída como guardiã do lar e do corpo dos filhos, devendo estar disponível e vigilante (Fonseca, 2000). A acusação paterna opera como mecanismo moral que reforça uma divisão de gênero do cuidado e produz sobre as mulheres a carga simbólica da responsabilidade total.

O corpo feminino como campo moral e de risco

A fala de Ivanise sobre a aparência da filha — “já tinha corpo de mulher”, “eu dizia para ela não sair de shorts” — revela a presença de uma pedagogia cotidiana do medo e da sexualização precoce do corpo feminino. Essa preocupação materna reflete não apenas normas de gênero, mas também regimes morais de controle do

corpo feminino na cidade (Caldeira, 2000), nos quais as meninas carregam, desde cedo, o risco da violência e a potencial culpa por chamarem “atenção”.

A insistência em descrever o vestuário, os acessórios e o relógio do pai faz parte da construção de uma memória material — aquilo que Jelin (2002) chama de marcadores de presença, objetos que sustentam a lembrança e compõem a tentativa de reconstituir a imagem final da filha.

Estado, violência burocrática e sofrimento social

As idas à delegacia revelam a dimensão estrutural do sofrimento. O delegado e, no dia seguinte, a delegada, negam o registro da ocorrência e repetem a frase característica de negligência institucional: “volte em 24 horas, isso é coisa de adolescente”. A cena configura aquilo que Scheper-Hughes e Bourgois (2004) conceituam como violência estrutural, produzida por instituições que deveriam proteger, mas reiteram a desigualdade e o abandono.

A negativa policial revela também a dimensão moral do julgamento sobre juventudes populares: suspeição, desconfiança e presunção de desvio. O sofrimento de Ivanise é agravado pela revitimização institucional — processo também identificado nas entrevistas 1, 2 e 3, embora aqui se apresente de modo ainda mais profundo e prolongado.

A busca solitária e a decomposição do corpo-mãe

A narrativa sobre a busca — hospitais, IMLs, ruas, Cracolândia, abrigos, madrugadas inteiras acordada — demonstra como a experiência do desaparecimento reorganiza o cotidiano, o corpo e o tempo. Ivanise descreve crises de choro, privação de sono, desnutrição e episódios psiquiátricos graves. O desaparecimento atravessa seu corpo, transformando-o, conforme aponta Das (2007), numa superfície onde a violência se inscreve. O relato do médico — “você tem duas alternativas, viver ou morrer” — explicita o grau de colapso físico e emocional da mãe, articulando sofrimento social, precariedade institucional e dissolução das fronteiras do eu, em uma das vezes que ela foi parar no hospital.

A temporalidade da dor e a impossibilidade da conclusão

Há 29 anos em busca, Ivanise nunca recebeu uma resposta, um corpo, uma pista concreta. Ela mobiliza a metáfora ritual da morte e do velório para explicar sua condição: *“Na morte, você tem o ritual e se despede. No desaparecimento, não.”* Essa ausência de fechamento corresponde ao conceito antropológico de luto suspenso (Boss, 1999; Robben, 2000): um luto que não encontra objeto, uma dor que não se conclui, uma espera que nunca se encerra.

A narrativa de Ivanise — marcada pela busca solitária, o colapso físico e emocional e a consequente transformação dessa dor em mobilização coletiva — revela o modo como o desaparecimento de um filho atravessa corpo, moralidade e estrutura familiar. Ao descrever o momento em que o marido lhe diz que ela “esquecia que tinha outra filha”, e ao recordar os cinco dias internada por desnutrição, sua fala evidencia o que Veena Das (2007) denomina incorporação do sofrimento, quando eventos traumáticos deixam de ser apenas experiências externas e passam a habitar o corpo, desestabilizando funções básicas, rotinas e vínculos. A peregrinação diária aos IMLs, acompanhada do medo de que a filha fosse enterrada como indigente, manifesta a dimensão burocrática e necropolítica da busca — elemento que Caldeira (2000) analisa como parte das violências difusas que operam na vida urbana e que reorganizam tempos, prioridades e afetos. A repetição de idas aos institutos, o contato com corpos de outras adolescentes e o conflito espiritual que emerge desse momento remetem à moralidade ambígua da espera, atravessada simultaneamente por esperança e antecipação do pior.

A estratégia que ela desenvolve — carregar consigo a camiseta com o cheiro da filha — pode ser compreendida como uma tecnologia afetiva de sobrevivência, um objeto que condensa memória, vínculo e presença sensorial, funcionando como mediador entre o mundo vivido e o mundo perdido. Magnani (2002) discutiria esse gesto como parte de um circuito de práticas que organizam o cotidiano diante da ruptura, enquanto Le Breton (2013) o compreenderia como uma forma de “corpo ampliado”, em que os objetos tornam-se próteses emocionais. A acusação de loucura feita pelos vizinhos expressa a forma como o sofrimento materno escapa às classificações sociais usuais, levando a interpretações moralizadas, como mostra Jelin (2003) ao discutir a vigilância social sobre mulheres em situações de perda.

O sonho que anuncia a filha viva opera como mensagem, revelação e reorganização da ação. A partir desse episódio — interpretado religiosamente como sinal — a mãe abandona os IMLs e transforma a busca em luta pública. Aqui se observa o que Das (2015) chama de “mundos reconstruídos a partir da ruína”, quando sujeitos elaboram, em contextos de extrema dor, novas formas de agir e de se relacionar com os outros. A entrada na novela *Explode Coração*, o encontro com 72 outras mães e o nascimento das Mães da Sé, em 1996, ilustram a passagem da dor individual à ação coletiva. Esse processo mostra como o sofrimento, longe de paralisar, pode gerar formas de engajamento político baseadas em experiências compartilhadas — dimensão analisada por Roberta Leite (2014) em seu trabalho sobre coletivos de familiares. O movimento das Mães da Sé emerge como espaço de reconhecimento mútuo, mas também como denúncia sistemática do descaso institucional e das falhas do Estado na produção de respostas e investigações.

A fala de Ivanise também ilumina as assimetrias de gênero que atravessam o desaparecimento. O abandono do marido, o julgamento moral (“a culpa é sua porque você inventou de estudar e trabalhar”) e a rarefação de pais presentes nas buscas evidenciam a feminização da responsabilidade moral e emocional. O peso da culpa e a responsabilização materna fazem parte de dispositivos históricos que vinculam o cuidado aos corpos femininos, mesmo diante de eventos cuja origem não está sob seu controle. O desgaste psicológico — a depressão recorrente, as crises, a necessidade contínua de terapia — exemplifica o que Kleinman e Das chamam de sofrimento social, quando a dor não é apenas individual, mas produto de relações institucionais, desigualdades e expectativas de gênero. A morte de 26 mães ao longo de 28 anos, majoritariamente por câncer, infarto ou outras patologias, reforça a dimensão corporalizada e prolongada do trauma, e evidencia como o desaparecimento não se encerra na ausência do filho: ele reorganiza vidas inteiras, produzindo efeitos crônicos.

Ao relatar que o movimento se consolidou a partir de sua iniciativa, Ivanise revela a centralidade das mulheres na construção de espaços públicos de reivindicação, ao mesmo tempo em que denuncia a solidão estrutural que acompanha essa busca. Seu depoimento sintetiza aquilo que as demais entrevistas apontam, mas em escala mais intensa: a experiência do desaparecimento como ruptura total —

familiar, corporal, religiosa, institucional — e a necessidade contínua de reinventar formas de existir, esperar e lutar.

A narrativa dessa interlocutora revela como o desaparecimento da filha desencadeou um amplo processo de desestabilização conjugal, subjetiva e corporal, inscrito em códigos de gênero profundamente enraizados. Criada em um universo moral marcado pela máxima materna segundo a qual “mulher sem marido não tem valor”, ela descreve ter permanecido por décadas em uma relação conjugal que reconhece como abusiva, caracterizada por humilhações reiteradas, desqualificação e dependência econômica. A reprodução desse *habitus* feminino — no sentido de Bourdieu — aparece como um legado intergeracional: sua mãe, casada muito jovem, viveu sob violência constante e se mantinha presa ao ideal religioso de cumprimento do dever conjugal. Assim, a entrevistada relata ter internalizado a ideia de que a mulher deve “suportar” e “servir”, mesmo diante de agressões simbólicas e morais. O momento de ruptura se deu apenas quando a conjugalidade atravessou um limite de dignidade subjetiva, mobilizando um dispositivo moral central na sua autoimagem — a “vergonha”. O episódio no qual descobre que o marido fornecera o telefone da casa (um número dedicado exclusivamente à busca pela filha) a outra mulher produz um ponto de inflexão: o uso indevido do telefone não significou apenas uma traição conjugal, mas uma violação simbólica de sua missão materna e política, pois tratava-se de um instrumento de esperança e trabalho cotidiano pela busca da filha desaparecida. A partir daí, ela abandona a casa “com a roupa do corpo”, acionando redes de apoio construídas no ativismo — especialmente o advogado da associação — e se desloca para um imóvel recém-adquirido, onde reconstrói lentamente sua vida cotidiana.

Ao narrar esse processo, a interlocutora articula a violência conjugal com o desaparecimento, indicando que a deterioração da autoestima, a precarização emocional e o isolamento afetivo são intensificados pela busca prolongada. Ela afirma que o desaparecimento “destruiu” a família, gerou distanciamento entre o casal e impactou profundamente a filha mais nova, que amadureceu precocemente ao assumir responsabilidades emocionais em meio à desestruturação doméstica. Sua interpretação ecoa análises de Veena Das sobre como o sofrimento extremo infiltra-se no cotidiano, transformando gestos ordinários em materializações do trauma. A

ausência da filha opera como um vazio que reconfigura posições familiares, expectativas e modos de cuidado. A entrevistada reconhece que, por anos, “abandonou inconscientemente” a outra filha, que se ressentia de não ser vista em meio à busca incessante pela irmã. O episódio no qual a filha adulta pede perdão — após tornar-se mãe — ilustra a dinâmica intergeracional do cuidado, do reconhecimento e da elaboração do sofrimento, mostrando como o desaparecimento produz camadas complexas de afetos, cobranças e reorganizações familiares.

A narrativa também destaca os efeitos somáticos do desaparecimento. A interlocutora descreve uma sucessão de problemas de saúde — infartos, crises hipertensivas, diabetes, dores incapacitantes, episódios de desmaio, infecção generalizada, risco de leucemia — acompanhados de dependência constante de medicamentos psiquiátricos. Esses relatos dialogam diretamente com as discussões de Kleinman e Das sobre o “sofrimento social”, isto é, a forma pela qual violências estruturais, perdas e traumas coletivos se traduzem em dores corporais, doenças e fragilização física. Ela relata que médicos identificaram correlação entre seus quadros clínicos e “esse luto”, reforçando uma concepção nativa amplamente compartilhada entre familiares de desaparecidos: o corpo adocece porque carrega uma dor que não tem nome, medida ou fim. O esquecimento, a ansiedade e a instabilidade emocional tornam-se componentes cotidianos desse luto que é, como ela diz, “inacabado” — um luto sem corpo, sem conclusão, permanentemente reaberto a cada dia.

A dimensão de gênero atravessa fortemente sua experiência. Ela afirma que “homem não tem paciência com mulher que tem problema”, e relata ter encontrado grande dificuldade em construir novos vínculos afetivo-amorosos após a separação. A figura da mãe de desaparecido aparece como uma imagem social carregada de estigma, sofrimento e instabilidade, produzindo distanciamento nos possíveis parceiros. As interpelações que recebe — como “se sua filha não voltou, é porque não quis” — revelam uma moralidade social que responsabiliza as próprias mães pela ausência, culpabilizando-as, invalidando sua dor e naturalizando formas de violência simbólica. Muitas interlocutoras com experiências semelhantes reconhecem esse julgamento moral como parte do peso cotidiano da busca, reforçando a ideia de um sofrimento solitário.

A entrevistada também amplia a reflexão a partir da observação de outras mães na Praça da Sé, descrevendo efeitos do desaparecimento sobre a aparência, o corpo e o autocuidado. A perda da vaidade, o adoecimento generalizado e o envelhecimento acelerado aparecem como marcas compartilhadas — fenômeno também descrito em pesquisas antropológicas sobre familiares de desaparecidos na América Latina (Robben, Jelin, Sanford). Ela narra o caso de uma mãe militante que “não se arruma mais”, e a sua tentativa de estimular nela certa retomada da dignidade corporal: não por vaidade, mas para que o filho, ao retornar, “não a encontre acabada”. A frase sintetiza o modo como essas mulheres performam esperança através do corpo, ainda que esse corpo esteja simultaneamente devastado.

Por fim, sua fala migra para o plano político-institucional, denunciando a invisibilidade da causa. Ela afirma que o desaparecimento é tratado pelo Estado como “estatística” e que a Política Nacional de Busca, embora sancionada há anos, não se consolidou em termos de implementação. Relata sua participação em audiências públicas em Brasília e sua percepção de que governos sucessivos “vivem de promessa”. A ausência de políticas públicas — no plano municipal, estadual e federal — reforça a sensação de abandono, produzindo o que Butler denomina “vidas não enlutáveis”: sujeitos cuja perda não mobiliza instituições, recursos ou comoções públicas. A entrevistada teme morrer sem encontrar a filha e reconhece que sua filha mais nova provavelmente não continuará a busca, o que intensifica a angústia temporal desse luto suspenso.

Assim, a narrativa articula de forma contundente gênero, violência, sofrimento social, desamparo estatal e experiência do tempo, revelando o desaparecimento como uma força que reorganiza vidas, trajetórias e corpos. Sua voz ecoa a de muitas outras mães que, ao longo de décadas, lutam pela dignidade, pela memória e por uma resposta — enquanto lidam com as cicatrizes morais e físicas produzidas por essa espera interminável.

A fala de Ivanice revela o modo como a experiência do desaparecimento a levou a constituir, ao longo dos anos, uma rede afetiva e política composta majoritariamente por outras mulheres que compartilham a mesma perda. Sua atuação, inicialmente motivada pelo sofrimento diante da ausência da filha, transforma-se em um trabalho comunitário que ela descreve como “razão de viver”,

indicando que o engajamento coletivo funciona não apenas como militância, mas também como sobrevivência emocional. A construção desse espaço comum – no qual mães e familiares se tratam mutuamente como “mãe” – evidencia o deslocamento da maternidade biológica para uma maternidade expandida, que se reorganiza diante da ausência e do trauma. Em sua descrição, “aprendi a dividir a minha dor compartilhando da mesma dor com elas”, torna-se claro que a partilha do sofrimento funciona como operador social capaz de estabilizar subjetividades abaladas, o que ecoa discussões antropológicas sobre grupos de apoio, “comunidades de sofrimento” (Das, 2007) e a produção de intimidade política frente à violência (Robben, 2000; Vianna & Farias, 2011).

Ao relatar casos de mães que adoecem, entram em depressão ou expressam ideação suicida, Ivanice evidencia como o desaparecimento aciona um colapso das rotinas familiares e um abalo moral profundo, fenômeno amplamente registrado em pesquisas sobre violência de Estado e desaparecimentos no Brasil (Cohen, 2011; Leite, 2004; Caldeira, 2000). A descrição da mãe que “perdeu a esperança” e deixou de frequentar a Praça da Sé – espaço central de mobilização – reforça como os efeitos do desaparecimento não se restringem ao evento em si, mas se desdobram em processos prolongados de desagregação psíquica e social. A iniciativa de Ivanice de articular atendimento psicológico voluntário, sobretudo após a pandemia com o uso de videochamadas, mostra a adaptação de mecanismos comunitários de cuidado e se alinha à literatura que discute redes femininas de enfrentamento do trauma em contextos urbanos (Ferreira, 2015; Sarti, 2011).

Em sua fala, também emerge um discurso fortemente marcado pela centralidade da maternidade: ela cria distinções entre o amor materno e o amor de outros membros da família, destacando a intensidade da responsabilidade emocional das mães perante os filhos desaparecidos. A maneira como descreve o parto, o contato corporal com o recém-nascido e a identificação imediata da criança com o toque da mãe reforça uma visão essencializada da maternidade, entendida como experiência sensorial e moral que molda o modo como as mulheres percebem o mundo. Esse entendimento, embora expresso de forma afetiva e pessoal, articula-se com a forma como movimentos de familiares de desaparecidos no Brasil frequentemente mobilizam a figura da “mãe” como sujeito político legítimo e

moralmente autorizado (Vianna, 2010; Ferreira, 2017). Por fim, a insistência em manter o cuidado com a filha adulta (“continuo sendo chata”) demonstra como o desaparecimento reconfigura a maternidade não apenas em relação ao filho ausente, mas também na relação com os filhos presentes, produzindo uma temporalidade dilatada do cuidado, do medo e da vigilância, característica das experiências parentais marcadas pela violência urbana. Assim, a narrativa de Ivanice sintetiza a dimensão afetiva, política e moral que estrutura a atuação das famílias de pessoas desaparecidas, iluminando como o trauma se converte em ação coletiva e como a maternidade, nesse contexto, se torna uma gramática de resistência e de reconstrução da vida cotidiana.

**Figura- 11 Eu (autora) e Dona Ivanise Esperidião Mãe de fabiana
desaparecida e fundadora da ONG Mães da Sé**



Fonte: Arquivo de fotos do campo da autora, 2024

Capítulo 6 - A Importância do Apoio Psicossocial e Institucional: entre o sofrimento, o cuidado e a luta por reconhecimento.

A experiência do desaparecimento de uma pessoa é uma ruptura que transcende o individual e se inscreve no social. O trauma não é vivido apenas por aquele que desaparece, mas por toda a rede de vínculos que o cercava — mães, pais, filhos, irmãos, companheiros e amigos. Essa ausência que não se resolve instala um estado de suspensão emocional e temporal, no qual a vida cotidiana é reorganizada em torno da espera. Como lembra Veena Das (2007), o sofrimento que emerge de situações de violência e perda não se limita à dor pessoal; ele se infiltra nas relações sociais, reconfigura afetos, redefine papéis e se torna uma linguagem compartilhada.

No caso dos familiares de pessoas desaparecidas, o desaparecimento é uma violência que não termina. A incerteza sobre o paradeiro do ente querido impede a elaboração de um luto completo, instaurando uma “presença da ausência” — um tipo de dor que se renova a cada dia, alimentada pela esperança e pela impossibilidade

de fechamento. Esse fenômeno, descrito por Freud (1917) em seus estudos sobre o luto e a melancolia, adquire contornos específicos no contexto dos desaparecimentos forçados ou não esclarecidos: o luto não se conclui porque o objeto da perda permanece em aberto. Essa condição de liminaridade emocional é o que Oliveira (2019) denomina de “luto suspenso”, em que a ausência de informações impede a passagem simbólica entre o viver e o morrer, o lembrar e o esquecer.

Sob essa perspectiva, o apoio psicossocial assume papel fundamental. A escuta qualificada, a criação de espaços de acolhimento e o acompanhamento psicológico contínuo tornam-se ferramentas essenciais não apenas para o cuidado individual, mas também para a reconstrução coletiva do sentido. O sofrimento dos familiares, muitas vezes invisibilizado pelas instituições, precisa ser reconhecido como uma questão de saúde pública e de direitos humanos. A ausência de políticas consistentes de apoio emocional e social reforça a negligência do Estado, transformando a dor privada em um sintoma da desatenção pública.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que a maioria das famílias afetadas pelo desaparecimento enfrenta um vazio institucional. As delegacias especializadas, quando existem, raramente contam com equipes psicossociais estruturadas. O acompanhamento às famílias geralmente depende de iniciativas voluntárias, de redes de solidariedade civil ou de parcerias com universidades e organizações de direitos humanos. Nesse sentido, as experiências observadas em São Paulo — particularmente na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) e na Sede das Mães da Sé — mostraram-se fundamentais para compreender as formas de apoio e acolhimento que emergem nesses espaços.

Esses locais não são apenas instituições, mas verdadeiros pontos de escuta e partilha. Na UNIFESP e no CAAF, o trabalho técnico e científico se alia ao compromisso ético de identificar corpos, esclarecer casos e oferecer suporte às famílias. Esse processo envolve não apenas a análise forense, mas também o cuidado com a dimensão simbólica da restituição: devolver um corpo ou um nome não é apenas um ato técnico, é um gesto de reconhecimento e de reparação. O mesmo se observa na Sede das Mães da Sé, onde as reuniões, rodas de conversa e eventos públicos funcionam como dispositivos de reconstrução coletiva do sentido.

Ali, o acolhimento não é apenas emocional — é também político, pois reafirma o direito à memória, à verdade e à justiça.

A antropologia do sofrimento (Kleinman, Das e Lock, 1997) nos ajuda a compreender que o sofrimento, embora vivido de forma individual, é sempre mediado por práticas culturais, instituições e relações sociais. Assim, o apoio psicossocial aos familiares de desaparecidos não pode ser reduzido a uma intervenção terapêutica: trata-se de uma prática social que articula cuidado, reconhecimento e resistência. O acolhimento torna-se uma forma de recompor o tecido social rasgado pela ausência.

Em muitos relatos colhidos durante o campo, a fala das mães expressa não apenas a dor da perda, mas a necessidade de serem ouvidas. Elas relatam o impacto do descaso institucional, a demora nas respostas e a sensação de solidão diante do silêncio do Estado. Uma das entrevistadas afirmou: “A gente grita, mas ninguém escuta. Só quando a gente se junta com outras mães é que a dor faz sentido.” Essa fala sintetiza a importância das redes de apoio: nelas, o sofrimento é validado e transformado em mobilização. A escuta coletiva permite a elaboração simbólica da ausência e fortalece os laços comunitários, funcionando como antídoto contra o isolamento.

Além disso, o apoio psicossocial não se limita ao conforto emocional. Ele envolve também a mediação entre as famílias e as instituições — polícia, Ministério Público, hospitais, órgãos de assistência social —, muitas vezes ineficazes ou desarticulados entre si. O acompanhamento de assistentes sociais, psicólogos e antropólogos tem sido fundamental para reduzir a sensação de impotência dos familiares diante da burocracia. No CAAF, por exemplo, há um esforço constante para articular o trabalho técnico com uma escuta sensível, reconhecendo o sofrimento das famílias como parte legítima do processo de busca.

A presença das mães e familiares nas instituições também transforma esses espaços. Sua insistência, suas demandas e suas narrativas obrigam as instituições a repensarem seus modos de funcionamento. O sofrimento, nesse contexto, se torna força política. Como observa Nancy Scheper-Hughes (1992), a dor pode ser uma forma de denúncia, um modo de expor a violência estrutural que sustenta a negligência estatal. Ao reivindicar atenção e reconhecimento, às famílias transformam

o sofrimento em linguagem pública, deslocando-o da esfera do privado para o espaço da política.

A ausência prolongada de um ente querido produz efeitos profundos na saúde mental e nas relações sociais. A ansiedade constante, os distúrbios do sono, o medo e a culpa são sentimentos recorrentes entre os familiares. Em muitos casos, a busca incessante por informações se torna o centro da vida, afetando empregos, laços conjugais e amizades. O desaparecimento, portanto, não é apenas um evento trágico: ele reorganiza a existência. Como apontam Robben (2000) e Jelin (2002), viver entre o não saber e o não poder esquecer é uma das formas mais dolorosas de violência, pois aprisiona os sujeitos em um tempo que não se move.

Essa temporalidade interrompida, marcada pela espera e pela incerteza, aparece com força nas falas das mães que frequentam a Sede das Mães da Sé. Lá, o tempo é medido pelos dias desde o desaparecimento, pelos boletins de ocorrência arquivados, pelas fotos nas paredes. A cada reunião, o ritual se repete: lembranças são compartilhadas, novas histórias surgem, velhas dores são reavivadas. Mas é nesse gesto de recontar que se encontra também a resistência. Contar e recontar é uma forma de manter viva a presença dos desaparecidos, de afirmar que eles continuam existindo enquanto houver alguém que os nomeie.

Desse modo, o apoio psicossocial ultrapassa o campo técnico da saúde mental e alcança uma dimensão simbólica e política. Ele permite que as famílias reconstituam sua própria narrativa, que transformem o sofrimento em ação coletiva, que encontrem força na partilha. Em última instância, esse apoio é o que impede que a ausência se torne esquecimento. Ele reafirma o princípio ético que orienta toda a luta das famílias: ninguém desaparece sozinho; o desaparecimento é uma ferida social que exige reconhecimento, cuidado e reparação.

6.1 - Impactos Psicológicos e Sociais nos Familiares de Pessoas Desaparecidas

O desaparecimento de uma pessoa provoca efeitos devastadores sobre aqueles que permanecem, atingindo profundamente as dimensões psicológicas, sociais e simbólicas da vida dos familiares. A ausência de informações, a espera indefinida e a falta de respostas do Estado transformam o cotidiano dessas famílias

em uma experiência marcada pela incerteza e pelo sofrimento contínuo. Segundo Lima, Dantas e Dutra (2022), o desaparecimento de um ente querido inaugura uma experiência singular de luto suspenso — um estado de perda sem corpo, dor sem fim e esperança sem garantias. Nessa condição, o tempo parece se fragmentar entre a busca incessante e o medo de encontrar uma resposta definitiva.

O luto, conforme analisa Freud (1917/2011), é o processo pelo qual o sujeito elabora a perda de um objeto de amor. Contudo, quando não há confirmação da morte ou da ausência definitiva, o processo não se encerra, e o enlutado permanece aprisionado em uma ambiguidade emocional. Esse tipo de dor é denominado por Boss (2006) como “luto ambíguo”, uma condição em que o indivíduo vive a perda de alguém que ainda pode estar vivo, impedindo a elaboração psíquica e produzindo efeitos de ansiedade, culpa, depressão e desorganização emocional. Assim, familiares de desaparecidos vivem um tipo de sofrimento que não encontra nome, ritual nem reconhecimento social.

A psicologia social ajuda a compreender como esse sofrimento não é apenas individual, mas também coletivo e político. Sawaia (2009) e Ciampa (1987) destacam que o sofrimento ético-político surge quando o sujeito se depara com situações de injustiça, exclusão e violação de direitos, nas quais sua identidade e dignidade são colocadas em xeque. No caso dos familiares de desaparecidos, o sofrimento é duplamente agravado: primeiro pela ausência do ente querido e, depois, pela invisibilidade e descaso institucional. O sentimento de abandono, descrito por Das (2007) como uma “vida no limiar do ordinário”, traduz bem o cotidiano dessas famílias, que seguem suas rotinas atravessadas por uma ausência que nunca se estabiliza, uma dor que se inscreve na própria experiência do tempo.

Em muitos casos, o sofrimento se manifesta através de sintomas físicos e emocionais persistentes, como insônia, fobias, isolamento, dificuldade de concentração e crises de pânico. Estudos recentes realizados no Brasil indicam que familiares de desaparecidos apresentam índices elevados de depressão, ansiedade generalizada e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Oliveira, 2019; Ribeiro; Santos, 2021). Esses quadros são agravados pela falta de acolhimento psicológico especializado e pelo

estigma social que recai sobre as famílias, muitas vezes suspeitas ou responsabilizadas pelo desaparecimento do próprio parente.

Além disso, a dimensão social do sofrimento se revela nas formas de silenciamento impostas aos familiares. Butler (2015) argumenta que o reconhecimento público da dor é um ato político, pois apenas as vidas reconhecidas como “choráveis” — aquelas cuja perda é socialmente legitimada — têm acesso ao luto público. No caso dos desaparecidos, especialmente em contextos de pobreza, violência urbana e negligência estatal, o luto é frequentemente negado. As famílias vivem entre a esperança e o desespero, na fronteira entre a fé e o trauma, sustentando uma busca que se torna também uma forma de resistência.

O apoio psicossocial, nesse sentido, não se reduz ao atendimento clínico, mas representa um espaço de escuta, partilha e reconstrução simbólica. Centros como o CAAF/UNIFESP e movimentos como o das Mães da Sé em São Paulo atuam como redes de solidariedade e cuidado, permitindo que as famílias transformem o sofrimento em mobilização coletiva. O encontro com outras mães, pais e irmãos em situação semelhante cria uma espécie de “comunidade do luto” (Jelin, 2007), onde a dor deixa de ser apenas individual e se torna compartilhada — uma memória coletiva que denuncia a ausência de políticas públicas eficazes e a falha das instituições de justiça.

A antropóloga Veena Das (2007) observa que, diante de tragédias e violências, o trabalho da reconstrução da vida cotidiana é um ato ético. Nos grupos de apoio e nos encontros comunitários, o cotidiano fragmentado dessas famílias encontra brechas de recomposição: cozinhar juntas, participar de missas, compartilhar fotos e lembranças tornam-se gestos políticos e afetivos de resistência à indiferença social. Como mostra Robin (2014), a busca por memória e verdade não é apenas uma exigência de justiça, mas também uma necessidade psíquica de reintegrar o ausente à narrativa da vida.

O papel das organizações e coletivos, como o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e o Grupo de Apoio aos Familiares de Desaparecidos (GAFD), é fundamental nesse processo. Além do suporte emocional e jurídico, essas instituições contribuem para a reconstrução da identidade das famílias, que passam a se ver não

apenas como vítimas, mas como agentes de mudança social. A mobilização em torno da causa, as marchas, os encontros e as campanhas públicas funcionam como dispositivos terapêuticos e políticos, conferindo voz àqueles que historicamente foram silenciados.

Do ponto de vista institucional, a atuação de políticas públicas específicas é ainda incipiente no Brasil. Embora a criação de delegacias de desaparecidos e de núcleos de apoio tenha representado um avanço, a ausência de protocolos interinstitucionais e o déficit de profissionais capacitados em saúde mental dificultam a efetividade das ações. Como aponta Franco (2020), o cuidado com os familiares de desaparecidos exige interdisciplinaridade, combinando a psicologia, o serviço social, o direito e a antropologia, para que o atendimento não se limite a respostas burocráticas, mas contemple a complexidade emocional e simbólica envolvida.

Por fim, compreender os impactos psicológicos e sociais dos desaparecimentos é compreender também a dimensão ética do cuidado. O sofrimento desses familiares não é apenas pessoal, mas socialmente produzido e politicamente negligenciado. Reconhecer sua dor e oferecer espaços de acolhimento e escuta é um passo fundamental para reconstruir a confiança entre cidadãos e Estado, e para restaurar a dignidade das vidas marcadas pela ausência. Como lembra Jelin (2007), “lembrar é uma forma de justiça” — e, para as famílias dos desaparecidos, lembrar é também uma forma de sobreviver.

6.2 Entre o sofrimento, o cuidado e a luta por reconhecimento

6.2.1 - O Luto sem Corpo: Sofrimento Psíquico, Saúde Mental e o Cuidado Possível

O desaparecimento de uma pessoa introduz uma ruptura radical na vida psíquica e social de seus familiares. Trata-se de um evento que suspende o curso ordinário da existência e inaugura um tempo outro — o tempo da espera, da incerteza e da angústia. O sofrimento mental que emerge desse contexto se distingue de outras formas de perda, pois o desaparecimento nega ao enlutado os elementos básicos que permitem a elaboração simbólica da morte: o corpo, o ritual e a palavra final. Em muitos casos, a ausência prolongada leva à instalação de quadros graves de

adecimento mental, que combinam sintomas depressivos, ansiosos e traumáticos com sentimentos persistentes de culpa, desesperança e desamparo (LIMA; DANTAS; DUTRA, 2022).

Os efeitos psicológicos do desaparecimento não podem ser compreendidos apenas pela ótica individual da dor, mas como expressão de um sofrimento social e político. As famílias que vivem essa experiência são, ao mesmo tempo, vítimas de uma perda e da indiferença institucional que transforma a ausência em silêncio. A literatura em psicologia social e antropologia da violência (DAS, 2007; SAWAIA, 2009) têm demonstrado que a invisibilidade e a deslegitimação da dor agravam o quadro emocional dos familiares, produzindo um sentimento de exclusão e abandono. A ausência de respostas do Estado, a lentidão das investigações e o descrédito das autoridades fazem com que a experiência da perda se converta em um trauma coletivo, que ultrapassa o âmbito privado e se inscreve no campo da injustiça e da negação de direitos.

Adoecimento psíquico e as doenças de saúde mental

O luto sem corpo frequentemente resulta em quadros de sofrimento mental crônico, que envolvem múltiplas dimensões. Estudos clínicos conduzidos por Oliveira (2019) e Ribeiro e Santos (2021) indicam que familiares de desaparecidos apresentam uma prevalência significativa de depressão maior, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtornos de ansiedade generalizada, distúrbios do sono, além de somatizações físicas como dores persistentes, taquicardia e crises respiratórias. Essas manifestações expressam, de forma corporal, o esforço psíquico para dar conta de uma perda sem resolução.

O TEPT, em especial, aparece de modo recorrente entre mães e irmãos de desaparecidos, caracterizando-se por revivências, pesadelos, hipervigilância e sentimentos de culpa. Como explica Judith Herman (1992), o trauma se instala quando o sujeito é exposto a uma experiência que rompe sua capacidade de simbolizar o real, deixando-o preso a uma cena que se repete incessantemente. No desaparecimento, essa cena não se limita a um evento passado, mas se perpetua na ausência de respostas, o que prolonga o trauma e impede o fechamento da ferida psíquica.

A depressão, por sua vez, aparece frequentemente associada à desesperança e ao sentimento de impotência diante da ineficácia das instituições. Freud (1917), ao diferenciar o luto da melancolia, afirma que o luto é o processo natural de elaboração da perda, enquanto a melancolia representa a fixação do sujeito em uma dor sem objeto definido. O desaparecimento — ao retirar do campo simbólico a figura do morto — impede o reconhecimento da perda, e o sujeito se vê condenado à melancolia. É o que Pauline Boss (2006) chama de “perda ambígua”: o corpo está ausente, mas o vínculo emocional persiste, aprisionando o enlutado em um espaço psíquico de suspensão, em que a ausência nunca se transforma em memória.

Além desses quadros, observam-se também síndromes psicossomáticas relacionadas ao sofrimento prolongado, como gastrites, crises de pânico, hipertensão e distúrbios de imunidade. Em pesquisa qualitativa realizada com mães de desaparecidos em São Paulo (FRANCO, 2020), observou-se que muitas delas relatam o corpo como lugar da dor: “o estômago dói de angústia”, “o coração pesa”, “a cabeça não para”. O corpo, nesse contexto, torna-se a superfície onde se inscreve a violência da ausência, transformando o sofrimento simbólico em sintoma físico.

O luto sem corpo e a impossibilidade de encerramento

O luto sem corpo constitui uma das formas mais complexas de sofrimento psíquico. Pauline Boss (2006) define essa condição como uma “perda congelada”, na qual o enlutado é privado de elementos que permitiriam a reconstrução da realidade. Sem um corpo, um velório ou um rito de passagem, não há espaço simbólico para a elaboração da morte. A psicanálise e a antropologia convergem ao reconhecer que o ritual fúnebre é o momento em que a sociedade reafirma o laço entre os vivos e os mortos; sua ausência deixa o sujeito em um limbo de significados. Ricoeur (2007) observa que o ato de lembrar é constitutivo da identidade — e, portanto, quando não se pode lembrar, também não se pode continuar vivendo de forma plena.

Nas famílias de desaparecidos, o tempo psíquico se desorganiza: o passado não se encerra, o presente é suspenso e o futuro é temido. Butler (2015) acrescenta que o reconhecimento público da perda é essencial para que a vida possa ser reconstruída. O problema é que, no caso dos desaparecidos, a sociedade tende a negar essa dor, considerando-a “exagerada” ou “sem base”. Essa negação social

impede o processo de elaboração, produzindo um luto socialmente não reconhecido, que aprofunda o isolamento e o desespero.

A experiência das Mães da Sé ilustra bem essa dimensão. Ao ocuparem o espaço público com as fotografias de seus filhos e filhas desaparecidos, essas mulheres desafiam a lógica do esquecimento e transformam o luto em ato político. Como lembra Elizabeth Jelin (2007), lembrar é uma forma de resistência. O espaço da praça, o cartaz, o grito e o choro público funcionam como rituais alternativos de elaboração, substituindo a ausência do corpo por uma presença simbólica e coletiva. A ausência, então, deixa de ser apenas dor e se torna também memória e luta.

A importância da terapia e do acolhimento acessível

A terapia e o apoio psicossocial são fundamentais para possibilitar a sobrevivência subjetiva desses familiares. O sofrimento descrito acima exige intervenções psicológicas sensíveis e continuadas, que reconheçam tanto a dimensão individual da dor quanto sua natureza coletiva. Contudo, a maioria das famílias atingidas pelo desaparecimento no Brasil enfrenta barreiras estruturais para acessar atendimento psicológico: a falta de políticas públicas específicas, a carência de profissionais capacitados e o alto custo dos serviços particulares.

O Sistema Único de Saúde (SUS), embora preveja o atendimento em saúde mental nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), não dispõe de protocolos específicos para casos de desaparecimento. Isso faz com que muitas famílias encontrem apenas respostas burocráticas, sem acolhimento emocional efetivo. Segundo Franco (2020), a ausência de uma rede intersetorial de atendimento — integrando psicologia, serviço social, segurança pública e direitos humanos — aprofunda o sofrimento e a sensação de abandono. A terapia acessível e contínua poderia oferecer instrumentos para que os familiares pudessem nomear o indizível e simbolizar o trauma. O acompanhamento psicológico, nesse contexto, não é apenas tratamento, mas também reconhecimento ético e político. Como lembra Sawaia (2009), o sofrimento ético-político só pode ser superado quando há a possibilidade de reconstrução da dignidade ferida. O espaço terapêutico, ao validar a dor e restaurar o sentimento de pertencimento, torna-se também um espaço de justiça simbólica.

Além dos atendimentos clínicos, experiências de grupos de apoio comunitário têm se mostrado eficazes para reduzir o isolamento e promover a troca de experiências entre familiares. O Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/UNIFESP) e organizações como o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e o Grupo de Apoio aos Familiares de Desaparecidos (GAFD) têm desempenhado papel muito importante nesse sentido. Esses espaços combinam escuta, acompanhamento jurídico e mobilização social, possibilitando que o sofrimento seja partilhado e transformado em ação.

Cuidar como ato ético e político

O cuidado, no contexto do desaparecimento, transcende o âmbito terapêutico e adquire dimensão política. Como observa Veena Das (2007), reconstruir a vida após o trauma é um ato ético, uma forma de resistir ao colapso do mundo ordinário. A presença do outro — seja o psicólogo, o assistente social ou o companheiro de busca — reintroduz o sentido na experiência da perda. Em uma sociedade marcada pela violência e pela indiferença institucional, cuidar é também um gesto de restituição da humanidade.

A falta de políticas públicas específicas para o acolhimento psicológico de familiares de desaparecidos revela uma omissão estrutural. É necessário que o Estado reconheça a dimensão subjetiva do desaparecimento e invista em programas permanentes de atenção psicossocial, formação de equipes interdisciplinares e oferta de acompanhamento gratuito e prolongado. A saúde mental não pode ser entendida como um luxo ou um complemento, mas como parte central da reparação e da garantia de direitos humanos. O desaparecimento, portanto, não termina na ausência do corpo. Ele se prolonga nos corpos e mentes dos que ficaram, nos silêncios que persistem, nas noites sem sono e nas tentativas diárias de continuar vivendo. A terapia acessível, o apoio institucional e o reconhecimento público da dor não apagam a perda, mas transformam o sofrimento em linguagem e o desamparo em resistência. Nesse processo, as famílias reencontram, pouco a pouco, a possibilidade de existir, ainda que sob o peso da ausência.

CAPÍTULO 7 - Instituições e Políticas Públicas de Apoio: lacunas, práticas necessárias e recomendações operacionais

A análise das experiências familiares e das práticas de acolhimento até aqui discutidas permite extrair um diagnóstico claro: embora haja avanços pontuais — em relação as questões de desaparecimentos no Brasil, e a existência de centros forenses e coletivos — o arcabouço institucional de atendimento às famílias de desaparecidos no Brasil opera de forma fragmentada, reativa e insuficiente para lidar com a complexidade do problema. A lacuna institucional se manifesta em três níveis interdependentes: 1) ausência de políticas integradas de atenção psicossocial; 2) fragilidade técnica e estrutural das instâncias investigativas e forenses; 3) carência de protocolos padronizados que articulem busca, acolhimento e reparação.

A seguir, procurei sistematizar os vetores principais de intervenção e oferecer recomendações operacionais, práticas e de monitoramento que visam transformar o atendimento às famílias em políticas públicas efetivas, sensíveis ao sofrimento e capazes de articular reparação, prevenção e justiça.

7.1. Estruturar redes intersetoriais de atenção e criar protocolos integrados

Problema: as respostas atuais são setoriais — polícia, saúde, assistência social e justiça atuam de forma desarticulada, gerando revitimização e perda de informações.

Recomendação: instituir, em nível municipal e estadual, protocolos integrados de resposta imediata e de acompanhamento contínuo, que consolidem fluxos entre delegacias, IML/centros forenses (CAAF e congêneres), unidades de saúde mental (CAPS e postos de saúde), assistência social e serviços jurídicos. A recomendação para instituir, em nível municipal e estadual, protocolos integrados de resposta imediata e acompanhamento contínuo — consolidando fluxos entre delegacias, IML/centros forenses, unidades de saúde mental, assistência social e serviços jurídicos — está alinhada com as diretrizes da **Política Antimanicomial do Poder Judiciário**, aprovada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, especificamente por meio da **Resolução CNJ nº 487/2023**.

Componentes do protocolo integrado (modelo operacional):

- **Notificação única e ficha padronizada:** um formulário eletrônico preenchido na primeira ocorrência que alimenta um sistema local integrado e sincronizado com o Cadastro Nacional (Lei 13.812/2019). Deve contemplar dados pessoais

básicos, descrição do desaparecimento, contatos familiares, fotografias e consentimento para compartilhamento entre órgãos.

- **Equipe multidisciplinar de plantão:** equipe formada por um(a) assistente social, um(a) psicólogo(a) com formação em trauma, um(a) advogado(a) ou assistente jurídico e um(a) agente de vínculo comunitário — disponível para atendimento inicial e acompanhamento nos primeiros 90 dias.
- **Roteiros de atenção imediata:** atendimento psicossocial de crise nas primeiras 72 horas (psicologia de emergência), orientação legal, instrução sobre coleta e preservação de informações e encaminhamento a instituições como o CAAF/forense quando houver indícios de violação.
- **Fluxo de comunicação:** ponto focal institucional que garanta retorno periódico à família sobre andamento das buscas/investigações (cronograma de informes: 7 dias, 30 dias, 90 dias, semestral). Indicadores de monitoramento: tempo médio de primeiro atendimento; proporção de notificações com ficha única completa; índice de famílias com contato periódico institucional; tempo médio entre registro e ação investigativa inicial.

7.2.- Garantir acesso contínuo e especializado à saúde mental — do acolhimento de crise à terapia de longo prazo

Problema: oferta irregular de atendimento psicológico, demora no acesso e falta de protocolos clínicos específicos para luto ambíguo e TEPT relacionados ao desaparecimento.

Recomendação: implementar programas públicos de atenção psicossocial específicos para familiares de desaparecidos, integrados ao SUS e com articulação com serviços universitários e organizações sociais.

Componentes clínicos e operacionais:

- **Atendimento de crise:** intervenções breves de estabilização (psychological first aid) nas primeiras 72 horas pós-notificação, realizadas por profissionais treinados em trauma e luto ambíguo (manual baseado em WHO mhGAP e protocolos de emergência psicológica).

- **Grupos de apoio estruturados:** grupos de terapia em formato psicoeducativo e de suporte entre pares, coordenados por psicólogos, com sessões semanais nos primeiros seis meses e encontros quinzenais posteriormente. Grupos devem contemplar subgrupos específicos (mães, pais, adolescentes, avós).
- **Acesso à psicoterapia de longo prazo:** garantia de sessões continuadas (mínimo 6-12 meses) para casos com diagnóstico de Depressão Maior, TEPT ou outras comorbidades, via encaminhamento prioritário em CAPS, serviços comunitários ou convênios públicos.
- **Terapias familiares e terapia com crianças:** programas específicos para menores afetados, com psicoterapias infantis, intervenções em contexto escolar e estruturação de redes de proteção.
- **Telepsicologia e atendimento domiciliar:** ampliação do acesso por meio de atendimentos remotos, sobretudo para famílias em áreas periféricas ou em outros estados, garantindo privacidade e continuidade.

Formação e capacitação:

- Cursos obrigatórios e continuados para profissionais do SUS, policiais e equipes da polícia científica sobre luto ambíguo, trauma prolongado e atendimento centrado na vítima.
- Protocolos de treinamento desenvolvidos em parceria com universidades públicas (UNIFESP, USP, UNESP) e CAAF, com provisionamento de carga horária, conteúdos práticos e supervisão clínica.

Indicadores de monitoramento: tempo médio até primeira sessão de acolhimento; número de sessões por família; taxa de encaminhamento para terapia de longo prazo; avaliações padronizadas de sintomatologia antes/depois

7.3. - Criar políticas de reparação emocional e jurídica combinadas

Problema: reparação entendida apenas como indenização financeira ou ato formal; pouca atenção à reabilitação psicossocial e à satisfação das demandas simbólicas.

Recomendação: a reparação integral (conforme princípios da ONU, 2005) deve incluir apoio psicossocial contínuo, acesso à justiça, medidas de reconhecimento público e garantias de não repetição.

Ações práticas:

- Programas de reabilitação que ofereçam apoio psicossocial, inserção produtiva e auxílio socioeconômico temporário às famílias que perderam renda em razão da busca.
- **Serviço jurídico especializado** gratuito que atue no acompanhamento de inquéritos, acesso a LAIs (Lei de Acesso à Informação), pedidos de perícia e ações de responsabilização.
- **Medidas simbólicas:** eventos oficiais de memória, placas, inclusão em políticas curriculares e registros públicos que reconheçam e mantenham viva a memória dos desaparecidos.

Indicadores: número de processos com atendimento jurídico gratuito; número de famílias contempladas com assistência social; presença de medidas simbólicas implementadas por municípios/estados.

7.4.- Fortalecer capacidades forenses e integração com as famílias

Problema: demora na identificação, procedimentos forenses desarticulados, dificuldades de comunicação entre peritos e famílias. Recomendação: ampliar e fortalecer centros forenses com recursos técnicos, formação continuada e protocolos de comunicação sensíveis.

Ações práticas:

- Formação de unidades forenses regionais com banco de DNA, base odontológica e equipe multidisciplinar.
- Procedimentos de entrega ética dos resultados às famílias: profissionais de psicologia participando da comunicação, preparo prévio e pós-entrega (apoio emocional imediato).
- Banco nacional integrado de perfis (DNA, odontologia, traços físicos) interligado ao Cadastro Nacional, com níveis de acesso controlados e protocolos, de privacidade.

Indicadores: tempo médio entre amostragem e resultado; taxa de correspondência bem-sucedida entre amostras familiares e achados; avaliação de satisfação das famílias com processo de comunicação forense.

7.5. - Produzir e disponibilizar dados desagregados com enfoque interseccional

Problema: ausência de dados desagregados que permitam identificar padrões por raça, gênero, idade e território. Recomendação: coleta e disponibilização de dados desagregados no Cadastro Nacional, com publicação periódica para orientar políticas.

Pontos-chave:

- Campos obrigatórios: raça/cor, gênero, faixa etária, nível socioeconômico, endereço (bairro), data/hora/ último contato.
- Políticas de proteção de dados e anonimização para pesquisas acadêmicas.
- Relatórios anuais com análises por recortes (raça, gênero, território) para orientar ações preventivas e de reparação.

Indicadores: proporção de registros com dados desagregados completos; número de relatórios públicos produzidos; políticas desenhadas a partir dos dados (ex.: programas territoriais).

7.6. - Ampliar a atuação comunitária e universitária: redes de cuidado e pesquisa aplicada

Problema: o conhecimento técnico e a produção acadêmica permanecem dissociados das práticas de acolhimento e das demandas das famílias. Recomendação: promover parcerias formais entre universidades e movimentos sociais para formação, pesquisa aplicada e atendimento.

Ações práticas:

- Programas de extensão universitária que integrem atendimento psicossocial supervisionado, pesquisa de campo e formação de profissionais.
- Laboratórios interdisciplinares (antropologia, psicologia, direito, serviço social) para desenvolver protocolos, materiais de capacitação e instrumentos de monitoramento.
- Financiamento de pesquisas longitudinais sobre saúde mental das famílias, com foco em eficácia de intervenções (ensaios controlados, avaliações de impacto).

Indicadores: número de programas de extensão ativos; número de profissionais capacitados; produção científica aplicada gerada por parcerias.

7.7. - Protocolos clínicos e de prática recomendada para profissionais

Proponho um conjunto mínimo de protocolos clínicos a serem adotados nacionalmente:

- **Protocolo de Atendimento Imediato (até 72h):** baseado no modelo de **Primeiros Socorros Psicológicos (Psychological First Aid)** desenvolvido pela World Health Organization, War Trauma Foundation e World Vision International (2011). O protocolo prevê acolhimento inicial, estabilização emocional, escuta ativa e orientação prática às famílias nas primeiras horas após a notificação do desaparecimento.

- **Avaliação de risco suicida e orientação jurídica inicial:** recomendação alinhada às diretrizes de cuidado em saúde mental e prevenção do suicídio da World Health Organization (2014), considerando o elevado sofrimento psicológico associado à perda ambígua e à incerteza prolongada.
- **Protocolo de acompanhamento (3–12 meses):** fundamentado nas contribuições de Pauline Boss sobre **perda ambígua**, incluindo psicoeducação sobre o desaparecimento, formação de grupos de apoio entre familiares e triagem para psicoterapia individual e familiar.
- **Protocolo forense sensível ao trauma:** inspirado nas recomendações do International Committee of the Red Cross para o atendimento a famílias de pessoas desaparecidas, que defendem comunicação cuidadosa de resultados, acompanhamento psicológico durante a entrega de informações e atuação de equipes multidisciplinares.
- **Protocolo de atendimento infantojuvenil:** baseado em abordagens de cuidado a crianças expostas a trauma descritas por Judith Herman e nas diretrizes de intervenção psicossocial para crianças em situação de crise da United Nations Children's Fund, incluindo intervenção escolar, terapia lúdica e suporte à família cuidadora.

Esses protocolos devem ser implementados com materiais de referência, fluxograma de encaminhamentos e checklists para profissionais.

7.8. - Financiamento, governança e responsabilização

A implementação de tais políticas exige orçamento previsto e mecanismos de governança: criação de um Fundo Nacional de Busca e Apoio às Famílias de Desaparecidos (recursos federais e estaduais, participação de organismos internacionais para apoio técnico inicial). A governança deve contemplar conselhos consultivos com participação de representantes de movimentos familiares, universidades, Poder Judiciário e Ministério Público, garantindo monitoramento público e transparência.

Indicadores de governança: existência de fundo orçamentário; reuniões periódicas do conselho; auditorias independentes e publicização de relatórios de progresso.

7.9. - Síntese e conexão

A pobreza institucional no tratamento das questões psicossociais associadas ao desaparecimento de pessoas revela uma falha de políticas públicas que não apenas agrava o sofrimento individual, mas fragiliza a própria justiça social. O

reconhecimento do desaparecimento como violação dos direitos humanos exige,

portanto, uma resposta que combine investigação eficiente, reparação simbólica e cuidados psicológicos contínuos.

As recomendações aqui propostas não são apenas técnicas: elas afirmam uma hipótese central desta dissertação — a de que a resposta estatal ao desaparecimento deve colocar no seu centro a dignidade das famílias, mediante a articulação entre ciência forense, antropologia, cultura, cuidados em saúde, atenção psicossocial e reconhecimento público. Implementar protocolos integrados, investir em saúde mental acessível e formar redes intersetoriais é, por conseguinte, um imperativo ético e político, além de uma necessidade pragmática para reduzir o sofrimento e restaurar a confiança entre cidadãos e instituições.

Em suma, o panorama institucional brasileiro ainda revela um cenário de desarticulação e insuficiência de políticas voltadas à prevenção e ao enfrentamento dos desaparecimentos. A atuação fragmentada das instâncias públicas, somada à falta de acolhimento psicossocial efetivo, expõe famílias a uma dupla violência: a do desaparecimento em si e a do descaso estatal. É urgente que o Estado brasileiro assuma sua responsabilidade não apenas na busca, mas também na reparação e no cuidado, implementando práticas interdisciplinares que integrem justiça, assistência social e saúde mental. Como sintetiza o Relatório Nacional sobre Pessoas Desaparecidas no Brasil (BRASIL, 2023), somente por meio da consolidação de uma política pública intersetorial, dotada de recursos humanos, tecnológicos e éticos, será possível transformar a ausência de respostas em ações efetivas de verdade, memória e justiça.

Encerrar esta dissertação significa chegar ao fim de um percurso que, embora acadêmico, nunca deixou de ser profundamente humano. Ao longo deste trabalho, busquei compreender não apenas o fenômeno do desaparecimento de pessoas no Brasil, mas, sobretudo, as experiências vividas pelos familiares que permanecem na procura. Esta pesquisa nasceu do encontro entre teoria antropológica, memória social, sofrimento e luta, e se consolidou por meio de uma etnografia construída com cuidado, respeito e escuta profunda. O que apresento aqui é o resultado de meses de convivência, entrevistas, observações e análises, mas também de afeto, responsabilidade e compromisso ético com aqueles que me confiaram suas histórias.

Ao retomar o caminho percorrido, percebo que o desaparecimento — mais do que uma ausência física — constitui uma ausência socialmente construída, marcada por silêncios institucionais, lacunas investigativas e desigualdades estruturais. Ele não ocorre no vazio: está inserido em um contexto em que raça, classe e gênero operam como marcadores decisivos na forma como o Estado e a sociedade respondem a essas vidas interrompidas. A maioria dos desaparecidos, como os dados oficiais indicam, são jovens, negros, moradores de periferias. Esse padrão evidencia que o desaparecimento é também uma expressão das lógicas seletivas que organizam a violência e a negligência no Brasil.

Nos capítulos iniciais desta pesquisa, aprofundi o debate teórico sobre memória, desmemorização e taciturnidade, considerando como esses conceitos ajudam a compreender os modos pelos quais as famílias resistem ao apagamento de seus entes queridos. A memória, para essas mulheres — mães, filhas, netas —, não se resume a recordar. Ela opera como ferramenta política, como dispositivo de sobrevivência e como forma de reivindicar a existência daquele que o Estado não encontrou, não procurou ou não considerou prioridade. A desmemorização e a taciturnidade aparecem nos modos pelos quais a burocracia, a morosidade e o descaso institucional produzem silêncios que tentam transformar pessoas em estatísticas. Contudo, é justamente nesses silêncios que as famílias encontram força para falar.

A etnografia realizada em São Paulo permitiu acessar essas camadas mais profundas de significado. As entrevistas com as famílias, a participação em encontro com as interlocutoras via vídeo chamadas, formações e reuniões de movimentos

sociais revelaram que o desaparecimento atua no corpo, na mente e no cotidiano dessas pessoas. Não é um evento isolado: é um processo contínuo. A cada dia de ausência sem resposta, renova-se o sofrimento, mas também a obstinação. Nos relatos das mulheres que entrevistei, escutei a dor crua da incerteza, o cansaço de longas jornadas nas delegacias, a revolta com a falta de investigação e a fé independente da religião, inabalável na possibilidade de um reencontro. Essa combinação de dor e esperança é uma das marcas mais fortes do campo etnográfico da ausência.

Outro ponto crucial desta pesquisa foi o impacto emocional e psicológico vivido por essas famílias. O luto suspenso, conceito frequentemente discutido no campo da antropologia e da psicologia, emergiu como uma dimensão central. Trata-se de um luto que não avança, não se conclui e não se ritualiza, porque carece de um corpo, de uma prova, de uma resposta. Muitas mulheres relataram sintomas de depressão, ansiedade, crises de pânico e insônia. Ainda assim, o poder público oferece suporte psicológico insuficiente, descontínuo ou inexistente. A negligência institucional, portanto, não é apenas investigativa: é também emocional.

As análises deste trabalho demonstram que, apesar das legislações e dispositivos criados para lidar com desaparecimentos, há inúmeras lacunas nas políticas públicas. A falta de integração entre sistemas de busca, a ausência de protocolos claros, a dificuldade de acesso a informações e a falta de equipes especializadas agravam o sofrimento das famílias e tornam o processo de busca ainda mais árduo. Ao mesmo tempo, iniciativas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm desempenhado papel fundamental na criação de redes de apoio, na produção de conhecimento e na luta por visibilidade e justiça.

Compreendi, ao longo desta pesquisa, que o desaparecimento também produz uma cultura material própria: fotografias, altares, objetos guardados, roupas não doadas, documentos, boletins de ocorrência, cartazes, pastas. Esses itens atuam como mediadores entre presença e ausência, como testemunhos de existência e como forma de resistir ao apagamento. São objetos que carregam significados profundos e que ajudam a manter viva a ligação com quem desapareceu. Analisar essa cultura material permitiu compreender como as famílias elaboram, corporalizam e sustentam a memória de seus entes.

Ao integrar teoria e campo, foi possível evidenciar que o desaparecimento de pessoas no Brasil é um fenômeno complexo, com diversas facetas e profundamente político. Ele revela falhas estruturais do Estado, desigualdades que se perpetuam, e formas de sofrimento que poderiam ser evitadas ou mitigadas mediante políticas efetivas, acolhimento qualificado e investigações sérias. Mas revela também força, criatividade e resistência das famílias, que transformam dor em luta, ausência em presença e silêncio em voz.

Concluo esta dissertação reconhecendo a importância de meu lugar enquanto pesquisadora e mulher negra que acompanhou de perto essas histórias. Este trabalho não é apenas sobre desaparecimento: é sobre vínculo, sobre memória, sobre o direito a existir e a ser lembrado. É sobre mulheres que, mesmo atravessadas por dores imensuráveis, se tornam potência coletiva. É sobre uma realidade que exige mais do que diagnósticos acadêmicos: exige ação, política pública, responsabilização e compromisso social.

Se esta dissertação contribui para algo, espero que seja para fortalecer a luta das famílias, incentivar políticas específicas e qualificadas e ampliar o debate acadêmico sobre o tema. Para além disso, desejo que ela contribua para que cada desaparecido — cada nome, cada história, cada rosto — continue sendo lembrado, procurado e reconhecido. Porque enquanto houver busca, há vida; enquanto houver memória, há resistência; e enquanto houver resistência, há futuro possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Catarina Leite F.; SANTIAGO, Adriana Paula de Andrade da Costa e Silva; et al. Missing persons in Brazil: use of the genetic profiles bank and search strategies. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 8, 2022.

ALMEIDA, Criméia Alice Schmidt de; TELES, Janaína de Almeida; TELES, Maria Amélia de A. (orgs.). *Dossiê Ditadura: os mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2018.

ARTIGO 19. *A falta de transparência na Segurança Pública de SP*. 2015. Disponível em: <https://artigo19.org/2015/11/18/a-falta-de-transparencia-na-seguranca-publica-de-sp/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. Our Dead and Disappeared: reflections on the construction of the notion of political disappearance in Brazil. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 15, n. 3, 2018.

BERLINER, David C. *The Abuses of Memory: Reflections on the Memory Boom in Anthropology*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BOSS, Pauline. *Ambiguous Loss: Learning to Live with Unresolved Grief*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

BOSS, Pauline. *Loss, Trauma and Resilience: Therapeutic Work with Ambiguous Loss*. London: Routledge, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação (LAI). Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019. Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Mais de 56 mil pessoas desaparecidas foram localizadas em 2023. Brasília, 30 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Sistema Penal Integrado (SPI)*. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 3 abr. 2025.

BUSCA BRASIL. *Parentes Biológicos e Pessoas Desaparecidas*. Facebook, 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/buscabrasiloficial/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARNEIRO, Eliana Faleiros Vendramini; MÉO, Márcia Alexandre de. A precariedade dos dados informados em boletim de ocorrência: desaparecimento de pessoas forçado por omissão do Estado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 27, n. 2, 2019.

CATELA, Ludmila da Silva. *No hay más lugar donde enterrarlos: los desaparecidos en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones del Norte, 2001.

CHO, Grace M. *Haunting the Korean Diaspora: Shame, Secrecy, and the Forgotten War*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

CICV - COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Brasil: familiares de pessoas desaparecidas se unem em movimento nacional. Genebra, 2023.

COHEN, Esther. *O desaparecimento forçado de pessoas no Brasil: dimensões históricas, políticas e morais*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

COIMBRA, Cecília MacDowell; DUQUE, Débora. Desaparecidos políticos: a não verdade como política de Estado. In: FIGUEIREDO, Ana (org.). *Violência de Estado: desaparecimentos forçados e a luta por justiça*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Casos contenciosos e reparações*. 2023.

DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

DE CESARO, B. C. Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem. *PMC*, 2018.

DINIZ, Débora. *Cartas de uma outra guerra: mães de vítimas de violência de Estado*. Brasília: LetrasLivres, 2020.

FARIAS, Juliana. *Ficaram me devendo um corpo: desaparecimento forçado no Rio de Janeiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Appris, 2014.

FASSIN, Didier. *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Berkeley: University of California Press, 2011.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. *Mães em luta: violência, sofrimento e mobilização nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2015.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. A política do sofrimento: mobilizações de familiares vítimas de violência no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, 2017.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. The thread and the stitches of the academic literature on the disappearance of people in contemporary Brazil. *Anuário Antropológico*, v. 49, n. 2, 2024.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. De problema de família a problema social: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo. *Anuário Antropológico*, v. 38, n. 1, 2013.

FLICK, Uwe. *An Introduction to Qualitative Research*. 4. ed. London: SAGE, 2009.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Mapa dos desaparecidos no Brasil*. São Paulo, 2023.

FRANCO, M. Políticas de desaparecimento e cuidado com familiares. *Revista de Direitos Humanos e Políticas Públicas*, v. 5, n. 1, 2020.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GLASS, Verena. A persistência das Mães da Praça de Maio no Brasil: memória e presença. In: VIANNA, Adriana; CARNEIRO, Sueli (orgs.). *Gênero, memória e justiça*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HERMAN, Judith. *Trauma and Recovery*. New York: Basic Books, 1992.

IBGE. *Censo Demográfico 2023*. Rio de Janeiro, 2023.

IBGE. *Regiões metropolitanas no Brasil*. São Paulo, 2023.

ICRC - INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. *Guidance Note 3: The Needs of the Families of Missing Persons*. Geneva: ICRC, 2022.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KIRSTEIN, Heloísa. *Antropologia Forense e Direitos Humanos: o trabalho do CAAF*. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2016.

LEITE, Márcia Pereira. Violência, Estado e cidadania: o desaparecimento como experiência e categoria. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 89, 2015.

LEITE, Márcia Pereira. As mães de Acari: o protesto como forma de vida. In: CASTRO, Celso; LEITE, Márcia Pereira; et al. (org.). *Culturas da violência*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A análise estrutural em linguística e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIMA, G. M.; DANTAS, J. B.; DUTRA, A. B. Ausência como urgência. *Revista NUFEN*, v. 14, n. 2, 2022.

LIMA, A. P.; DANTAS, R. M.; DUTRA, L. M. Luto e desaparecimento. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 34, 2022.

MAESDASE. *Mães da Saúde e Bem-estar*. 2025.

MAGNANI, José Guilherme C. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

MAKIELE.

(Não encontrei obras associadas ao trecho — se precisar, me envie novamente.)

MJSP - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. *Relatório estatístico anual de pessoas desaparecidas e localizadas*. Brasília, 2024/2025.

OLIVEIRA, Hélio. *Famílias de desaparecidos: impactos psicológicos e sociais*. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1996.

OLIVEIRA, M. F. Famílias de desaparecidos e o luto suspenso. *Revista Brasileira de Psicologia Social*, v. 11, n. 2, 2019.

PLENS, Carolina Rodrigues. Arqueologia funerária. *Revista M*, v. 6, n. 11, 2021.

POLITI, Luciana. *Dor e política: mães que lutam por justiça*. São Paulo: Humanitas, 2018.

POLITI, Luciana. Mães de Maio e o protagonismo da dor. In: BENTES, Ivana; MACHADO, Arlindo (orgs.). *Estéticas da violência*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

RANGEL, Roberta. Lembrar é lutar. In: LEITE, Tatiana; PEREIRA, Daniel (orgs.). *Memória e justiça de transição no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2019.

RIBEIRO, J.; SANTOS, L. Trauma, ausência e o trabalho do luto. *Psicologia USP*, v. 32, 2021.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROBBEN, Antonius C. G. M. *Death, Mourning and Burial: A Cross-Cultural Reader*. Oxford: Blackwell, 2000.

RODRIGUES, Eric A. P.; FERNANDEZ, Ana P. O. Public Security Institutions and the Media... *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, 2020.

ROLIM, Gisleila da Silva; RADZEVICIUS, Mariana F.; TARDIVO, Letícia C. Análise do luto de mães de crianças desaparecidas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 3, 2018.

SÁMPIO, M. L.; BISPO Júnior, J. P. Towards comprehensive mental health care. *BMC Public Health*, 21:1352, 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SARTI, Cynthia A. A família como ordem moral. *Estudos Feministas*, v. 19, n. 3, 2011.

SILVA, Luciana Araújo da. Corpos ausentes, lutas presentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 109, 2022.

TARDIVO, Letícia C.; RADZEVICIUS, Mariana F.; ROLIM, Gisleila da S. Luto e resiliência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 4, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida; ALMEIDA, Criméia Alice Schmidt de; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Ditadura e memória: os desaparecidos políticos no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

VIANNA, Adriana. *A vida como causa: mães de vítimas de violência e a luta por justiça*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.

VIANNA, Adriana. *A política dos afetos: notas para uma antropologia do sofrimento*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2019.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política. *Cadernos Pagu*, n. 37, 2011.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. Quando corpos importam. *Cadernos Pagu*, n. 37, 2011.

WEIL, Simone. *A gravidade e a graça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHYTE, William Foote. *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

ZINN, Howard. *Uma história popular dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.